



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO

**“O DISTINCTIVO DE UMA ALMA BEM FORMADA”: PRINCÍPIOS
GERAES DE MORAL NO *MANUAL ENCICLOPÉDICO PARA USO DAS
ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA* (1862-1874)**

João Pessoa/PB

2021.1

CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO

**“O DISTINCTIVO DE UMA ALMA BEM FORMADA”: PRINCÍPIOS
GERAES DE MORAL NO *MANUAL ENCICLOPÉDICO PARA USO DAS
ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA* (1862-1874)**

Texto apresentado à Banca do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Educação
Linha de Pesquisa: História da Educação
Orientador (a): Prof^a Dra. Fabiana Sena da Silva

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663d Araújo, Camila Almeida de.

O distintivo de uma alma bem formada : princípios
geraes de moral no manual enciclopédico para uso das
escolas de instrucção primária (1862-1874) / Camila
Almeida de Araújo. - João Pessoa, 2021.

130 f. : il.

Orientação: Fabiana Sena da Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Moralidade. 2. Manual enciclopédico. 3. Instrução
primária - Brasil imperial. 4. Império - Brasil. I.
Silva, Fabiana Sena da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 172.12(043)

CAMILA ALMEIDA DE ARAÚJO

**“O DISTINCTIVO DE UMA ALMA BEM FORMADA”: PRINCÍPIOS
GERAES DE MORAL NO MANUAL ENCICLOPÉDICO PARA USO DAS
ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (1862-1874)**

Texto apresentado à Banca do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr. Fabiana Sena da Silva.

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dra. Fabiana Sena da Silva
Orientadora-PPGE/UFPB



Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Examinadora Interna - PPGE/UFPB



Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza
Examinador Interno - UFPB



Profa. Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta
Examinadora Externa – PPGGED/UFRN



Profa. Dr. Carlos Augusto Melo
Examinador Externo – PPGL/UFU

Dedico este trabalho aos pesquisadores brasileiros que estão envolvidos em suas pesquisas, seja de qual área for, com a esperança de melhorar a sociedade ou de possibilitar novas formas de pensar sobre determinado conhecimento ou objeto de pesquisa. E, que apesar de todas as dificuldades: sejam financeiras, pessoais ou familiares, não desistem dos seus sonhos. Sobretudo, a Deus, por sua infinita bondade e generosidade para comigo e para com os meus.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento no qual inúmeras lembranças são ativadas em nossa memória, fazendo-nos refletir sobre este processo tão complexo e importante de nossas vidas, que é cursar uma Pós-graduação. Em situação análoga, penso ter adentrado em uma viagem marítima, que com todas as inseguranças e anseios, fui tomada por uma ansiedade e felicidade por estar ingressando/embarcando...

Como toda e qualquer viagem, estamos suscetíveis às intervenções dos temporais ou dos dias mais iluminados. Nesse percurso, situações e pessoas embarcaram e desembarcaram e deixaram as suas marcas, sejam positivas ou negativas...

Agora, darei início aos agradecimentos às pessoas que estavam ao meu lado em uma viagem muito longa, que durou mais de quatro anos, repleta de altos e baixos, mas que sobremaneira, preencheu-me de conhecimento e de sabedoria.

Gratidão primeiramente ao condutor da embarcação, Deus, por permitir que a minha viagem fosse aprovada e que apesar das intempéries, deu-me forças para continuar e ultrapassar qualquer barreira, preenchendo-me de uma força inabalável.

Agradeço ao meu esposo, principal responsável pelo estímulo em fazer a seleção do Doutorado e continuar no caminho, sempre motivando-me e agregando palavras de confiança.

À minha filha, Maria Clara, que apesar de a maternidade ter dificultado o meu desempenho ao longo dessa viagem, me fez compreender o verdadeiro sentido da vida e do amor, pois ao olhar para ela e sentir a sua presença, tornou-me uma pessoa melhor e disposta a enfrentar qualquer situação intempestiva.

À minha avó, Maria de Almeida Pires, *in memoriam*, que mesmo não estando mais presente em matéria, estará para sempre em meu coração e em minhas lembranças, por ser exemplo de mulher e inspiração da minha formação em Pedagogia.

À minha família, na pessoa da minha mãe e da minha irmã, que mesmo apesar dos compromissos do dia a dia, sei que nos momentos mais difíceis, estão a minha disposição, ofertando amor e carinho.

Às minhas amigas da Universidade e da vida, Diana Dayse, Juliana, Maria Géssica e Rayssa Maria, que apesar dos compromissos com a família e com o trabalho, sempre estão a minha disposição para uma palavra amiga ou para interferir de forma direta na solução de algum problema que me assolou...

Às minha amigas da Linha de pesquisa *História da Educação*, Thayana, Auristela, Thayse, Daniele, Manuele e Suênia, as quais sempre me deram força e ânimo para a conclusão deste trabalho, pois foi um período em que fatores externos interferiram em nossos ânimos, principalmente a pandemia da COVID 19 e o fato de cinco de nós engravidarmos durante o Doutorado, situação em que o apoio recíproco foi de fundamental relevância para que pudéssemos conseguir prosseguir e concluir esta viagem...

À minha Orientadora – Fabiana Sena - pelo apoio e pela presença significativa na construção do meu trabalho, servindo-me de exemplo, a qual por diversas vezes teve que ser compreensiva, diante das minhas inúmeras dificuldades.

Aos professores que conduziram a minha banca de Qualificação, a professora Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho, o professor. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza, a professora Profa. Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta e a professora Dra. Girlene Marques Formiga, pelas contribuições assertivas em meu trabalho, fazendo-me enxergar as lacunas existentes e dando-me condições de prosseguir. Ao professor Dr. Carlos Augusto por ter aceitado participar da minha banca de defesa, assumindo a posição da professora Dra. Girlene Marques Formiga.

Ao Programa de Pós Graduação Em Educação (PPGE) da UFPB, pela receptividade e disposição em ajudar, principalmente nas questões de cunho pessoais e burocráticos, orientando-me sempre quando solicitado.

À Fundação de apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ, por financiar a minha bolsa, de 2018-2021, a qual serviu de estímulo para o andamento e conclusão do Doutorado, pois sabemos o quanto uma ajuda financeira é importante para que consigamos concluir o curso, uma vez que estudar e trabalhar torna o caminho mais árduo.

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade” (IMMANUEL KANT)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Aviso sobre as condições precárias da instrução pública	31
FIGURA 2 – Folha de rosto da Constituição Moral	37
FIGURA 3 – Anúncio da venda do Decreto 1331-A de 1854	39
FIGURA 4 – Solicitação de relatórios aos professores	40
FIGURA 5 – Informações exigidas para os exames de verificação dos professores	41
FIGURA 6 – Fragmento do Regulamento da Escola Pedro II	42
FIGURA 7 – Anúncio da venda de livros na Botica Imperial.....	48
FIGURA 8 – Capa da obra Tesouro de Meninas.....	49
FIGURA 9 – Frontispício da obra Tesouro de Meninos	50
FIGURA 10 – Frontispício da obra Simão de Nantua.....	51
FIGURA 11 – Capa da obra Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade	52
FIGURA 12 – Formato do Manual Enciclopédico.....	55
FIGURA 13 – Aviso de chegada do Manual Enciclopédico	56
FIGURA 14 – Anúncio de venda do Methodo Facillimo e do Manual Enciclopédico na casa de Brandão e Azevedo.....	57
FIGURA 15 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico	58
FIGURA 16 – Anúncio de venda no Manual Enciclopédico na livraria Monteiro e Irmão	59
FIGURA 17 – Anúncio da venda do Manual Enciclopédico na livraria Escolar de Leoncio J. Medeiros	60
FIGURA 18 – Anúncio de uso do Manual Enciclopédico no Collegio de Santa Filomena	61
FIGURA 19 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na loja de livros	62
FIGURA 20 – Anúncio dos Estatutos e Regulamento Interno do Collegio de Sant’ anna	63
FIGURA 21 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico aos pais de família e professores	64
FIGURA 22 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na seção Vendas	65
FIGURA 23 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico nas lojas dos Srs. Villar, Antonio Coelho, Mariano e Rocha Júnior	67
FIGURA 24 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na casa do Srs. Villar	68
FIGURA 25– Anúncio de venda do Manual Enciclopédico por Manuel Vieira Bastos.....	68
FIGURA 26– Admissão do Manual Enciclopédico nas escolas de ensino primário	70

FIGURA 27 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico no estabelecimento de Levindo A. Ribeiro	72
FIGURA 28 – Discussão da Assembleia Legislativa Provincial (uniformizar o ensino, por meio da escolha de um único compêndio).....	73
FIGURA 29 – O Manual Enciclopédico como circulação dele próprio.....	78
FIGURA 30 – Frontispício do Manual Enciclopédico	80
FIGURA 31 – Lombada do Manual Enciclopédico	82
FIGURA 32 – Nomeação de Emilio Achilles Monteverde	85
FIGURA 33 – Informação sobre o recebimento de Grau de Oficial	85
FIGURA 34 – Aviso sobre o estado de saúde de Monteverde.....	86
FIGURA 35 – Ação de graça em prol da melhora de Monteverde	86
FIGURA 36 – Aviso do falecimento de Monteverde.....	87
FIGURA 37 – Frontispício do Methodo Facillimo	88
FIGURA 38 – Frontispício da obra Mimo à infância ou Manual de História Sagrada.....	89
FIGURA 39 – Índice do Manual Enciclopédico	91
FIGURA 40 – Continuação do Índice do Manual Enciclopédico	92
FIGURA 41 – Excerto da Constituição Moral	97
FIGURA 42 – Fala do Vice-Presidente da Província Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa	97
FIGURA 43 – Presença do termo Cabanagem na seção <i>Noticiario</i> de o jornal <i>A Regeneração:Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario (PA)</i>	100
FIGURA 44 – Seção Correspondencia de o jornal <i>Correio Mercantil: Jornal Politico,Commercial e Litterario (BA)</i> sobre a participação do Sr. Martins na Sabinada	101
FIGURA 45 – Declaração sobre a pregação de um padre protestante	104
FIGURA 46 – Anúncio da venda de livro sobre a Reforma Protestante.....	106
FIGURA 47 – Fala com que o Imperador encerrou a segunda sessão da oitava legislatura da Assembleia Geral Legislativa.....	107

RESUMO

O presente trabalho intenciona compreender os princípios de moralidade dispostos no *Manual Enciclopédico*, como contributos para a formação da mocidade. O princípio de moralidade era algo intrínseco à sociedade imperial, uma vez que estava atrelado à própria formação do povo brasileiro. A obra, contendo 700 páginas, tem um caráter enciclopédico, como descrito em sua própria nomenclatura, por aglutinar os conteúdos que envolvem todas as matérias correspondentes ao ensino primário. A pesquisa se enquadra em um momento de renovação da historiografia, contexto no qual novas fontes e novos objetos de pesquisas são considerados relevantes, tal como a imprensa e, por sua vez, os jornais e o livro. Dentre os teóricos que nos deram suporte, ressaltamos os estudos de Chartier (1999) – a história do livro e o estudo das práticas-, Durkheim (1983,1999,1952) – o conceito de moral coletiva e fato social -, e Foucault (2008) – o controle dos corpos. A relevância da temática se assenta na possibilidade de podermos compreender a sociedade imperial em suas diversas instâncias, partindo dos saberes por ela produzidos ou disseminados, neste caso o Manual, bem como na ausência de trabalhos que tratem diretamente do nosso objeto, a saber: os princípios de moralidade no *Manual Enciclopédico*. O tipo de pesquisa que realizamos é a pesquisa histórica, a qual se constitui como um viés da pesquisa documental. Reconhecemos a grandiosidade da obra e a sua relevância para a instrução e para a sociedade da época, devido à extensão dos conteúdos, dos questionamentos e das explicações. Portanto, apesar de o *Manual Enciclopédico* ter os seus contributos à mocidade firmados em um discurso moralizante, revelando como deveria ser uma sociedade ideal, não significou que todas as pessoas estariam submissas aos seus ditames, em razão da diversidade de províncias que tiveram acesso ao Manual.

Palavras-chave: *Manual Enciclopédico*. Instrução Primária. Império. Moralidade.

ABSTRACT

The present work intends to understand the principles of morality laid out in the Encyclopedic Manual, as contributions to the formation of youth. The principle of morality was somewhat intrinsic to imperial society since it was tied to the foundation of the Brazilian people. The work, containing 700 pages, has an encyclopedic character, as described by its nomenclature, by joining the contents involving all sorts of subjects corresponding to primary education. The research is part of a moment of renewal of historiography, a context in which new sources and new research objects get to be considered relevant, such as the press and, in turn, newspapers and books. Among the theorists who lent us support, we highlight Chartier's studies (1999) – the history of the book and the study of practices-, Durkheim (1983,1999,1952) – the concept of collective morals and social fact -, and Foucault (2008) – the control of bodies. The relevance of the theme is based on the possibility of understanding the imperial society in its various instances, starting from the knowledge produced or disseminated by it, in this case, the Manual, as well as the absence of works that deal directly with our object, namely: the principles of morality in the Encyclopedic Manual. The type of research we carry out is historical research, which constitutes a branch of documentary research. We recognize the magnitude of the work and its relevance to the instruction and society of the time, due to the extent of the contents, questions, and explanations. Therefore, although the Encyclopedic Manual had its contributions to youth signed in a moralizing discourse, revealing what an ideal society should be, it did not mean that all people would be submissive to their dictates, due to the diversity of provinces that had access to the Manual.

Keywords: Encyclopedic Manual. Primary instruction. Empire. Morality.

RESUMEN

El presente trabajo pretende comprender los principios de la moral establecidos en el *Manual Enciclopédico*, como contribuciones a la formación de la juventud. El principio de la moralidad era algo intrínseco a la sociedad imperial, ya que estaba ligado a la formación misma del pueblo brasileño. La obra, de 700 páginas, tiene carácter enciclopédico, tal como lo describe su propia nomenclatura, por aglutinar los contenidos que involucran a todas las materias correspondientes a la escuela primaria. La investigación se inscribe en un momento de renovación de la historiografía, contexto en el que se consideran relevantes nuevas fuentes y nuevos objetos de investigación, como la prensa y, a su vez, los diarios y los libros. Entre los teóricos que nos apoyaron, destacamos los estudios de Chartier (1999) -la historia del libro y el estudio de las prácticas-, Durkheim (1983,1999,1952) -el concepto de moral colectiva y hecho social-, y Foucault (2008) – el control de los cuerpos. La relevancia del tema radica en la posibilidad de poder comprender la sociedad imperial en sus diferentes instancias, a partir del conocimiento producido o difundido por ella, en este caso el Manual, así como en ausencia de obras que traten directamente con nuestro objeto, a saber: los principios de moralidad en el *Manual Enciclopédico*. El tipo de investigación que realizamos es la investigación histórica, lo que constituye un sesgo de la investigación documental. Reconocemos la grandeza de la obra y su relevancia para la educación y la sociedad de la época, por la amplitud de los contenidos, interrogantes y explicaciones. Por tanto, si bien el *Manual Enciclopédico* tiene sus aportes a la juventud establecidos en un discurso moralizador, revelando cómo debe ser una sociedad ideal, no significó que todas las personas estarían sometidas a sus dictados, debido a la diversidad de provincias que tenían acceso al *Manual Enciclopédico*.

Palabras-clave: Manual Enciclopédico. Instrucción Primaria. Imperio. Moralidad.

SUMÁRIO

1 APRESENTANDO A TRAJETÓRIA DE PESQUISA	13
2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E SEUS DESVELAMENTOS NO ENSINO PRIMÁRIO DA CORTE E DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA: A MORALIDADE COMO CERNE DA DISCUSSÃO	30
2.1 A MORALIDADE CONDUZINDO O ENSINO PRIMÁRIO: SUGERINDO UMA SOCIEDADE DOS DEVERES	30
3 A PROPAGAÇÃO DO “LEITE INTELECTUAL”: A INSTRUÇÃO DA MOCIDADE ATRAVÉS DO MANUAL ENCICLOPÉDICO	53
3.1 O MANUAL ENCICLOPÉDICO: LIVRO ÚNICO E ORIENTADOR.....	53
3.2 A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS PERIGRÁFICOS QUE REGEM A INTENCIONALIDADE DA OBRA.....	79
3.2.1 Primeiro elemento da moldura: O Título	80
3.2.2 Segundo elemento da moldura: A função Autor e outras obras	82
3.2.3 Terceiro elemento da moldura: O Índice.....	90
4 O CONTEÚDO DE MORALIDADE DISPOSTO NO MANUAL ENCICLOPÉDICO: REGRAS DE SOCIABILIDADE	94
4.1 PRINCÍPIOS GERAIS DE MORAL	94
4.1.1 Dos nossos deveres para com Deus	102
4.1.2 Dos deveres do homem para consigo mesmo.....	107
4.1.3 Dos deveres para com os nossos semelhantes em geral	109
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	125

1 APRESENTANDO A TRAJETÓRIA DE PESQUISA¹

O contato com o passado altera o sentido do que pode ser conhecido. Estamos sempre nos ombreando com mistérios – não simplesmente a ignorância (fenômeno familiar), mas a insondável estranheza da vida entre os mortos. Os historiadores voltam desse mundo como missionários que partiram para conquistar culturas estrangeiras e agora retornam convertidos, rendidos à alteridade dos outros. Quando retomamos nossa rotina diária, às vezes contamos entusiasmados nossas histórias ao público. Mas poucos param para ouvir. Como o velho marinheiro, falamos com os mortos, porém temos dificuldade em nos fazer ouvir entre os vivos [...] (DARNTON, 1990, p.7).

O ato de rememorar² nos remete às conjunturas sociais, econômicas e políticas pelas quais o passado se apresenta, vislumbrando tais conjunturas como sendo representações de uma realidade posta, não mais como algo determinado ou imutável. Darnton (1990) nos faz repensar sobre este encontro com o passado e de que forma conseguimos agrupá-lo às realidades contemporâneas, tendo em vista as intempéries que nos cercam.

O teórico compara o papel do historiador ao do missionário, uma vez que este desbrava caminhos, por vezes incólumes, saindo do seu lugar social em busca de outras realidades. O que Darnton (1990) também problematiza é, contudo, a ausência do interesse daqueles que não estão dispostos a compreender as informações colhidas por nós em um momento histórico específico; informações que, mesmo não fazendo mais parte diretamente das experiências do presente, geraram frutos, os quais estão a todo momento nos cercando e influenciando o nosso modo de viver.

A partir dessa reflexão sobre os direcionamentos em que um historiador está suscetível, optei inicialmente por lembrar a elaboração do projeto de pesquisa, por ser esse a semente fecunda deste trabalho final. Com efeito, ao ser requisitada – ou motivada, por circunstâncias sociais, acadêmicas ou pessoais – a elaborar um projeto de pesquisa, me deparei com um momento para o qual inúmeras dúvidas e anseios convergiram e ou divergiram, em prol do desejo de iniciá-lo. Foi (e continua sendo) um processo de maturação do conhecimento. Nesse processo de amadurecimento, somos tentados por escolhas metodológicas e teóricas apresentadas em sua amplitude, e nós, pesquisadores, ainda imaturos, às vezes, optamos por escolhas não muito adequadas, mas que, de certa forma,

¹ A expressão “*O distintivo de uma alma bem formada*”, presente no título desta pesquisa foi extraída do conceito de moral, presente no próprio Manual.

² Por tratar-se de uma rememoração de minha trajetória acadêmica e de pesquisa, alguns momentos do texto estarão em primeira pessoa, especialmente, neste momento introdutório.

ajudarão a redimensionar os caminhos principiantes. Apesar dessa suposta inconsistência, somos levados, ao longo dos estudos, a opções teórico-metodológicas mais concretas, possibilitando-nos, inclusive, que sejam abertas novas formas de conhecimento que se apresentam cotidianamente no ambiente acadêmico.

Nessa perspectiva, pensar um projeto de pesquisa, qualquer que seja a área na qual o pesquisador esteja imerso, irá suscitar algo que o vem inquietando, às vezes até despertado por uma temática já explorada por outros estudiosos, mas ainda carente de maior investigação, o que pode ser resultado de observação de indícios de lacunas que o pesquisador constata ao longo de suas leituras sobre determinado objeto, vendo, portanto, uma possibilidade de continuação.

Com efeito, essas lacunas podem englobar tanto a leitura de pesquisas secundárias quanto os desdobramentos e ou as implicações de sua própria pesquisa, situações que denotam o anseio da realização deste trabalho, por intermédio do problema de pesquisa que será descrito a seguir: Quais os contributos dos princípios de moralidade expressos no *Manual Enciclopédico*³ para a formação da mocidade, no Império?

O argumento de tese funde-se na justificativa de que esses princípios, por constituírem o projeto civilizador, centravam-se mais na adequação da população às regras de sociabilidade, reforçando a ótica de que o homem, no período imperial, estava imbuído de deveres sugeridos, tendo seus direitos deixados à margem; em outras palavras, poderia denominar-se uma sociedade dos deveres. Sabemos, contudo, que, mesmo com as imposições dispostas nos Manuais, nos livros ou nas legislações, a leitura pode assumir um papel subversivo – assim como demonstrou Menocchio em *O Queijo e os Vermes*, de Ginzburg (1989) –, tendo em vista que não se pode mencionar que todas as pessoas irão se apropriar de algo da mesma forma.

O princípio de moralidade é algo intrínseco à sociedade imperial, uma vez que estava atrelado a própria formação do povo brasileiro, cujo objetivo da escola centrava-se em formar indivíduos que ocupassem o seu lugar na sociedade, firmando-se mais no sentido de reprodução social (CASTANHA, 1999). Em 15 de janeiro de 1837, em um de seus discursos, o presidente de província, Quaresma Torreão⁴, esboçou a necessidade tanto da aquisição dos

³ Optou-se por, ao longo do trabalho, escrever-se somente *Manual Enciclopédico*, mas esclarecemos que o título completo e original é *Manual Enciclopédico para o uso das Escolas de Instrução Primária*.

⁴ Diferentemente de outros Presidentes de Províncias, os quais em sua maioria não tinham vínculos diretos com a instrução, Quaresma Torreão: [...] “Além de ser o autor de um Compêndio de geografia universal resumido de diversos autores e oferecido à mocidade brasileira, publicado em 1824, ele foi o responsável pela criação do primeiro instituto das Aulas Maiores no Brasil, quando presidiu a província do Rio Grande do Norte, em 1834”.

conhecimentos, quanto da perfeição moral, ressaltando a Instrução Pública como um dos pontos mais importantes delegados aos legisladores, mostrando-nos, assim, a importância atribuída a essa instrução, que tinha a moralidade como base.

Mattos (1990) ressalta que a sociedade em questão englobava três mundos: a) o *mundo do governo*, abarcando o Estado e a casa, ou seja, constituindo a boa sociedade; b) o *mundo da desordem*, configurado pelo espaço da rua e representado pela população livre e pobre; c) e o *mundo do trabalho*, o qual era representado pelos escravos. Ciente de tal configuração, para manter a ordem e a civilização, a “boa sociedade” primava por constituir um Estado centralizado, o qual estaria sob a responsabilidade do imperador. Essa ideiação de organização administrativa, resultou, entretanto, em conflitos que envolviam duas classes: os Liberais (lutavam por um poder descentralizado, representados pela burguesia) e os Conservadores (lutavam por um poder centralizado, em busca pela restauração da Monarquia, representados pela Igreja). É nesse cenário de conflitos, no período regencial, que a ideia de moralidade vai se firmando como um instrumento que favorece a organização social, por meio do combate à desordem.

Em razão das disputas de poder no período em questão e, também, da busca por uma condição social que evocasse uma centralização política e administrativa, Castanha (1999) propõe a expressão Moralidade Pública, para fazer referência ao respeito que os cidadãos deveriam ter perante às autoridades. Assim sendo, todo e qualquer ato individual ou coletivo avesso ao poder era considerado imoral. O termo Moralidade, por sua vez, tornou-se tão marcante que, concomitantemente, o referido autor mencionou a existência de uma Pedagogia da moralidade.

Após esta discussão inicial acerca da moralidade, pontuamos os objetivos do trabalho. Desta feita, temos como objetivo geral: Compreender os princípios de moralidade dispostos no *Manual Enciclopédico*, como contributos para a formação da mocidade, no Império, desdobrando-se nos seguintes objetivos específicos: Compreender a Instrução Pública e seus desvelamentos no ensino primário permeados pela moralidade; Identificar as especificidades do *Manual Enciclopédico* e os elementos perigráficos que regem a intencionalidade da obra; Analisar o conteúdo de moralidade disposto no *Manual Enciclopédico*.

Nessa perspectiva, a pesquisa se enquadra em um momento de renovação da historiografia, contexto no qual novas fontes e novos objetos de pesquisas são considerados

relevantes, tal como a imprensa e, por sua vez, os jornais e o livro. Essa maneira de lidar com as fontes, isto é, dando-lhes valorização (ou relevância), se iniciou a partir da década de 1930 e, desde então, a longa duração, os aspectos econômicos e os aspectos sociais são levados em consideração, um lugar antes ocupado pelo *acontecimento*.

Optamos por pontuar o jornal como fonte de pesquisa, tendo em vista que o nosso objeto de pesquisa foi encontrado em um jornal paraibano, na seção de Anúncios, firmando, assim, a relevância desse suporte para a circulação do Manual, seja na referida seção ou nas demais seções dos jornais, no formato de resenhas ou de artigos, na medida em que nos deu suporte para compreendermos a teia de relações dispostas por meio dos escritos e dos discursos ora empregados. Vale ressaltar, entretanto, que nem sempre foi assim, pois o que predominava era uma tradição positivista, a qual priorizava a descoberta da verdade, com o auxílio dos documentos oficiais, deixando à margem as representações sociais que os impressos poderiam oferecer (CALONGA, 2012). Nas palavras de Sena:

Nos últimos anos, tem crescido a produção acadêmica tomando o jornal como objeto e fonte para as pesquisas na área de História, Literatura, Sociologia e Educação. No que tange a essa última área, esse suporte apresenta questões que revelam dados para a história da educação, tais como **livros didáticos**, alunos, professores, instituições, diretores da instrução pública, inspetores, recursos financeiros etc. (SENA, 2017, p. 2, grifos nossos).

Ademais, a relevância da temática se assenta na possibilidade de podermos compreender a sociedade imperial em suas diversas instâncias, partindo dos saberes por ela produzidos ou disseminados, neste caso o Manual, haja vista estarmos imersos em um período mais longínquo, dificultando, portanto, o contato com as fontes de pesquisa, em virtude do seu estado de conservação.

Outra justificativa encontra-se na ausência de trabalhos que tratem diretamente do nosso objeto, a saber: os princípios de moralidade no *Manual Enciclopédico*, pois o que observamos são textos que evidenciam de forma pontual, dispondo deste e de outros Manuais como exemplos de livros didáticos que circularam na sociedade, mas sem aprofundar a relação que eles estabeleciam com a época, assim como outros trabalhos que evidenciaram obras distintas, a fim de demonstrar a sua contribuição para determinado contexto. A seguir, distribuímos no Quadro 1, alguns destes trabalhos:

QUADRO 1 – Estado da arte

AUTOR (ES)	TÍTULO	ESPAÇO DE PUBLICAÇÃO
SENA (2017)	A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na Primeira República	Livro publicado pela UEPB
TEIXEIRA; SCHUELER (2009)	Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores	Revista Brasileira de História da Educação
SENA (2010)	A conversação como modo de distinção no império: Tesouro de meninos e Código do bom-tom nas escolas brasileiras	História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR
SENA (2010)	A arte de bem educar a mocidade brasileira oitocentista através dos livros de civilidade	VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação
PEREIRA; GONÇALVES FILHO (2011)	Livrinhos que eram verdadeiros tesouros: leituras para crianças no Brasil Imperial	História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR
SENA; BARBOSA (2012)	Os compêndios nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no império.	Educação Unisinos
FRADE (2012)	As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX)	Revista Brasileira de História da Educação
CASTELLANOS (2012)	O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições	Repositório da UNESP (Tese de Doutorado)
PEIXOTO; CURY (2013)	Espaços de leitura e venda de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte (1822-1889)	XXVII Simpósio Nacional de História

SENA; MELO (2020)	A circulação de livros para crianças e jovens na Província da Paraíba do Século XIX	Revista PoliTeknik
-------------------	---	--------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os trabalhos referenciados anteriormente contribuíram na execução deste trabalho doutoral, tendo em vista proporcionar um olhar mais apurado sobre como estava sendo desenvolvido os espaços de leitura, a circulação dos livros, a aplicabilidade dos conceitos de civilidade e de moralidade, a compreensão dos contextos em que estavam sendo desenvolvidos o ensino primário, dentre outras questões.

Socializar acontecimentos precedentes é, não obstante, fundamental para a compreensão dos direcionamentos que foram sendo construídos no decorrer da escolha do objeto de pesquisa, do recorte temporal e do tempo histórico. Nesta perspectiva, o ponto de partida deve ser o tempo presente, para que as escolhas que envolvem a pesquisa sejam delineadas, ressaltando que estas, ao mesmo tempo em que contemplam períodos díspares da vida, estão irremediavelmente interligadas.

Pelo fato de as inquietações partirem do tempo presente, podemos compreender a história como ciência do presente, bem como já anunciava Bloch (2002), na medida em que, para o autor, o passado não pode ser considerado uma ciência. Quando pensado dessa forma, os fatos são evidenciados isoladamente, sem que haja relação com o presente e com o contexto social de cada época, como se os acontecimentos fossem reduzidos às momentaneidades, que, de forma análoga, poderiam configurar os seguintes eventos: os eclipses, as chuvas de granizos, os meteoros ou a morte de heróis e reis. Para tanto, Paiva (1982, p. 14) complementa que “[...] o que denominamos de passado nada mais é do que nós mesmos sabendo-nos-em-processo-de-transformação. Toda modificação é absorvida pelo momento seguinte e, só enquanto tal, subsiste[...]”.

Nesta perspectiva, ressalto algumas dificuldades encontradas no caminhar da pesquisa, em virtude de circunstâncias pessoais e do contexto social, uma vez que sabemos que toda e qualquer pesquisa envolve um conjunto de fatores, para que possa se solidificar e alcançar o seu objetivo. Sendo assim, em meio a esse percurso fomos pego de surpresa com a pandemia da COVID 19, a qual modificou mundialmente o modo de vida das pessoas. E, junto a isto, corroborou com novos medos e anseios, tendo em vista não sabermos como lidar com esta doença. Assim, com o fechamento dos espaços de pesquisa, muitos pesquisadores se viram sem saber como dar prosseguimento aos estudos. No meu caso, pude dar continuidade em razão de a Hemeroteca Digital suprir as minhas necessidades enquanto pesquisadora, mas

a pandemia não deixou de ter implicações negativas em minha pesquisa, tendo em vista afetar o meu cotidiano, especialmente tornando-me mais ansiosa. Outra dificuldade no decorrer na minha empreitada doutoral foi a maternidade, experiência que modificou a minha concentração, as minhas prioridades, ampliando as minhas obrigações.

Com base no que foi exposto, reporto-me a minha formação em Pedagogia, na qual pude compreender com mais precisão e orientação os pressupostos da Educação e, por consequência, ultrapassar o campo teórico e adentrar à prática por meio dos Estágios Supervisionados, em consonância com as discussões promovidas em sala de aula pelos docentes e discentes.

Foi na Graduação, também, que começou a suscitar, em mim, o interesse de ingressar em projetos de pesquisas, de modo que, mesmo ainda me familiarizando com o ritmo da academia, optei por participar do PROLICEN, em razão do interesse imediato pela temática. Fiz parte de um projeto cujo título era *O Estado da Arte da Produção sobre a História da Educação da População Negra no Brasil*, coordenado pela professora Dra. Surya Aaronovich Pombo de Barros. Esse projeto logo me inseriu, prematuramente, no campo da História da Educação; daí passei a ter interesse em dar continuidade a pesquisas nessa área do conhecimento, em virtude de me possibilitar conhecer “[...] fundamentos que permitem problematizar os objetivos da educação nos diferentes momentos históricos, e entender como foi concebida a relação entre estes objetivos e a realidade educativa, bem como suas contradições [...]” (RABELO; RODRIGUES, 2010, p.8).

Concluído esse período, ingressei, em 2012, no projeto de pesquisa intitulado *Notícias sobre Educação e Instrução Pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba*⁵, coordenado pela professora Dra. Fabiana Sena da Silva. A interação com o projeto em questão me propiciou o contato com jornais da província da Paraíba e do Rio de Janeiro no século XIX, além de ter acesso a outros gêneros discursivos que eram ali publicados, tais como: crônicas, contos, avisos, correspondências, declarações e anúncios. Foi no contato com este suporte discursivo que pude entender a sua representatividade como formador da opinião pública no século XIX, em especial, sobre aspectos relativos à Educação e à Instrução Pública – a primeira, segundo Condorcet (2008) como sendo responsabilidade da família, e a segunda, do poder público –, por meio dos assuntos que eram disseminados; além do mais, o jornal gozava de seu dinamismo na sociedade, a qual se tornava independente, a partir do ano de 1822.

⁵ Projeto realizado na Universidade Federal da Paraíba - UFPB (PIVIC/ CNPq): Vigência (2012-2013).

Assim, entre a diversidade de informações que se apresentavam nas páginas dos jornais e no ínterim entre a busca de uma epístola e outra, chamou-me a atenção aquele gênero que se apresentava, quase sempre, na última página do jornal, a saber: o *anúncio* – revestido por diversas formas de escrita, de conteúdos e de estrutura. O jornal me levou à curiosidade de compreender, em um primeiro momento, a representação da Instrução Pública por meio dos anúncios, que, embora tratassem de assuntos variados, tinham a intenção, pressupomos, de chamar a atenção do leitor para determinada situação a ser ofertada ou comunicada. Foi a partir desse contato que vi o anúncio com a listagem de obras para a venda, dentre elas: o *Manual Enciclopédico*.

A intenção em realizar esta pesquisa decorre dos resultados obtidos no meu trabalho dissertativo intitulado: *Ofertam-se serviços: Anúncios de professores no jornal O Publicador (1864-1885), na província da Paraíba*. Mesmo que o intuito não fosse somente nos restringir à observação dos anúncios, mas também manusear o jornal como um todo, observamos a publicação de um anúncio da Botica Imperial, no qual se pode observar a divulgação de inúmeros livros, dentre eles o *Manual Enciclopédico*, estando o título dessa obra acrescido de uma indicação: “obra muito útil para os meninos das primeiras letras”. Isso nos chamou a atenção e ativou nosso interesse para aprofundarmos o estudo a respeito do referido Manual.

O referido anúncio estava disposto no jornal *A Regeneração*, datado do dia 07/12/1861, repetindo-se nas edições dos dias 07/02/1862, 08/02/1862, 13/02/1862 e 15/02/1862, levando-nos a inferir que havia uma urgência e grande interesse na divulgação de tal obra, já que esta poderia interferir diretamente na formação da população, pautando-se na instrução de forma geral e na formação da moralidade. A seguir, ilustramos o anúncio em questão:

BOTICA IMPERIAL⁶

Na pequena estante da botica imperial, tem para vender

OS SEGUINTE LIVROS:

Judeu errante com estampas 5 v. 15\$ Grammatica latina novo methodo por o padre Antonio Pereira. 1 v. 2\$ historia do Imperador Carlos Mag. ou dos doze pares de França 1v 3\$ Thesouro de meninos com estampas 1 v. 2\$ dito da mocidade com estampas v. 2240. Manual epistolar para ensinar a fazer cartas 1 v. 18 00 novissimo secretario portuguez também para o mesmo fim

⁶ Todas as transcrições, ao longo deste estudo, foram feitas conforme o que trazem as fontes originais, de modo que não colocamos em discussão a estrutura gramatical (semântica ou sintática), a fim de manter fidelidade ao texto.

1 vol 2\$ Manoal do christao devoto 1 v. 2\$400 imitação de christo 1 v. 2\$200, código do bom tom obra interessante 1 v. 3\$200, jogos de sortes 1 v. 1\$800. seleta franceza 1 v. 6\$ dita latina 2\$400, sintaxe de Dantas 2 \$ rs. Cornélio em latim 3 \$500, Virgilio em latim 3 v. 6\$ viagem de guliver 3v. 4\$600, Luisadas de camões em formato pequeno para os meninos 1\$ Economia da vida humana 1 v 1\$ livro dos meninos 1 v. 1 \$ ao Peccados mortaes 11 v. 13\$600 cartilhas 500 cartas de silabas 100. Taboadas 10, trastados 80 pautas 60 rs dicionário jurídico de Pereira Souza 1 v. ----- por 10\$000 galeria das ordens Religiosas 2 v. com estampas coloridas 16 \$ commentario critico da lei da Boa razão por (Correa Telles) 2\$400. Biblia sagrada 1 v. Guarda livros moderno 3 v. 8 \$ Lobão nottas a Mello 4 v. 16\$ dito Direito Euphitentico 3 v. 12\$ dito 2^{as} linhas 2 v 12\$ dito Fasciculo 2 v. 9\$ dito accções summarias 2v. 9\$ dito interdictos 1v 3\$200. dito Penções eclesiásticas 1 v 2\$800 dito Direitos das águas 2\$600. Diccionario Teologico 5v, **14\$ Manual enciclopédico obra muito útil para os meninos das primeiras letras 1v.** 3\$ Architettura de vinhol e com estampas 8\$ obra interessante para os pedreiros carpina e mesmo Pintores Sullivan. Elegante extracto inglez 2v 9\$ arithmetica de Bezout 1v. 2\$

Antonio Thomaz Carneiro da Cunha.

(A REGENERAÇÃO, 07 de dezembro de 1861, grifo nosso).

Posto isso, observamos que o anúncio de venda do *Manual Enciclopédico* estava junto aos anúncios de outras obras, sem que houvesse distinção de suas temáticas, uma vez que dispõe de obras que abarcam a história, o latim, a gramática, a religião, a civilidade, a moral, demonstrando, assim, a diversidade de títulos e disposições em um mesmo anúncio, cabendo ao leitor estar atento ao seu interesse.

Em uma pesquisa preliminar nos jornais *Correio Mercantil* (1848-1868) e *Diário do Rio de Janeiro* (1820-1869), ambos localizados na Corte, também encontramos inúmeros anúncios divulgando a venda do *Manual Enciclopédico*, sua indicação como obra a ser utilizada nas escolas de primeiras letras e, ainda, notícias sobre o autor Emilio Monteverde.

Antes de adentrarmos em nosso objeto de estudo, cabe-nos tecer uma discussão acerca do papel do livro didático e, por sua vez, da imprensa, como forma de compreender a dinâmica da sociedade bem como os interesses que permeavam as relações sociais, cujo objetivo estava centrado na formação da população, por meio da Instrução Pública.

Pensar a circulação do livro didático no âmbito social requer dar visibilidade, essencialmente, à posição do autor e do editor, uma vez que estes dois sujeitos assumem uma função primordial, no que diz respeito à divulgação e à produção das obras. Para Corrêa (2004), até os primeiros anos do século XX, havia uma maior dificuldade no processo de escrita, de publicação e de divulgação das obras, em virtude das condições dos protocolos que deveriam ser estabelecidos, como os problemas de autoria, bem como as formas de se

alcançar o público, já que, na época, era a imprensa que fazia o papel de socializar os assuntos sociais, políticos e educacionais.

Sendo assim, no que dizia respeito à função que o editor desempenhava no processo de produção da obra, este seria o responsável pelo custo dos materiais necessários para a confecção, envolvendo a escolha do papel, a impressão e o acabamento. Com a realização do pagamento de tais despesas, os valores eram distribuídos igualmente para o editor e para o autor – assim sendo, cada um recebia 50%. O autor assumiria, então, algumas outras responsabilidades, estando estas firmadas no compromisso de fazer a obra, assim como promovê-las nos espaços destinados à instrução, fossem de cunho público ou nos espaços privados (BRAGANÇA, 2004). Conforme aduz Chartier (1999), o autor vai criar sua obra, porém dependente de outras instâncias, ancorado nas regras estabelecidas pelo patronato, pelo mecenato ou pelas regras do mercado. Daí, podermos entender que “toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições do mundo social” (CHARTIER, 1992, p. 9).

Corrêa (2004) ainda ressalta as táticas utilizadas pelos autores e pelos comerciantes de livros, no sentido de propiciarem a adoção, a difusão e a circulação, diferindo-as sob alguns aspectos. Os primeiros (autores) enviavam cartas para os representantes políticos, na intenção de explicitar a importância de sua obra para a instrução dos cidadãos. Cada autor iniciava seu discurso esclarecendo a forma pela qual fora convidado a escrever o livro que, neste caso, era denominado “Íris Clássico”. Por conseguinte, elencava as principais qualidades concernentes à obra, a saber: suprir as lacunas do ensino, apresentar preço acessível etc. Logo depois, em tom mais apelativo, abriam uma ressalva para anunciar que o livro se propunha a fazer com que a infância bebesse do leite intelectual, além de realçar a aceitação da obra em outras instâncias, diretorias ou conselhos da instrução. Por fim, disponibilizava um exemplar para que os representantes políticos pudessem analisá-lo.

Na década de 1870, surge o outro personagem, o comerciante de livros, o qual atua de uma forma um pouco diferente daquela auferida pelo autor, embora tivesse o mesmo objetivo, qual seja, favorecer a circulação e o consumo das obras, assumindo, portanto, um papel de co-responsabilidade. Corrêa (2004) exemplifica tal situação com a carta de um comerciante de livros, enviada ao Diretor da Instrução Pública da Província do Amazonas. O comerciante demonstra atuar de forma mais objetiva, solicitando que o prezado Diretor avalie a obra e, caso haja o interesse, ofertar-se-ão 100 exemplares, para os meninos das classes menos abastadas, de modo que partindo da compra de 20 exemplares, obterá o desconto de 50%, corroborando assim, um caráter mais relacionado ao custo-benefício.

Integrando as cartas, os autores também aproveitavam as suas obras, para, no interior destas, anunciar outras obras de sua autoria. A título de exemplo, Corrêa (2004) cita o autor do *Manual Enciclopédico*, Emilio Achilles Monteverde, o qual expõe, na página 41, do Manual em referência, em sua 8ª edição, o anúncio da obra: “Mimo à infância ou Manual de História Sagrada” – buscando aprofundar questões relativas à História Sagrada. Tal estratégica contribuía para que o leitor tivesse uma noção da existência das demais obras do autor em questão, facilitando, assim, a venda e a circulação dessas produções.

Outro instrumento de divulgação começa, então, a ter interesse em divulgar os livros: a imprensa, por meio dos jornais. Nesse tipo de suporte, os assuntos educacionais passam a ter destaque, em virtude de alcançar a maior parte da população, pois o jornal é um suporte discursivo amplamente viabilizado na sociedade imperial. Desse modo, profissionais da imprensa ou intelectuais elaboravam resenhas de livros escolares, as quais eram publicadas nos jornais. Essas mesmas resenhas, por vezes, eram aproveitadas pelos autores que as inseriam no próprio livro. Assim fez Monteverde, que incluiu uma resenha em seu livro “Mehodo facillimo” (CORRÊA, 2004).

Para compreendermos melhor o papel da imprensa no século XIX, acrescentamos que, por ser considerada uma instituição social, perpassa inúmeras esferas da sociedade, uma vez que, a partir de suas publicações e de seus discursos, representa as formas de vivência de cada época. Ao recorrermos à história da imprensa, percebemos que esta não se apresenta como sendo neutra, em virtude dos condicionantes sociais que a demarcam; em outras palavras, os fatores culturais, os políticos, os econômicos, os culturais e os sociais, tendo em vista interesses individuais ou coletivos, vão sendo ali firmados (SILVA, 2010).

Com o advento do século XIX, a imprensa começou a se desenvolver e a criar mecanismos, com o intuito de atingir o maior número de pessoas, mesmo que ainda tivesse um caráter mais informativo do que mercadológico. Para Melo (2005), os jornais figuravam interesses literários e culturais e, posteriormente, passaram a ser um espaço vinculado ao debate público da burguesia emergente, adentrando, no século XIX, ao debate político.

A imprensa, em sua totalidade, abarca diversas maneiras de expressão através de suportes, tais como: os jornais, as revistas, o rádio, a televisão, de modo que é a partir do século XVIII que ela inicia o seu percurso, intermediada pelo jornalismo ou imprensa periódica. Inicialmente, no contexto Europeu, a Imprensa passa a ser considerada como divulgadora de “obras menores”, as quais veiculam conteúdos responsáveis por direcionar o projeto iluminista, o qual objetivava mudar os ideais e o modo de viver das pessoas. Com efeito, essa mesma imprensa lançou as suas luzes para a realidade latino-americana, dando

início ao que se chamou de “íbero-americanização” da imprensa. Esse processo só pode ser efetivado, contudo, a partir da independência das colônias, pois, até então, havia um controle mais contumaz em relação às ideias propagadas, as quais poderiam ferir os princípios políticos e sociais da época. A imprensa, ao longo do século XIX, assume, portanto, a função de educar a população, envolta por uma sociedade recém independente (PALLARES-BURKE, 1998).

Tendo a imprensa a sua importância destacada, observa-se, não obstante, que o jornalismo do século XIX, vem atuar como um veiculador de informações que se encontram dispostas nos jornais, cujas intenções estavam atreladas não só à busca por notícias, mas também à objetividade e à prestação de serviços. Entre os anúncios de prestações de serviços, ressaltamos aqueles que traziam conteúdos sobre educação e instrução pública e, inseridos nestes, a divulgação de livros ou manuais.

Pinto (2009) analisa em sua dissertação intitulada “O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares”, como se deu a circulação dos Manuais, destacando sua importância no processo de socialização, de doutrinação e de identidade nacional. Desta feita, descreve os manuais como instrumentos que regularam e ordenaram a prática docente, de modo que foram transformados em livros escolares direcionados aos professores e à conformação dos alunos. Nessa perspectiva, a cultura escrita vai ganhando espaço e fomentando as práticas de leitura e de escrita, pois, mesmo que o livro fosse um bem reservado a poucos, começava a ganhar importância e espaço. A disseminação dessa cultura escrita deve-se, sobretudo, ao surgimento da imprensa, uma vez que, inicialmente, os suportes da escrita eram manuscritos e, por esta razão, os custos eram mais elevados e de difícil acesso.

A invenção da Imprensa e o uso generalizado do papel foram uma porta aberta para a difusão e generalização da cultura, com os mais variados escritos, o que, a longo prazo, conduziu à edição de manuais escolares. Tinham como desígnio primordial a apresentação de um caminho organizado, simples e acessível para a aprendizagem da leitura. Os manuais assumem-se, assim, como instrumentos de controlo e regulamentação social da leitura, em consonância com uma uniformização e padronização crescentes, contribuindo para a melhoria da qualidade da instrução primária. Os manuais escolares facilitaram a vida aos próprios professores, constituindo um instrumento de trabalho organizado e com objectivos definidos (PINTO, 2009, p. 16).

Para além de um carácter conformador e de adequação aos ditames sociais, o autor também apresenta os aspectos positivos da circulação deste suporte, ou seja, facilitar a vida do professor, por nortear todo o seu trabalho de forma organizada e com objetivos firmados.

Corrêa (2005) discorre, em seu trabalho intitulado “Manuais, paleógrafos e livros de leitura: com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?”, acerca das especificidades do *Manual Enciclopédico*, de Emilio Achilles Monteverde, livro natural de Portugal, que passou a circular nas províncias brasileiras, no período imperial. O referido autor em suas pesquisas descobre que a circulação deste Manual no Amazonas ocorreu entre os anos de 1858 a 1880.

A obra, contendo 698 páginas, tem um caráter enciclopédico, como descrito em sua própria nomenclatura, por aglutinar os conteúdos que envolvem todas as matérias correspondentes ao ensino primário. Era destinada aos alunos que já tivessem concluído a alfabetização. Um dos benefícios da obra devia-se ao fato de ser mais acessível financeiramente, já que reunia ali todas as disciplinas; em contrapartida, os livros específicos tinham preços mais elevados (CORRÊA, 2005).

Frente a estas vantagens, o Manual teve inúmeras reimpressões, de modo que, após a sua primeira edição no ano de 1837, foi sendo republicado nos anos subsequentes: 1838, 1840, 1843, 1850, 1855 (30 mil exemplares); 1865 (40.000 exemplares); 1870 (42.000 exemplares); e 1875 (42.000 exemplares). Seu sucesso editorial estava atrelado, portanto, não apenas ao fator econômico – incluindo a responsabilidade assumida pelo Governo na distribuição gratuita desse material, para as crianças pobres – mas também aos conteúdos, por serem apresentados de forma bem completa. Segundo Corrêa (2005), os:

Conteúdos instrutivos (gramática, operações matemáticas, história do Brasil e de Portugal, cosmografia, artes, mitologia); regras e modelos do bem viver (elementos de civilidade); preceitos moral-religiosos (história sagrada) eram alguns dos pilares sobre os quais o Manual de Monteverde havia sido composto (CORRÊA, 2005, p. 5-6).

Assim, percebe-se a completude do material, tendo em vista buscar suprir os anseios de uma sociedade a qual buscava, por meio da educação, formas de instruir e de civilizar.

O tipo de pesquisa que realizamos é a pesquisa histórica, a qual se constitui como um viés da pesquisa documental, na medida em que pressupõe compreender os fenômenos desencadeados historicamente, tendo como suporte os acontecimentos do passado (MAIA *et al.* 2011).

O trabalho desenvolveu-se a partir da análise de fontes escritas, primárias e secundárias, veiculadas na imprensa paraibana, do Rio de Janeiro, do Maranhão, de Pernambuco, do Pará e do Ceará, por meio dos jornais: *A regeneração*⁷ (1861-1862); *Correio*

⁷ “Foi fundado em 1861 e circulou até 1862, de forma clara em suas publicações, demonstra que apoiava o governo do presidente da época, Francisco de Araújo Lima [...]” (TARGINO; MARIANO, 2016, p.863).

*Mercantil*⁸ (1848-1868), *Diário do Rio de Janeiro*⁹ (1820-1869), *Diário do Maranhão*¹⁰ (1850-1919), *Publicador Maranhense*¹¹ (1850-1919), *A Imprensa: Jornal Político e Social (PE)* (1855-1911), *O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE)* (1850-1919), *Jornal do Pará : Orgão Oficial (PA)* (1867-1878), *Diário de Belém : Folha Politica, Noticiosa e Commercial (PA)* (1868-1889) e *O Cearense (CE)* – (1846-1891). A partir do contato com as fontes, analisamos cada seção que corresponde ao conteúdo de Moralidade do Manual, nos propiciando atingir os objetivos da pesquisa, adentrando no contexto social do Império, no sentido de compreender como se davam as relações de poder.

O recorte temporal (1862 a 1874) foi escolhido devido aos anos de publicação de duas edições a que tivemos acesso – a oitava e a décima edição. A oitava edição, do ano de 1862, foi disponibilizada pelo professor Carlos Humberto Alves Corrêa¹², com quem fizemos contato via e-mail. O Professor fotografou partes que compunham a obra, localizada por ele na Biblioteca Pública de Belém. Já a décima edição, do ano de 1874, foi adquirida por meio de uma compra virtual¹³.

Desta forma, em razão de o nosso objeto ser o conteúdo de Moralidade disposto no próprio Manual, inicialmente foi realizada uma leitura dessa parte da obra, na intenção de

Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/viewFile/3217/2659> Acesso em: mar. 2021.

⁸ “O Correio Mercantil foi publicado na cidade do Rio de Janeiro, de 1 de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. Nos anos iniciais da década de cinquenta, o jornal era editado em francês aos domingos. No início de 1848, o cabeçalho do jornal trazia o nome da firma do proprietário, Francisco José dos Santos Rodrigues e Companhia” (RIBEIRO, 2005, p.1 (Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52299316788677491622775106705398388218.pdf> Acesso em: mar. 2020. O que é esse 1, depois do ano de 1868?

⁹ “O Diário do Rio de Janeiro, o primeiro diário da história da imprensa brasileira, veio a lume: a partir de 1º de junho de 1821. O mesmo foi impresso inicialmente na tipografia real, mas já em março de 1822 Meirelles instalou sua própria tipografia, a Typographia do Diário do Rio de Janeiro, que passou a publicar a folha homônima”. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-rio-de-janeiro/> Acesso em: mar. 2020.

¹⁰ “Criado por empresários locais e dirigido por Antônio Rego, o Diário do Maranhão foi lançado em 1855, na cidade de São Luís. Veio à luz poucos anos após a lei que extinguiu o tráfico intercontinental de escravos para o Brasil (1850), apresentando-se como um “jornal do commercio, lavoura e industria”. Sua circulação foi suspensa em 1858, para reaparecer em 1873, com pequenas modificações. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-do-maranhao/> Acesso em: mar. 2020.

¹¹ “fundado em julho de 1842. Era um órgão oficial do governo provincial e saía três vezes por semana até 1862, quando se tornou diário. Ao longo de sua existência estiveram em sua redação diversos jornalistas de prestígio e com variada tendência política, como João Francisco Lisboa, que foi redator até 1855, e Sotero dos Reis, que assumiu a sua redação em 1856, permanecendo até 1861” (ARAÚJO, 2014).

¹² Carlos Humberto Alves Corrêa possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas (1988), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1999) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é professor concursado da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3187240/carlos-humberto-alves-correa> Acesso em: dez. 2018.

¹³ A compra foi realizada no site da Estante Virtual: <https://www.google.com/search?q=estante+virtual+livros+usados&oq=estante+virtual&aqs=chrome.2.69i57j0l6j5.5951j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

compreender quais eram os princípios veiculados por este suporte discursivo, para só, a partir disto, iniciarmos uma busca em ambiente digital, especificamente no site da *Hemeroteca Digital*¹⁴, espaço no qual podemos encontrar um acervo com inúmeros jornais digitalizados. Daí então, justapomos os conteúdos encontrados, utilizando como fonte documental os Relatórios dos Presidentes¹⁵ de províncias da Paraíba¹⁶, o próprio jornal e demais fontes, com o intento de não só compreender de que forma esses princípios contribuíram para a formação do povo mas também compreender como foi se dando a sua circulação, tendo em vista as relações estabelecidas pelo autor da obra com outras instâncias sociais, principalmente pela Imprensa. É possível que, na medida em que o autor buscou dar visibilidade ao Manual, através da publicação de anúncios, ele tenha disponibilizado aos meninos menos favorecidos dessa província alguns de seus exemplares – assim como fez em outras –, proporcionando, assim, a socialização do conhecimento.

Neste intento, o processo de análise se deu por intermédio das contribuições advindas de Certeau, no que tange à relação que este faz entre o real conhecido (o discurso que está posto) e o real implicado (o discurso formado pelo historiador) (CERTEAU, 1982), na medida em que devemos considerar as informações dispostas nas fontes, como um desdobramento de inúmeros olhares sobre determinado objeto.

As categorias de análise estão firmadas em conceitos e elementos que circundam o *Manual Enciclopédico*, de modo que se desmembram ao longo das seções, mesmo não estando explícitos em seus títulos, quais sejam: as diferenças entre moralidade e imoralidade; as diferenças entre circulação e circularidade; a forma do *Manual Enciclopédico* (elementos perigráficos); o conteúdo do *Manual Enciclopédico*. Conceitos e elementos que vão dando subsídios para a compreensão dos contributos dos princípios de moralidade expressos no *Manual enciclopédico*, para a formação da mocidade na província da Paraíba.

Desta feita, partimos das legislações da época para pensar o lugar da moralidade, fizemos um levantamento acerca da circulação do *Manual Enciclopédico*, seja em forma de anúncios de venda ou de outras informações, em jornais das províncias do Ceará, de Pernambuco, do Pará, do Maranhão e do Rio de Janeiro, para com base nisto, poder compreender as contribuições da moralidade para a mocidade na província da Paraíba. Para

¹⁴ Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁵ “[...] os presidentes de província se constituíam como o dizer autorizado, como o difusor da estratégia ideológica de fortalecimento da nação e da monarquia, como deixam bastante explicitados em seus relatórios [...]” (SENA; BARBOSA, 2012, p.37). Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644457005.pdf> Acesso em: mai. 2022.

¹⁶ Os Relatórios da Paraíba encontram-se disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>.

tanto, tivemos que recorrer também a outras províncias, na intenção de elaborar um corpus mais consistente, o qual pudesse nos dar maiores indícios de sua circulação e, assim, ratificar a sua importância na sociedade brasileira imperial.

No que se refere às contribuições de Chartier (1999), ancoramo-nos nos conceitos atrelados à análise dos textos (compreensão de sua estrutura e objetivos), à história do livro (pensar as formas que configuram o escrito) e o estudo das práticas (pensar os diferentes desdobramentos dos significados).

Também nos apoiamos em Durkheim (1999, 1983, 1952), a partir do seu conceito de moral coletiva e fato social; aprofundando a discussão a respeito da Moralidade, com base nas contribuições de Adorno (1988), o qual trata a Moralidade Pública como força, consenso e controle. E é nos pautando nestes aspectos que adentramos na discussão sobre as formas de controle do corpo, baseando-nos em Foucault (2008), tendo em vista que as noções de Moralidade imputavam formas de comportamento, a fim de monitorar as ações de cada indivíduo, por meio do domínio das ideias em razão das forças que operavam sobre ele, bem como o seu conceito de biopoder, no que se refere ao controle dos corpos.

A tese que fundamenta este trabalho Doutoral está organizada em três seções.

A primeira seção intitulada *A instrução pública e seus desvelamentos no ensino primário da Corte e da província da Paraíba: a moralidade como cerne da discussão*, firmando uma discussão acerca de como foi se desenvolvendo a Instrução Pública no Brasil, especialmente a Instrução Primária e sua relação com a Moralidade empreendida no período imperial, por meio de excertos de jornais, da legislação da época bem como de exemplos de manuais de civilidade que circularam no Império, no sentido de observarmos de que maneira circulava o discurso da Moralidade em sua materialidade.

A segunda seção, intitulada *A propagação do leite intelectual: a instrução da mocidade através do Manual Enciclopédico*, contempla os aspectos históricos do *Manual Enciclopédico*, coadunando com a própria História da Educação e da Instrução Pública, perpassando sobre as suas principais características e a sua circulação e, assim, adentramos em sua forma por meio da exposição e análise dos seus elementos perigráficos, a saber: o título, a função autor e o índice.

A terceira e última seção, intitulada *O conteúdo de mocidade disposto no Manual Enciclopédico: regras de sociabilidade*, discorre acerca dos deveres que foram imputados à sociedade, por meio dos conteúdos e dos discursos empreendidos na primeira parte da obra: *Princípios Geraes de Moral*, os quais compunham as regras de sociabilidade da sociedade imperial portuguesa e, por consequência, da sociedade brasileira. Sua organização primou-se

em oito subtítulos, sendo eles: Dos deveres para com Deus, para consigo mesmo, para com os semelhantes em geral, para com os pais, para com os mestres e mestras, para com os inferiores, do Rei ou do Chefe de Estado, seus Ministros e seus governados e os deveres gerais.

Para a História da Educação, este trabalho doutoral contribui em evidenciar um objeto de pesquisa que remonta os princípios morais que estavam sendo disseminados na sociedade brasileira, por meio da circulação do *Manual Enciclopédico*. Desta forma, podemos compreender qual o tipo de sociedade que se almejava formar, por meio das orientações à vida cotidiana da população, mesmo que tal conjuntura pudesse ter inúmeras maneiras de apropriação, ou seja, nem todos os grupos sociais iriam cumprir tais orientações.

2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E SEUS DESVELAMENTOS NO ENSINO PRIMÁRIO DA CORTE E DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA: A MORALIDADE COMO CERNE DA DISCUSSÃO

[...] a instrução, sendo um bem commum para todos, que faz o brilho, e firma o repouso da sociedade, deve ser derramada o mais possivel por todas as suas classes (CORREIO MERCANTIL, 1848, p. 2).

Principiando a presente seção com este trecho extraído do jornal *Correio Mercantil*, esboçamos a relevância em conduzir uma discussão que revela o protagonismo que era dado à Instrução Pública, mesmo que suas condições ainda fossem incipientes, tendo em vista que os discursos que a permeavam primavam por colocá-la em uma posição privilegiada, a fim de que pudessem alcançar toda a sociedade, mesmo que de forma diversa.

No decorrer desta seção, discute-se como foi se desenvolvendo a Instrução Pública no Brasil, especialmente a Instrução Primária e sua relação com a Moralidade empreendida no Período Imperial, por meio de excertos de jornais, da legislação da época bem como de exemplos de manuais de civilidade que circularam no Império, no sentido de observarmos de que maneira circulava o discurso da moralidade em sua materialidade.

Tal escolha temática deve-se ao fato de que, para se chegar ao debate acerca do *Manual Enciclopédico* – sua forma e seu conteúdo, implicando uma discussão sobre sua contribuição na formação da mocidade no período imperial –, torna-se essencial lançar o olhar sobre as especificidades mencionadas, uma vez que o referido Manual era destinado às escolas de Instrução Primária, e um dos seus conteúdos era a Moral.

2.1 A MORALIDADE CONDUZINDO O ENSINO PRIMÁRIO: SUGERINDO UMA SOCIEDADE DOS DEVERES

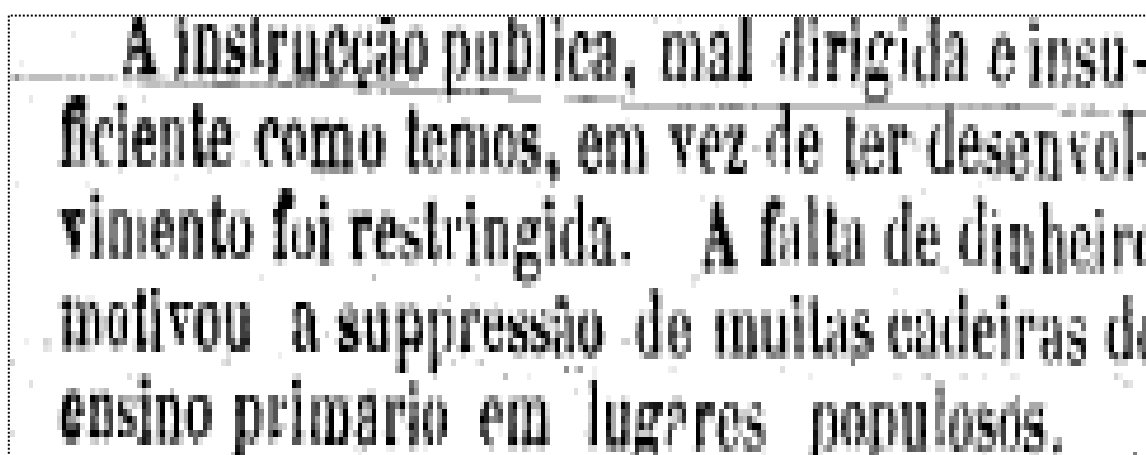
Durante muito tempo, o período imperial foi considerado como um momento de transição, sem muitas contribuições direcionadas à Instrução Pública. Esta ponderação, no entanto, tornou-se obsoleta, na medida em que estudos mais contemporâneos revelam que muito se debateu sobre a instrução na intenção de escolarizar a população considerada menos abastada, a fim de formar a nação por meio da civilização, na qual a moral estava imersa (FARIA FILHO, 2007).

Desse modo, por se tratar de uma nação recém-independente, o Governo primava por direcionar o olhar para o povo, mas não em um sentido emancipatório, e sim no sentido de moldar e controlar a população, de modo que não bastaria ser um Estado independente, mas,

sobretudo, obter condições de governança. Tais condições estariam assentadas em utilizar a instrução a favor do Estado.

Para tanto, uma das alternativas para desenvolver e ampliar essa instrução seria por meio da promulgação de legislações, iniciando-se pela lei¹⁷ de 15 de outubro de 1827, tendo continuidade com o Ato Institucional de agosto de 1834. Com esse Ato Institucional, as próprias Assembleias constitucionais provinciais passariam a legislar sobre a Instrução Primária e Secundária, acarretando a descentralização do ensino. Devido à instabilidade política, inúmeras foram as deficiências que afligiram a Instrução, a qual, nesse período também ficou marcada por três particularidades: 1) a diversidade de escolas; 2) a precariedade financeira das províncias recaindo sobre a instrução; 3) e a diversidade dos atos legais (FARIA FILHO, 2007). Podemos vislumbrar essa realidade em um recorte (FIG.1) do jornal *A Regeneração*:

FIGURA 1 – Aviso sobre as condições precárias da instrução pública



Fonte: *A Regeneração* (25 de janeiro de 1862).

Outra carência que figurava no Ensino Primário era a baixa frequência de alunos, pelo fato de que a sociedade ainda era composta, em sua maioria, por escravos, mestiços e uma classe média emergente – a burguesia. Vivia-se uma época de transição: a sociedade agrário-exportadora dependente estava “migrando” para uma sociedade agrário-comercial e, com isso, buscava-se uma população renovada, moldada para lidar com os novos conhecimentos técnicos (SANT’ANNA; MIZUTA, 2010). No Relatório do Presidente de Província da Parahyba do Norte (1862, p. 28), Dr. Francisco D’Araujo Lima, consta uma

¹⁷ “Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio” (BRASIL, 1827, p. 1). Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: mar.2020.

descrição de como se encontrava a Instrução Primária nessa Província, principalmente no que se refere aos poucos recursos financeiros para gerir o ensino:

O número de escolas pagas pela província é de 54, sendo 39 do sexo masculino e 15 do sexo feminino, que foram frequentadas por 1,403 alunos aquellas, e estas por 349 alumnas.

Dos relatorios do ilustrado Diretor Geral da Instrucção Pública vereis que não é satisfactorio o estado da Instrucção Publica Primaria da Provincia.

O augmento de cadeiras e dos vencimentos dos professores nas circumstancias actuais financeiras da Provincia, que lucha com as consequencias de um empréstimo, embora amortisado a mais de um terço, não é medida prudente; é melhor, antes, que continuem algumas localidades sem escola, e os professores com os vencimentos que percebem actualmente, do que a nova creação de escolas e a decretação de melhoras em vencimentos (PARAHYBA DO NORTE, 1862, p. 28).

A questão financeira se sobressaía como algo que demarcava a Instrução Primária, na medida em que, para o Diretor Geral da Instrução, era mais coerente evitar abrir escolas ou melhorar as condições de trabalho do professor do que provocar um endividamento que compromettesse ainda mais a Instrução Pública.

Faria Filho (2007) argumenta que, diante da importância delegada à Instrução, tendo em vista gerir a educação da infância, o ensino de primeiras letras (ler, escrever e contar) foi sendo gradativamente substituído pelo ensino elementar, este indo além dos ensinamentos previstos pelo anterior, já que agrupava os rudimentos de gramática, de língua pátria, de aritmética ou rudimentos de conhecimentos religiosos. Neste sentido, somente a partir da década de 60, do século XIX, é que se buscou principiar uma organização mais apurada do ensino, compondo uma educação primária que estivesse conectada ao ensino secundário, tendo em vista este direcionar o aluno ao ensino superior. Essa situação pode ser justificada a partir do que menciona Sant`Anna e Mizuta (2010), ao declararem que é no ano de 1850, com o fim do tráfico negreiro (Lei Euzébio de Queiroz) e com a exportação do café, que o Brasil começava a se destacar mundialmente e, provavelmente, tais melhorias iam conduzindo à Instrução Pública.

Schueler (1999) reitera que foi a partir de 1850 que a Corte imperial, juntamente com as províncias ampliaram a sua preocupação com a organização de um sistema de educação pública, uma vez que a Instrução Primária já havia sido garantida como um direito, desde a Constituição de 1824, uma das iniciativas precursoras em prol das crianças e dos jovens. Nessa época, o Ministério do Império era o Órgão responsável por administrar o Ensino Primário e o Ensino Secundário, bem como o Ensino Superior.

O Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte (Decreto 1331 de 17 de fevereiro de 1854), entre os conteúdos dispostos, delimitou o público alvo do Ensino Primário e Secundário, restringindo-o à população livre e vacinada, excluindo os escravos de efetuarem sua matrícula. Isso não significou, contudo, que este último grupo não tivesse acesso à instrução. Outra delimitação foi em relação à faixa etária adequada para o grau de ensino, uma vez que as escolas primárias poderiam ser frequentadas por pessoas livres com idade entre 5 e 14 anos; já o ensino secundário, por pessoas entre 14 e 21 anos, não permitindo o acesso daqueles que estivessem fora deste parâmetro (SCHUELER, 1999). Em seu artigo 47, o Regulamento aduz que:

O ensino primario nas escolas publicas comprehende:
 A instrucção moral e religiosa,
 A leitura e escripta,
 As noções essenciaes da grammatica,
 Os principios elementares da arithmetica,
 O systema de pesos e medidas do municipio.
 Póde comprehender tambem:
 O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas,
 A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada,
 Os elementos de historia e geographia, principalmente do Brasil,
 Os principios das sciencias physicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida,
 A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes (LEI 1331, 1854).

Pautando-nos no Artigo 47 em referência, percebemos que a gama de conhecimentos que deveriam instruir a população estava em conformidade com os critérios impostos pela legislação, uma vez que a Instrução Primária estaria associada à Instrução Popular. Os meninos pobres foram, portanto, uma parcela da população a ser considerada fundamental no sentido de receberem a Instrução Primária. Isso se confirma na determinação de acolhimento aos menores de 12 anos que estivessem em “estado de pobreza ou mendicidade”; sobre estes, o governo tinha a obrigação de recolhê-los em “casas de asylo” bem como efetuar a matrícula em escolas públicas ou particulares.

Outra característica estabelecida no referido Regulamento discorria sobre a obrigação do pagamento de multa, a saber: de 20 a 100 réis, aos pais ou responsáveis daquelas crianças que não estivessem matriculadas na Instrução Primária, tendo em vista a sua obrigatoriedade. Já o ensino secundário não era, todavia, considerado obrigatório. Isso acaba acarretando uma menor quantidade de alunos das classes menos favorecidas (LEI 1331, 1854).

Como forma de um suposto incentivo, o Governo oferecia vestuário e material escolar, na tentativa de que as crianças permanecessem na escola. Em seguida, essas crianças seriam encaminhadas aos Arsenais de Marinha e de Guerra, assim como às oficinas particulares, na intenção de dominarem algum ofício, objetivando o sustento e um trabalho. Somente aqueles que apresentassem distinção e capacidade seriam direcionados ao ensino secundário ou superior. Realidade que não era corriqueira a este grupo, o qual passou a ser denominado de trabalhadores livres (SCHUELER, 1999).

Com efeito, as prescrições determinadas pela Legislação mencionada revelam, com base em seus critérios, um caráter excludente, em razão de delimitar o público e a faixa etária, conduzindo um debate que circunda a obrigatoriedade vinculada a uma punição, situação pela qual somente as classes menos abastadas serão mais afetadas, em virtude de que, sua maioria, terá mais dificuldade em alcançar os demais graus de ensino.

A seção *Instrução Pública* do jornal *Correio Mercantil* (1848) já esboçava uma preocupação no que se referia ao sistema de ensino vigente, conforme o exposto:

Posto que a instrução publica tenha obtido alguns melhoramentos entre nós, com tudo ainda está mui distante da desejada perfeição. Se, como ninguém ignora, uma das causas mais influentes da perpetração dos crimes é a falta da instrução necessária para desenvolver o estado intellectual, e moral do homem, que tende a aperfeiçoar-se e collocar-se ao nível do estado progressivo e real da sociedade, bem se vê, que este é um dos ramos da administração publica, que deve primeiro merecer todos os nossos desvellos, e cuidados (CORREIO MERCANTIL, 1848, p. 2).

Nota-se que a Instrução Pública assumia, nas páginas dos jornais, uma posição bem relevante, no tocante a sensibilizar a população sobre a necessidade de instruir-se bem como revelar o seu protagonismo frente aos demais setores da sociedade, em virtude da sua contribuição em organizar com mais afinco as relações de poder estabelecidas. Seguindo sua exposição, complementa-a com as fragilidades que assolam a Instrução, perpassando a figura do professor, assim como os materiais escolares, adentrando na indicação da divisão da Instrução Primária, a qual pode ser observada na Lei 1331, de 1854:

Infelizmente as aulas elementares da provincia ainda não satisfazem suas necessidades, e essas mesmas se achão em máu estado. A ignorancia, a negligencia dos professores, a falta de compendios, e utensilios, de unidade e uniformidade no ensino, tudo concorre para esse deploravel atraso, em que ainda se acha a instrucção elementar. Seria conveniente dividir a instrucção primaria em duas classes: instrucção elementar propriamente tal, e instrucção elementar superior, comprehendendo a primeira a leitura, caligraphia, rudimentos da grammatica, noções elementares de arithmetica, de desenho linerar, do cathecismo, e dos deveres moraes do homem; e a

segunda a grammatica completa da lingua, arithmetica, e noções de algebra, a geometria elementar, noções geraes das sciencias phisicas, e naturaes, elementos de geographia, da historia patria, e da historia biblica.

Nessa perspectiva, ainda se menciona acerca de a divisão em Instrução Elementar e Instrução Elementar Superior já ter sido concretizada na França e em alguns países europeus de forma bem sucedida, cabendo ao Brasil dar continuidade ao feito. Tal continuidade, porém, foi sugerida de forma a restringir a Instrução Elementar da primeira classe nas vilas e nos lugares menos importantes. Já a Instrução Elementar Superior se destinaria às vilas e às cidades mais importantes, locais onde a quantidade de alunos era mais crescente. Essa forma de organização da Instrução Primária revela-nos a maneira excludente do Governo em selecionar o tipo de conhecimento que as classes sociais deveriam obter, deixando as classes menos favorecidas munidas apenas de conhecimentos mais preliminares.

Sant'Anna e Mizuta (2010) discorrem sobre as contribuições de intelectuais que estavam, na segunda metade do século XIX, em defesa da Instrução Pública. O primeiro foi José Liberato Barroso, o qual defendeu uma educação pública e obrigatória, tendo a moral como base que regia a educação elementar. Já o segundo foi Antônio Almeida de Oliveira, com participação nas questões políticas e, também, nas questões educacionais, considerando a educação como instrumento para a formação do homem, tanto como trabalhador quanto como indivíduo. Especificamente, o Ensino Primário era visto por ele como um direito firmado por uma necessidade legal e social, objetivando o crescimento da nação. E, assim como Barroso, também considerava a moral como elemento essencial a esse grau de ensino.

A moralidade era, portanto, um dos elementos fundantes para a formação da “boa sociedade”, como bem foi já mencionado na parte introdutória deste trabalho, uma vez que se pleiteava romper com os vícios que pudessem fazer parte do mundo da desordem, como descreve Castanha: “Ser moral era ser ordeiro, respeitar a hierarquia, aceitar a autoridade, saber qual era o seu espaço na sociedade, e, além disso ser católico” (CASTANHA, 1999, p. 9).

Durkheim (1999,1983,1952), um dos precursores da Sociologia, já mencionava sobre a construção de uma moral coletiva, a qual seria conduzida pela educação, pois que o indivíduo nasce da sociedade. Ressalta, também, que a solidariedade vai imputar como os indivíduos constituem o consenso e a sociedade, subdividindo esta última em dois tipos: mecânica (sociedade simples) e orgânica (sociedade composta). Nesse cenário, a disciplina torna-se instrumento moral e o “fato social” irá determinar as individualidades. Em outras palavras, para o autor, o indivíduo é determinado pelas circunstâncias sociais. Outro aspecto a

ser considerado por Durkheim é quanto ao fato de que nem todos os homens são feitos para refletir, haja vista que há aqueles de sensibilidade e há aqueles de ação. O autor em referência leva-nos a refletir sobre como os governantes conduziam e pensavam a sociedade no Império Brasileiro, em razão de utilizarem as legislações e a Instrução Pública na tentativa uniformizar a sociedade, desmembrando-a em classes sociais díspares, as quais teriam futuros distintos.

Nessa perspectiva, a Moralidade era um dos instrumentos de intervenção contidos na ideia de civilizar e de disciplinar a população. Sendo assim, as classes populares eram consideradas uma ameaça aos governantes, logo, como forma de manter o controle, deram início às campanhas educativas, cujos princípios se assentavam na positividade do trabalho, no modelo familiar nuclear, na economia, na moralidade e na religião. No seio de um debate fincado na preocupação com a pobreza e com a mendicância, firmava-se a ideia de que a educação das classes populares proporcionaria a regeneração social. As iniciativas mencionadas nada mais eram, contudo, do que uma forma de evitar qualquer tipo de reação das classes populares, mantendo-as sob vigilância (GONDRA; SCHUELER, 2008).

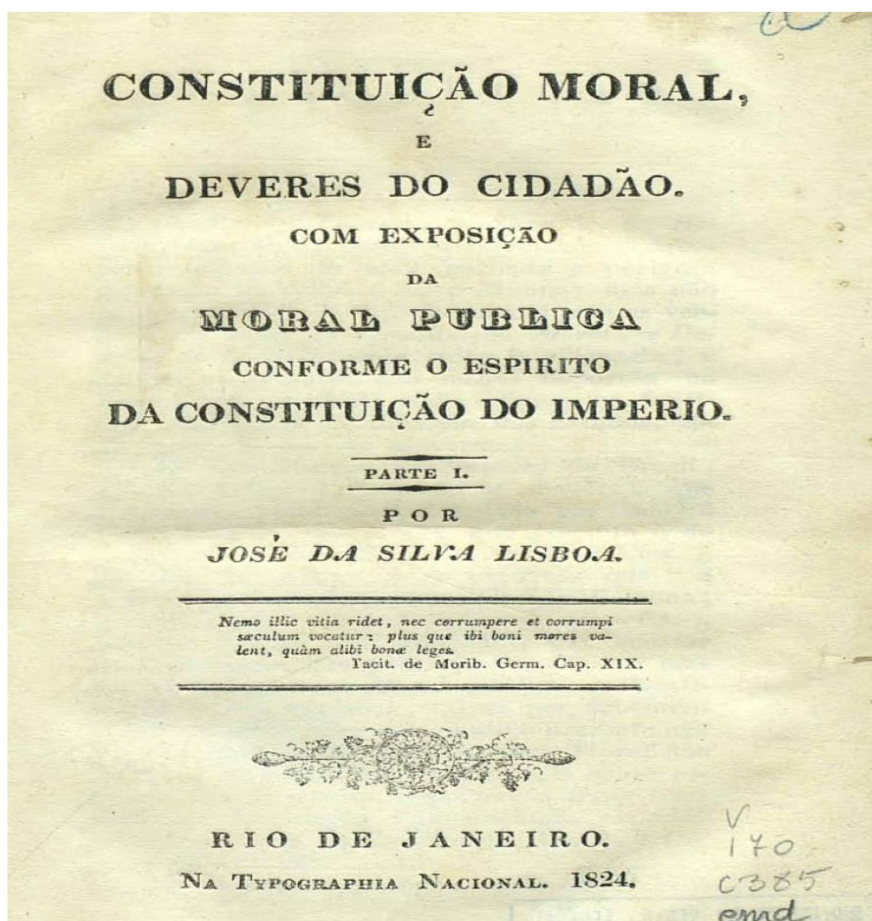
Para manter a normatividade social, buscou-se, no campo da moralidade, formas de reconhecer o cidadão, imputando-lhe prescrições de conduta em seu agir, tendo em vista a formação da sociedade nacional. O povo estava, não obstante, refém de valores que modificavam o seu agir, desembocando em uma regulação moral dos afetos, ou seja, era ofertada pouca reflexão, na intenção de propiciar uma suposta felicidade ou conformidade, modificando com facilidade os afetos/opiniões/juízos de valor. Para Narita (2017):

Para além do entendimento e da instrução nas ciências, a educação implicava a construção da consciência moral do bom cidadão na dinâmica social. Como fiadora da nova coesão, a religião oferecia, a um só tempo, a substância e a garantia da integração moral dos cidadãos (NARITA, 2017, p. 7).

No ano de 1824, José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu)¹⁸, o primeiro economista brasileiro e pai da ciência econômica, escreve a *Constituição moral no império*, considerada uma das obras mais intensas publicadas por ele, contendo, entre outras informações, um direcionamento a respeito da moralidade pública, partindo dos deveres delegados aos cidadãos. Segue a imagem (FIG. 2) da Folha de Rosto do livro acima citado.

¹⁸ Para aprofundar os conhecimentos acerca da biografia deste intelectual, dispomos o texto “José da Silva Lisboa: estadista e intelectual”, de José Augusto Bezerra. Disponível em: https://www.institutoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2009/07_Art_JosedasilvaLisboa.pdf

FIGURA 2 – Folha de rosto da Constituição Moral



Fonte: LISBOA (1824).

Ainda nesta Constituição, sobre a moralidade pública “Entende-se pela *Moral Universal*, que fôrma o que se chama *Bons Costumes* em todos os Povos de considerável gráo de civilização” (LISBOA, 1824, p. 4 e 5). Aprofundando um pouco a discussão, Lisboa evoca no Capítulo I algumas considerações acerca da Filosofia Moral, a qual irá indagar a Constituição da Moral, esta considerada a ciência dos Bons Costumes ou Sistema da Moral Pública, intermediadas pelas luzes da razão. A configuração do novo homem, o qual buscava libertar-se das amarras da Igreja, passava a considerar a razão e a liberdade como elementos que iriam redimensionar o seu pensar e o seu agir. Consequentemente, alguns posicionamentos binários passaram a ser indagados: o justo e o injusto; o bem e o mal; a virtude e o vício. Essas indagações se desdobraram em outras inquietudes: nos deveres que seriam de responsabilidade dos homens, em outras palavras, os deveres do homem para com Deus, para consigo, para com os semelhantes, para com o Governo e para com os demais povos (LISBOA, 1824). Deveres estes que também podem ser observados no *Manual Enciclopédico*.

Na Constituição de 1824, a Moral Pública se encontrava no artigo 179, parágrafo V, determinando que “Ninguém póde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica” (BRASIL, 1824). Este trecho reitera a posição privilegiada que o Estado mantinha na legislação, sempre se colocando acima da vontade dos cidadãos, pois estes é que, supostamente, deveriam estar subordinados aos seus ditames.

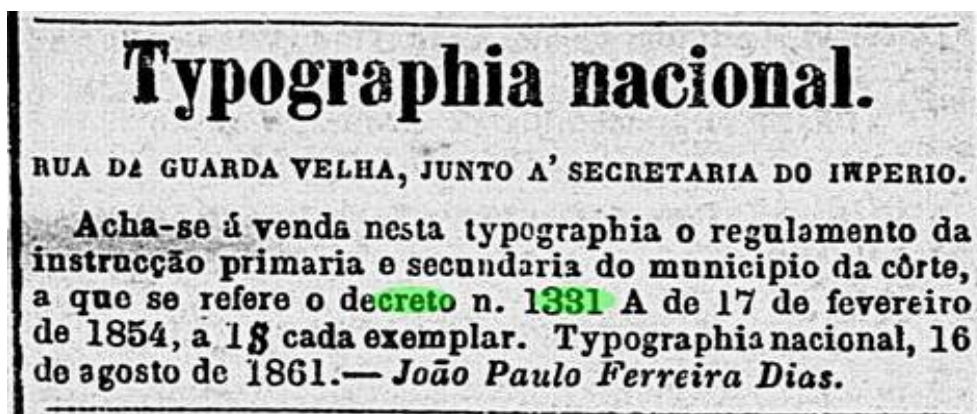
A moral também estava prescrita na Lei 15 de Outubro de 1827, precisamente em seu artigo 6º, quando discorria acerca dos conhecimentos que deveriam ser conduzidos pelos professores, dentre eles: os princípios de moral cristã, assim como evoca a Lei:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1827).

Os preceitos dispostos na Lei em questão haviam sido considerados como uma “ousadia liberal”, iniciada com a Constituição de 1824, a qual previa a gratuidade do ensino primário. Com isso, os legisladores que atuaram entre os anos de 1826-1829 deram sequência a esta “ousadia”, por meio da Lei de 15 de outubro de 1827 (PERES, 2005).

Outra lei que estava envolta pelos princípios da moralidade era o Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, o qual aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário da Corte, tendo como seu signatário Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, que era Ministro e Secretário d’ Estado dos Negócios do Império. Logo, a moralidade foi sendo tratada ao longo do Decreto em diversas perspectivas e contemplando inúmeros partícipes da instrução pública, demonstrando assim, a sua relevância na formação da sociedade imperial. O Decreto em questão foi sendo tão difundido na sociedade da época que se podia encontrar a sua venda na seção dos jornais:

FIGURA 3 – Anúncio da venda do Decreto 1331 – A de 1854

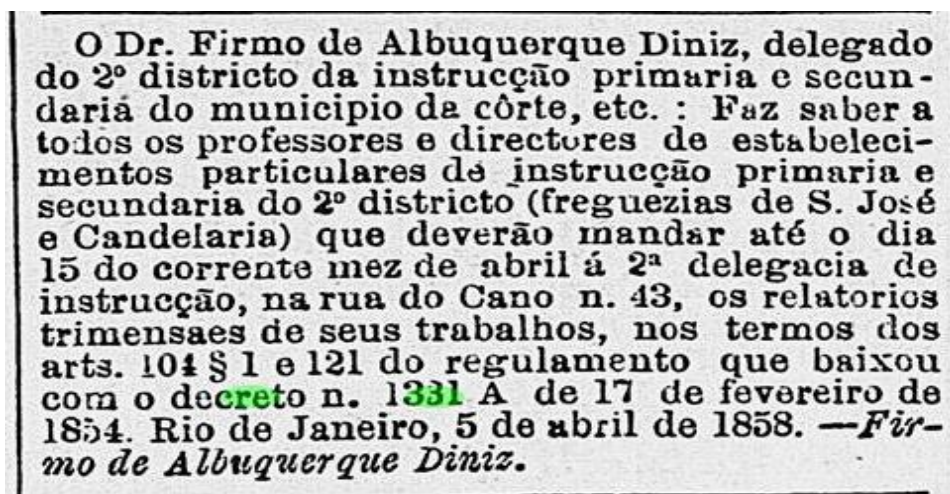


Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal*, 7 de abril de 1861, p. 4.

Nesta perspectiva, a moral emerge, inicialmente, nas atribuições direcionadas aos Delegados de Districto, os quais eram nomeados pelo governo, e como condição para exercer as funções do cargo, não poderiam desempenhar o magistério público ou particular, bem como o ensino primário ou secundário. A sua função estava em colaborar com o Inspector Geral, uma vez que inspecionavam mensalmente as escolas públicas, no sentido de observar se os estabelecimentos estavam cumprindo, devidamente, os Regulamentos e as ordens superiores (BRASIL, 1854). Especificamente a respeito da moral, no artigo 7, parágrafo 3, o Decreto aduz que os Delegados devem comparecer pelo menos uma vez em cada trimestre, nos estabelecimentos particulares, observando se os preceitos morais e higiênicos estão sendo devidamente instituídos, assim como se o ensino está sendo avesso à moral e às Leis.

Por meio dos jornais percebemos que o Decreto ia se fazendo circular de várias maneiras e, por consequência, ampliava a visibilidade da relevância dada à instrução, neste caso no jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal* vemos um exemplo de como o Delegado exerce as atribuições de seu cargo, nutridos pela moralidade, mesmo que esta não esteja disposta de forma direta no aviso abaixo:

FIGURA 4 – Solicitação de relatórios aos professores



O Dr. Firmo de Albuquerque Diniz, delegado do 2º districto da instrucção primaria e secundaria do municipio da côrte, etc. : Faz saber a todos os professores e directores de estabelecimentos particulares de instrucção primaria e secundaria do 2º districto (freguezias de S. José e Candelaria) que deverão mandar até o dia 15 do corrente mez de abril á 2ª delegacia de instrucção, na rua do Cano n. 43, os relatorios trimensaes de seus trabalhos, nos termos dos arts. 104 § 1 e 121 do regulamento que baixou com o decreto n. 1331 A de 17 de fevereiro de 1854. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1858. —*Firmo de Albuquerque Diniz.*

Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal*, 7 de abril de 1858, p. 2.

Sob outro ângulo no mesmo Regulamento, em seu artigo 12, a moral apresenta-se como segundo critério para exercer o magistério público, sendo o primeiro a maioria legal, e o terceiro a capacidade profissional. Vejamos:

Art. 14. A prova de moralidade será dada perante o mesmo Inspector, apresentando o candidato:

1º Folhas corridas nos lugares onde haja residido nos tres annos mais proximos á data do seu requerimento:

2º Attestações dos respectivos parochos.

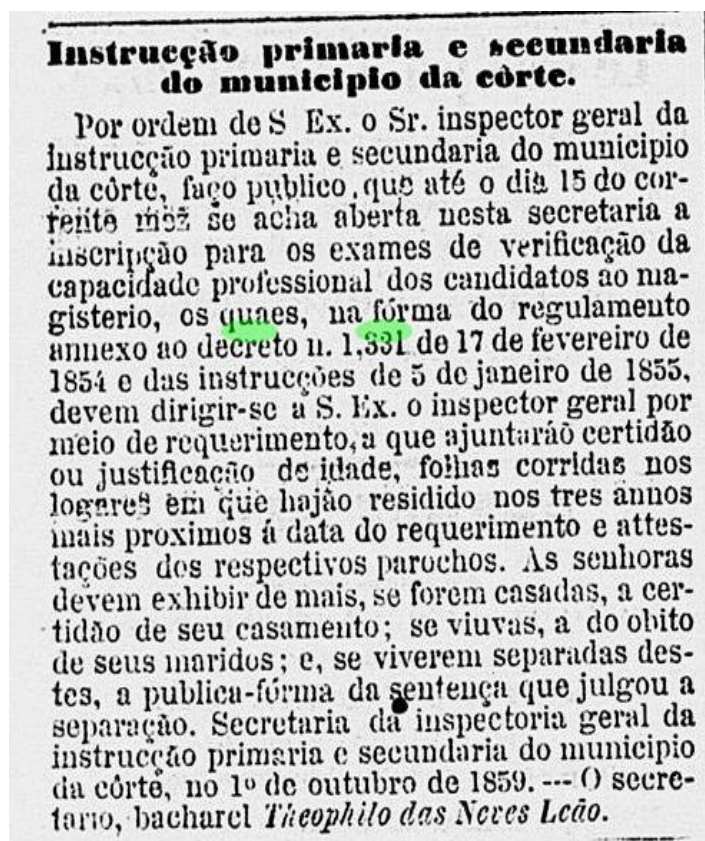
Não póde ser nomeado professor publico o individuo que tiver soffrido pena de galés ou accusação judicial de furto, roubo, estellionato, banca rota, rapto, incesto e adulterio, ou de outro qualquer crime que offenda a moral publica ou a Religião do Estado (BRASIL, 1854, s/p).

Sendo assim, para exercer o cargo de professor, para além dos aspectos burocráticos, a moralidade assume um caráter público, ao passo que ratifica os comportamentos que devem ser adequados ao perfil deste profissional, sem que haja algum histórico de crimes que possam afetar a sua conduta. Quanto aos solteiros, para exercerem o cargo devem ter idade a partir de 25 anos, cuja exceção vale-se para aqueles que residam com os pais e que estes comprovem a devida moralidade. Ademais, a ausência de moralidade também é um dos fatores que condena o professor a perda de seu cargo. No artigo 47, a moral revela-se como o primeiro elemento que perpassa o ensino primário nas escolas públicas, juntamente com a religião.

Ainda no que se refere aos elementos que validam a capacidade profissional dos alunos, observamos no anúncio abaixo algumas das exigências já mencionadas e reiteradas pelo jornal, por meio da solicitação do inspetor geral da instrução primária e secundária,

acoplando especificidades burocráticas que fazem parte de uma sociedade ordeira, tais como: comprovação dos lugares que residiu nos últimos três anos, certidão de casamento, certidão de óbito do marido (para as viúvas), dentre outros.

FIGURA 5 – Informações exigidas para os exames de verificação dos professores

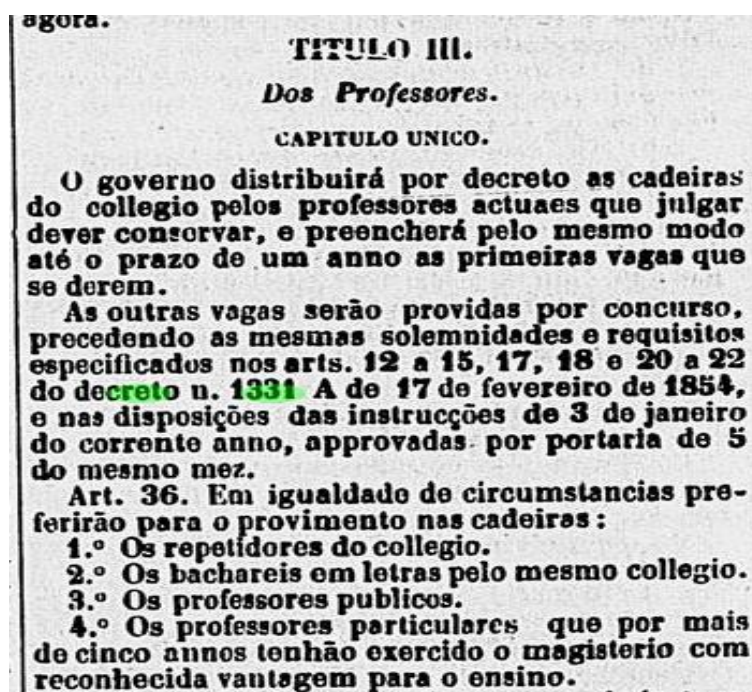


Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal*, 7 de abril de 185, p. 3.

A moralidade também encontra-se imersa nas obrigações dos professores, especificamente no artigo 66, parágrafo 5º, quando menciona que os professores devem ao término de cada trimestre encaminhar um mapa nominal dos alunos, juntamente com uma declaração referente a frequência e ao aproveitamento, por sua vez, ao término de cada ano encaminhar um mapa geral, contemplando o resultado dos exames, evidenciando os alunos que se destacaram tanto por seu talento, quanto por sua moralidade. Já no artigo 88, a moralidade assume a função de ser um elemento indispensável para que os alunos pobres sejam dispensados de pagar uma taxa para ingressarem na escola primária.

Quando se trata da abertura de escolas, o Decreto ressalta a necessidade do pretendente ser maior de 21 anos, de modo que a sua moralidade e a sua capacidade profissional seja justificada, tendo exercido a profissão pelos últimos 5 anos. Corroboramos tal afirmativa com uma seção do jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal*, o qual apresenta a aprovação do Regulamento do Colégio Pedro II, ratificando estar em conformidade com o Decreto 1331-A, quando se trata do provimento do cargo de professor:

FIGURA 6 – Fragmento do Regulamento da Escola Pedro II



Fonte: *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico e Universal*, 20 de fevereiro de 1855, p. 1.

Depois de pontuarmos como foi se dando o aparecimento e/ou a condução da moralidade ao longo do Decreto supracitado, percebeu-se a sua grandiosidade/protagonismo perante o funcionamento da instrução, seja ela pública ou em relação às escolas particulares, perpassando sobre as atribuições dos Delegados de Districto, assim como sendo o segundo critério para que o professor possa exercer o magistério público; como elemento a ser fiscalizado pelos professores em relação ao desempenho dos alunos; além de ser critério fundamental para a abertura de escolas, em outras palavras, a moralidade vai se tornando a interseção (ponto comum) dos elementos ou dos sujeitos que compõem a instrução.

Era de se esperar que a formação atrelada aos preceitos morais recaísse tanto para os professores, como critério para o seu ingresso ao magistério, quanto para os alunos. No

conjunto de Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial (PINHEIRO; CURY, 2004), atenta-se para a relação entre moralidade e religião, como se uma não pudesse caminhar sem a outra. No Regulamento de 20 de janeiro de 1849, o Presidente da Província ordena:

Art. 4 – O professor pregará nas paredes regulamentos, em que se achem traçados os **principais deveres** dos discípulos, as penas máximas da **religião**, e da **moral**.

Art. 37 – Na educação dos meninos não levamos tão somente em vista ensinar-lhes a ler, escrever, calcular, etc., mas também ensinar-lhes e fazer-lhes apreciar as **verdades da religião**, ministrando-lhes uma **educação cristã**, que os ponha em estado de preencherem todos os seus **deveres** para com a sua família, para com os outros homens, e para consigo mesmo.

Art. 39 – Em todas as divisões, a **instrução moral e religiosa** ocupará o primeiro lugar (BRASIL, 1849, p. 22 e 26, grifos nossos).

O referido Regulamento nesses artigos específicos imputa a importância dada ao cumprimento dos deveres, já que por duas vezes isso é reforçado, assim como a junção da moral com a religião – conclui-se, então, que são princípios tão relevantes para a sociedade que devem estar à vista de todos os alunos, conforme expresso no artigo 4. Já o artigo 37 coloca em evidência as características do Ensino Elementar, contemplando o Ensino Religioso, que irá conduzir a Moralidade para além do Ensino de Primeiras Letras (ler, escrever e contar). Por fim, o artigo 39 é incisivo ao pontuar a prevalência da instrução moral e religiosa sob os demais conhecimentos.

No sentido de compreender com maior propriedade o contexto ora mencionado, evocamos a realidade paraibana no período imperial. Godoy (2000) nos ajuda a pensar a história da Paraíba, partindo de alguns temas centrais, entre eles: os movimentos liberais, a construção da ordem e a crise agrária. No que tange aos *movimentos liberais*, a autora pontua os desdobramentos desencadeados pelos seguintes acontecimentos: a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira, contidas em um movimento avesso ao poder centralizador da metrópole. Em razão de a Paraíba estar envolta pelo território mais rico da colônia, determinados acontecimentos foram se estabelecendo, tais como: a invasão holandesa e a subordinação política a Pernambuco, a qual perdurou por 44 anos. Com isso, também foi duramente explorada em suas riquezas e em seus recursos, fosse com a Chegada da Família Real – que usufruía dos bens locais para pagar sua indenização aos holandeses – fosse com o sustento da Corte (Rio de Janeiro) e, tempos depois, com o retorno de D. João VI a Portugal.

O tema *a construção da ordem* demarca o momento em que o país já se encontrava independente, uma vez que o Estado nacional se preocupava em organizar e mobilizar a sua máquina político-administrativa na província da Paraíba.

A Presidência da Província atuava em forma de rodízio, Sena e Barbosa (2012, p.38) esclarecem que especialmente durante os anos de 1837 a 1886, mais de quarenta presidentes estiveram no poder, incluindo “coronéis, barões, senadores, deputados, chefes de polícia e doutores”, representantes que não possuíam formação para atuarem na instrução, mas que legislavam e tomavam decisões que abrangiam a instrução pública (seleção e nomeação de diretores, professores e a indicação dos compêndios). Já o Conselho Provincial tornava-se a Assembleia Legislativa; havia ainda o aparato judiciário e o policial. Outra iniciativa foi a criação de vilas e cidades, na intenção de ampliar a influência e o domínio do poder público. Nesse período, por intermédio da Constituição de 1824, na Assembleia Geral do Império, o voto era censitário e indireto, contemplando somente cinco deputados e dois distritos. A autora ainda destaca o sistema excludente que compunha as eleições, pois apenas 3,9% da população eram eleitores, configurando assim, uma cidadania restrita (GODOY, 2000).

O último tema, *os cidadãos ativos*, correspondia àqueles que podiam votar e ser votados, sendo do sexo masculino e, em sua maioria, das elites agrárias. Na década de 1930, o Estado inicia um processo mais significativo de burocratização – a institucionalização do poder público – a organização dos cargos de juízes de fora, juízes de paz e juízes de direito, assim como os corpos policiais, a ampliação das cadeias públicas e a implementação do Tribunal do Júri (GODOY, 2000). É no seio dessa instabilidade política e social, portanto, que a Instrução Pública vai tomando forma, essencialmente, na elaboração de um corpo legislativo, mesmo que de forma incipiente.

Apesar dessa conjuntura de instabilidades, a quantidade de cadeiras de primeiras letras foi crescendo na Província, conforme afirma Pinheiro (2002): no ano de 1821, havia 12 (doze) cadeiras de primeiras letras, sendo duas na capital e 10 (dez) no interior, direcionadas ao sexo masculino. Já em 1825, criaram-se mais cinco cadeiras, nas seguintes Províncias: Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz. Com efeito, Cury e Ananias (2013) pontuam que, nos anos de 1822, 1823 e 1825 abarcou-se uma grande demanda por aulas, inferindo que as Câmaras Municipais vislumbravam, na Instrução Pública, uma forma de não só ilustrar a mocidade bem como desenvolver as vilas e os povoados.

Dessa forma, a Instrução Pública vai assumindo um papel de relevância no cenário local e nacional, em razão da sua capacidade de organizar uma sociedade recém-independente, delimitando os espaços pelos quais cada grupo social poderia se mobilizar; dito

de outro modo, usava-se a instrução como forma de controle social. Nesse ínterim, o discurso da moralidade vai tomando espaço na sociedade, não somente nas Legislações, mas, sobretudo, nas falas dos Presidentes de Províncias, assim como podemos constatar no posicionamento do Presidente, Dr. João José de Moura Magalhaens, em 16 de janeiro de 1839:

A educação pública, que tem por objecto formar o coração e o espírito da mocidade, inspirando-lhe hábitos, que lhe dão o gosto da virtude, e ensinando-lhe a pratica dos seus deveres, deve merecer a seria atenção do Legislador. Das informações que tenho colhido, posso asseverar, que a instrucção elementar ainda e bastante defeituoza, o que é devido não só a irregularidade do methodo de ensino, mas a falta de hábeis professores para todas as escolas. [...] Sendo inegável, que é assaz trabalhosa a occupação de instruir a mocidade, não é possível que sejam chamados ao magistério, homens hábeis com pequeno estipêndio, que ora percebem. [...] Existem na Província 45 aulas de Primeiras Lettras; 36 de meninos, e 9 de meninas. A excepção das duas aulas da Capital, todas as mais seguem o ensino individual e simultâneo. [...] Faltam cartas apropriadas, compêndios escolhidos, cazas d'umas construcção particular, á fim de que tão belo sistema tenha o seu perfeitemento andamento, e instruidos os meninos por um methodo mais fácil e mais natural, dentro em pouco tempo possam aplicar-se a estudos maiores, ou ás diversas occupações da vida (PARAHYBA DO NORTE, 1839, p. 28).

Na supracitada fala do Presidente de Província na segunda sessão da terceira legislatura da Assembleia Provincial, nota-se, na parte introdutória, a necessidade de iniciar o seu discurso em favor dos preceitos morais destinados à mocidade, através de expressões como: hábitos que inspiram, gosto pela virtude e prática de seus deveres. Assim, a moralidade assume um papel fundante no processo de instrução da população. Tal posicionamento promove a moralidade como um ato benéfico para a formação da mocidade, já que o Presidente de Província demonstra ciência de que a Instrução Pública se encontra permeada por inúmeros déficits, ora pela deficiência dos métodos de ensino, pela má formação dos professores, ora pela falta de seleção dos compêndios e dos espaços adequados ao ensino. Outro ponto relevante/preocupante é o fato de o Presidente deixar evidente que existem direcionamentos distintos às classes sociais, de modo que a classe mais abastada será conduzida ao Ensino superior, já as classes menos abastadas aos trabalhos manuais, como mão de obra qualificada, o que inferimos da expressão “diversas occupações da vida”.

Em 01 de outubro de 1840, o Presidente de Província, Francisco Xavier Monteiro da Franca, complementa essa discussão acerca da relevância da moralidade em uma tônica mais apelativa, recorrendo à necessidade de seu cumprimento nas diversas nuances das relações sociais, sendo a Instrução Pública um meio de propiciar a sua concretização, ou seja, pode ser

considerada uma via de mão recursiva, uma vez que a instrução promove a moralidade (através do ensino) e a moralidade promove a instrução (através dos comportamentos socialmente aceitos) – isso ocorrerá na medida em que as pessoas serão condicionadas a internalizar determinados comportamentos, por convicção de estarem fazendo o correto, e não por receio de serem punidas. Vejamos:

[...] a moralidade he huma base principal da sociedade no systema representativo, onde homens são levados aos cumprimentos dos seus deveres, antes pela convicção da utilidade, do que pelo temor das penas. Mas he hum perfeito desvaneio esperar que se chegue a este grau de moralidade sem proporcionar ao povo os meios de alcança-lo. O primeiro, he indispensável meio é a Instrucção Pública, que a nossa Constituição tem garantido, e em que todos de commum accordo nos esmeramos (PARAHYBA DO NORTE, 1840, p. 30).

Por ser uma ação proposta pela Instrução Pública, a Moralidade adentrou a estrutura dos Manuais de Civilidade, como forma de um conteúdo proposto, passando, portanto, a ser um dos elementos que constituíam a civilidade. Nessa perspectiva, destrinchamos alguns Manuais de Civilidade na intenção de compreendermos como foi se dando a inclusão da Moralidade no campo da Instrução Pública e na educação da mocidade. Dessa forma, os Manuais de Civilidade serviram como um suporte discursivo para disseminar os preceitos morais. Ainda assim, houve reação quanto às intenções de sua adoção:

Os manuais de civilidade são sistemas de representação colectiva que fazem parte do sistema de poder da sociedade, com vista a certo tipo de integração. Eles apresentam-se como um discurso, fazendo circular na sociedade modos de ser, de sentir e de agir”. [...] os manuais de civilidade mais não são do que um poder-saber de uma realidade histórica que tem fortes incidências sobre o corpo e no processo de subjectivação que instauram, a partir daqui, certa ordem no todo social. Os manuais de civilidade fazem parte dos mecanismos de poder que se inscrevem no poder disciplinador na modernidade. O corpo torna-se a presa apetecível. Ele torna-se alvo da marcação do poder disciplinar, por via externa – vigilância – e interna – auto-controle (BRÁS; GONÇALVES; DIAS, 2014, p. 114).

Dessa forma, os Manuais de civilidade, assim como o próprio *Manual Enciclopédico*, suprem uma demanda social, no sentido de fortalecer a representação coletiva, tendo como objetivo primordial o controle dos corpos, na perspectiva de que cada um deve “cuidar de si”, por meio de uma estética da existência, incorporando a moralidade como um princípio orientador de suas ações. A moralidade pode, portanto, ser considerada uma ação individual, em prol do social. Com efeito, o sujeito deveria incorporar valores universais, movidos por condutas bem estabelecidas, precisas e validadas, firmadas em um determinado campo do saber, de modo que tais valores fossem organizados sob uma coordenação, uma

subordinação e uma hierarquia, configurando-se como uma “cultura de si” (FOUCAULT, 2002).

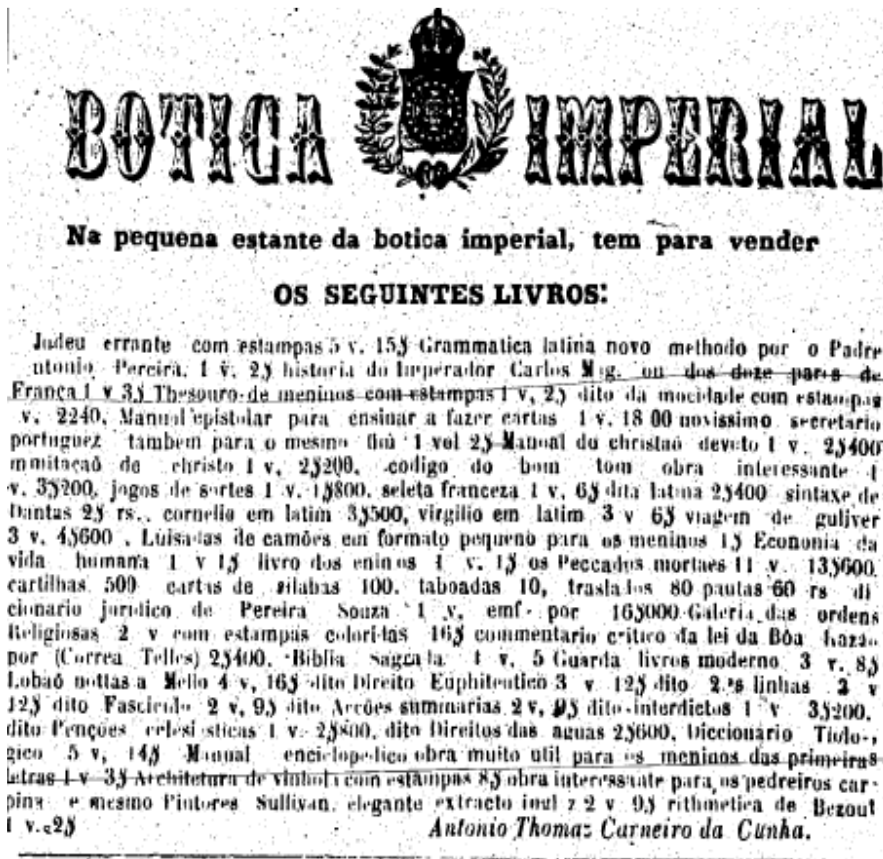
Sena (2017) aponta alguns dos Manuais de civilidade que circularam na província da Paraíba, entre eles: *Tesouro de Meninas*, *Tesouro de Meninos* e *História de Simão e Nantua*, as quais constituíam formas de circular os princípios morais da época, advindos de publicações Renascentistas como *O Cortesão* (1528) e *A Civilidade Pueril* (1530). A autora ainda destaca que *Tesouro de Meninas* e *Tesouro de Meninos* eram duas das 10 obras mais solicitadas à Real Mesa Censória, no ano de 1808, especificamente ocupando o quarto e o oitavo lugar, respectivamente. Percebe-se, pois, que o livro direcionado às meninas eram mais solicitados. “A presença dessas obras em outras províncias pode ter ocorrido mediante a abertura dos portos brasileiros às nações amigas após 1808, a qual facilitou a entrada dos livros de diversos países por viajantes estrangeiros, ou ainda por meios clandestinos” (SENA, 2017, p. 118). A mesma autora constatou nos Relatórios dos Presidentes de Províncias a solicitação de exemplares das referidas obras, a fim de que fossem adotadas na província paraibana, concomitantemente à presença de Anúncios que continham a venda de *Tesouro de Meninos*.

Uma pesquisa desenvolvida por Rocha (2017)¹⁹ desvelou a presença de alguns Manuais de civilidade na Seção Anúncios. São eles: *O Livro dos Meninos* (s/d), *Thesouro de Meninos* (s/d), *Thesouro de Adultos* (s/d), *Thesouro de Meninas* (1757), *História de Simão de Nantua* (1818), *Codigo de Bon Tom* (1845) e o *Livro do Povo* (1861) (ROCHA, 2017, p. 3).

Abaixo, encontra-se um dos anúncios que foram levantados em nossa pesquisa de mestrado, no qual se veicula, em um jornal paraibano, *A Regeneração*, a venda de livros.

¹⁹ Projeto intitulado: *Manuais de civilidade na imprensa Paraibana Oitocentista: indícios de práticas educativas*, entre os anos de 2015 e 2016, no jornal *O Publicador* (1862 a 1886) e orientado pela professora Dra. Cláudia Engler Cury.

FIGURA 7 – Anúncio da venda de livros na Botica Imperial



BOTICA IMPERIAL

Na pequena estante da botica imperial, tem para vender

OS SEGUINTE LIVROS:

Judeu errante com estampas 5 v. 15\$ Grammatica latina novo methodo por o Padre Antonio Pereira, 1 v. 2\$ historia do Imperador Carlos Mag. em dos doze partes de Franca 1 v. 3\$ Thesouro de meninos com estampas 1 v. 2\$ dito da mocidade com estampas v. 2240, Manual epistolar para ensinar a fazer cartas 1 v. 18 00 novissimo secretario portuguez tambem para o mesmo fim 1 vol 2\$ Manual do christão devoto 1 v. 2\$400 imitação de christo 1 v. 2\$200, código do bom tom obra interessante 1 v. 3\$200, jogos de sortes 1 v. 1\$800, seleta franceza 1 v. 6\$ dita latina 2\$400, sintaxe de bantas 2\$ rs., cornelia em latim 3\$500, virgilio em latim 3 v. 6\$ viagem de gulliver 3 v. 4\$600, Luisadas de camões em formato pequeno para os meninos 1\$ Economia da vida humana 1 v. 1\$ livro dos eninos 1 v. 1\$ os Peccados mortaes 11 v. 13\$600, cartilhas 500, cartas de silabas 100, taboadas 10, traslados 80 pautas 60 rs. dicionario juridico de Pereira Souza 1 v. emf. por 16\$000, Galeria das ordens religiosas 2 v com estampas coloridas 16\$ commentario critico da lei da Boa fazea por (Correa Telles) 2\$400, Biblia sagrada 1 v. 5 Guarda livros moderno 3 v. 8\$ Lobaó nottas a Mello 4 v. 16\$ dito Direito Euphiteutico 3 v. 12\$ dito 2.ª linha 2 v. 12\$ dito Fasciolo 2 v. 9\$ dito Arcões sumarias 2 v. 2\$ dito interdictos 1 v. 3\$200, dito Penções eclesiasticas 1 v. 2\$800, dito Direitos das aguas 2\$600, Diccionario Tiolo, gico 5 v. 14\$ Manual enciclopédico obra muito util para os meninos das primeiras letras 1 v. 3\$ Architectura de vinhol com estampas 8\$ obra interessante para os pedreiros car-pina e mesmo Pintores Sullivan, elegante extracto inul 2 v. 9\$ rithmetica de Bezout 1 v. 2\$

Antonio Thomas Carneiro da Cunha.

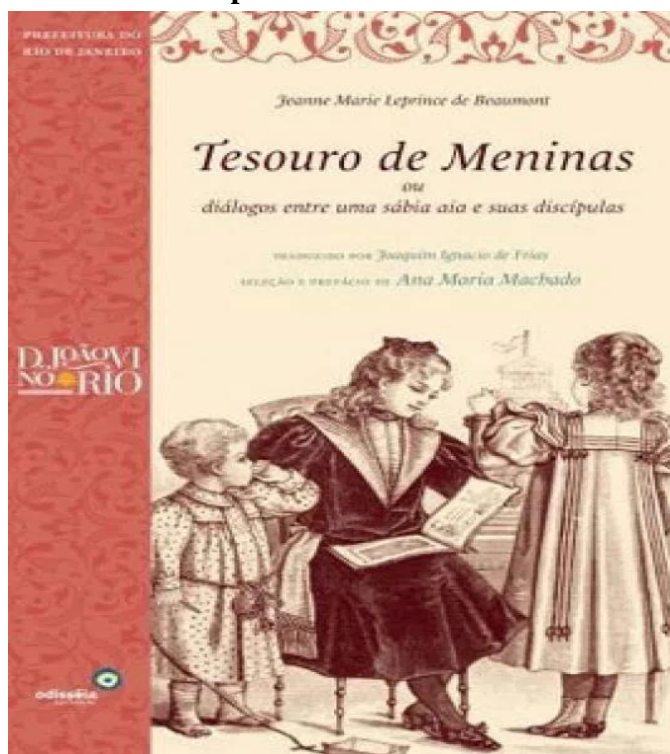
Fonte: A Regeneração (07 de fevereiro de 1862).

Entendemos que, para chamar a atenção dos leitores, o anunciante complementou o título de cada obra, diferenciando-a da original: *Tesouros de Meninos* ficou *Tesouro de Meninos com estampas*; *Código do Bom tom* ficou *Código do Bom Tom obra interessante* e o *Manual Enciclopédico para uso das escolas de instrução primária* ficou *Manual Enciclopédico muito útil para meninos das primeiras letras*.

Com relação às obras *Tesouro de Meninos*, *Tesouro de Meninas*, *História de Simão de Nantua* e o *Código do Bom Tom*, esboçamos apenas suas principais características de forma geral, já que não é objetivo deste trabalho Doutoral um aprofundamento de outros Manuais. Cumpre-nos apenas destacá-los como forma de comparar com o *Manual Enciclopédico* bem como perceber o diferencial deste último, tendo em vista não se tratar de uma Manual de Civilidade propriamente dito, mas Enciclopédico como já mencionado, em que os conteúdos de moralidade e de civilidade acabam complementando os demais, considerados instrutivos.

Tesouro de Meninas (FIG.8), de autoria de Jeanne Marie Leprince de Beaumont e tradução de Joaquim Ignácio de Frias, foi publicado em 1757 e traduzido em todas as línguas dos países europeus.

FIGURA 8 – Capa da obra *Tesouro de Meninas*



Fonte: Beaumont (1757).

Esse livro estava inserido em uma tradição adoção de livros de leitura, a qual tinha o propósito de internalizar as regras de condutas adequadas à mocidade, incorporando-lhe um caráter pedagógico – seu título original já imprimia essa dinâmica: *Diálogos entre uma sábia governanta e suas discípulas* (SENA, 2017). Era subdividido em dois volumes, contendo 8 personagens – uma aia e setes meninas, de 5 a 13 anos; também continha um “compêndio de História Sagrada, de fábula, geografia e de contos morais próprios para as meninas” (ROCHA, 2017, p. 6).

No que se refere ao *Tesouro de Meninos* (FIG. 9), de autoria de Pierre Blanchard, com circulação em nosso país desde 1808, é composto por diálogos entre um pai e dois filhos, cuja conversa perpassa os seguintes temas: moral, virtude e civilidade (ROCHA, 2017). Quando se referiu a esta obra, Sena (2017) nomeou esta Seção de *Tesouro de Meninos: Manual de Civilidade para Crianças*, sugerindo que: “[...] este livro sofreu influência de *Tesouro de Meninas*, claramente, supondo que veio a lume antes de *Tesouro de Meninos*. Seja

pelo título, seja pelo conteúdo, seja pela forma, por haver um menino e uma menina na narrativa, essa obra não é endereçada somente aos meninos, como o título sugere” (SENA, 2017, p. 167).

FIGURA 9 – Frontispício da obra Tesouro de Meninos



Fonte: Blanchard (1873).

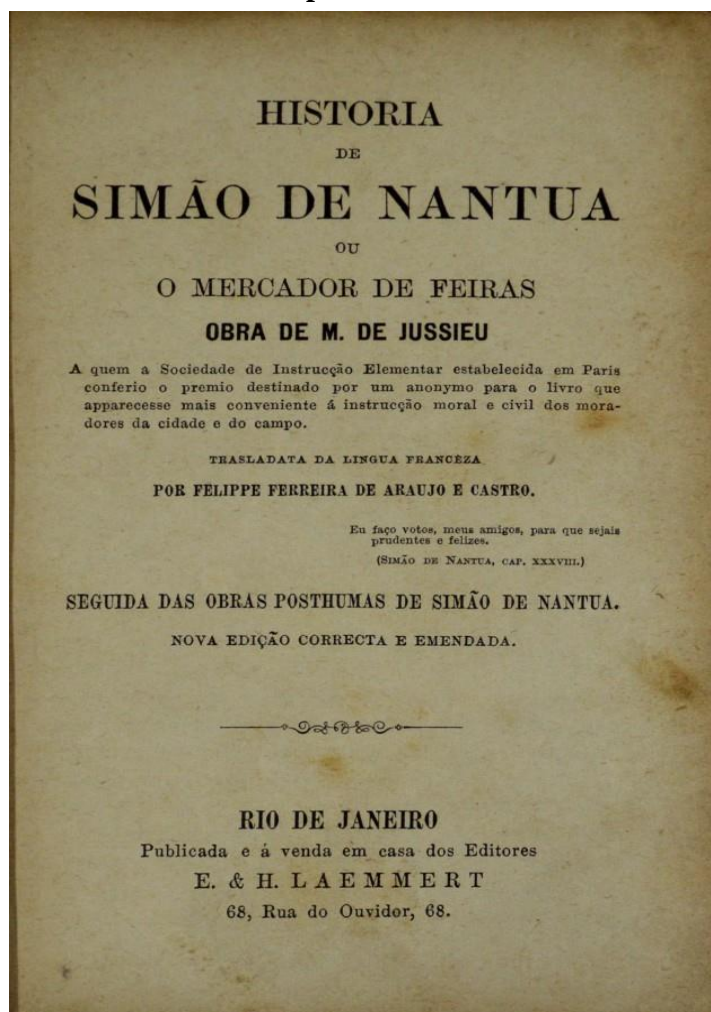
Já *História de Simão de Nantua* (Fig.9) teve sua publicação no ano de 1818, pelo francês Laurent Jussieu, com tradução de Philippe Pereira de Araújo e Castro, no ano de 1830, composto por dois tomos. Para Sena:

História de Simão de Nantua é um relato de viagem cujo personagem é Simão, originário da cidade de Nantua, cuja comunidade faz parte da província de Ain, ao leste da França. Simão tem a função de transmitir ensinamentos a todas as pessoas que encontra pelos departamentos ou províncias francesas que percorre a cavalo, vendendo suas mercadorias nas feiras, hospedando-se na casa de pessoas amigas ou desconhecidas e até em estalagens. Ao lado dele, está o companheiro de viagem, sem nome, que narra a incursão de ambos, o qual se apresenta como narrador-testemunha [...] (SENA, 2017, p. 198 e 199).

Nessa perspectiva, percebe-se que Simão de Nantua é um personagem responsável por disseminar a moralidade entre seus conterrâneos. O autor faz uso de um estilo, uma forma didática e dinâmica, que conduz o leitor a compreender a importância que era dada aos preceitos morais da época. “A presença de uma espécie de balanço do sucesso da obra, na

edição de seu sexagésimo segundo ano de publicação, denota o[sic] quanto a obra de Jussieu fazia parte de um projeto de educação ou pedagogia da nação pela via da moral que se pretendia permanente” (OLIVEIRA, 2019, p. 20). A obra foi premiada pela Sociedade de Instrução Elementar, haja vista difundir a instrução moral e civil dos moradores, tanto da cidade quanto do campo. Foi adotada no Brasil durante o século XIX. Na edição de 1880, continha, em seu prefácio, a informação de que este foi o livro de literatura que obteve mais sucesso nas escolas da França, no século XIX (OLIVEIRA, 2019).

FIGURA 10 – Frontispício da obra Simão de Nantua



Fonte: Jussieu (1830).

Outra obra em que um pai transmite conselhos aos filhos é o *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver do século XIX* (FIG.11), de autoria de Joquete Ignacio Roquette, publicada em 1845. Esta teve como objetivo demonstrar as maneiras adequadas de comportamentos sociais em diversos espaços, tais como: festas, bailes, jantares e demais eventos (SAMPAIO, 2013). Ressaltamos que esta obra não era em forma de diálogo, assim

como as precedentes. Com efeito, os conselhos da vida pública eram direcionados a uma personagem homem – Teófilo – e os conselhos da vida privada eram direcionados à Eugênia – outra personagem –, demarcando assim, o lugar social do homem e da mulher.

FIGURA 11 – Capa da obra Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade



Fonte: Roquette (1845).

Esta seção apontou, portanto, questões que abarcaram como foi se dando a construção social da moralidade no Império Brasileiro, partindo da organização da Instrução Primária nesse período, tendo a moralidade como princípio norteador da educação, gerindo e conduzindo as formas de ser e estar no mundo.

3 A PROPAGAÇÃO DO “LEITE INTELECTUAL²⁰”: A INSTRUÇÃO DA MOCIDADE ATRAVÉS DO MANUAL ENCICLOPÉDICO

A seção contempla os aspectos históricos do *Manual Enciclopédico*, se coadunando com a própria História da Educação e da Instrução Pública, perpassando suas principais características e sua circulação; e, assim, adentramos em sua forma por meio da exposição e da análise dos seus elementos perigráficos, a saber: o título, a função autor e o índice.

3.1 O MANUAL ENCICLOPÉDICO: UM LIVRO ÚNICO E ORIENTADOR

Ao remontarmos a história do Manual, estamos imersos em algumas vertentes de estudo, ou seja, a história de uma mercadoria, a história de um modo de produção, a história do livro e do manual escolar, demonstrando a complexidade que envolve o estudo direcionado ao suporte discursivo – isto é, o Manual propriamente dito. Dessa forma, o Manual é um instrumento que regula e organiza a atividade docente, ao mesmo tempo em que tem a intenção de conformar os alunos às regras estabelecidas. Antes da descoberta da impressão, os textos eram manuscritos e, como tais, tornavam-se mais raros e caros, delimitando seu acesso a um grupo específico. Muitas vezes eram anexos “pergaminhos, rolos, documentos de chancelaria, catecismos, abecedários e cartilhas rudimentares, de circulação e acesso muito restrito” (PINTO, 2009, p. 16). A edição dos Manuais expandiu-se na medida em que houve a invenção da imprensa e o uso generalizado do papel.

Pinto (2009) ainda explana que, com a expansão das escolas elementares, alguns Manuais passaram a ser recomendados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, todavia os que estavam sendo mais utilizados não faziam parte dessa recomendação, já que, devido às condições financeiras das escolas, muitas vezes, eram os próprios professores que os emprestavam aos alunos ou já existiam em determinadas escolas ou nas famílias.

No século XVIII, o enquadramento do livro estava vinculado às orientações da Real Mesa Censória, por meio de regras gerais. Já no século XIX, promulga-se a legislação geral e específica de enquadramento do livro, definindo condições para sua produção, venda e utilização. Outro dispositivo para se fixar tal enquadramento foi a criação do Conselho Superior de Instrução, o qual incentivava os autores a apresentarem Manuais, de modo que

²⁰ Expressão extraída do texto de Correia (2004) *As várias faces do circuito do livro escolar: notas para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 a 1900)*.

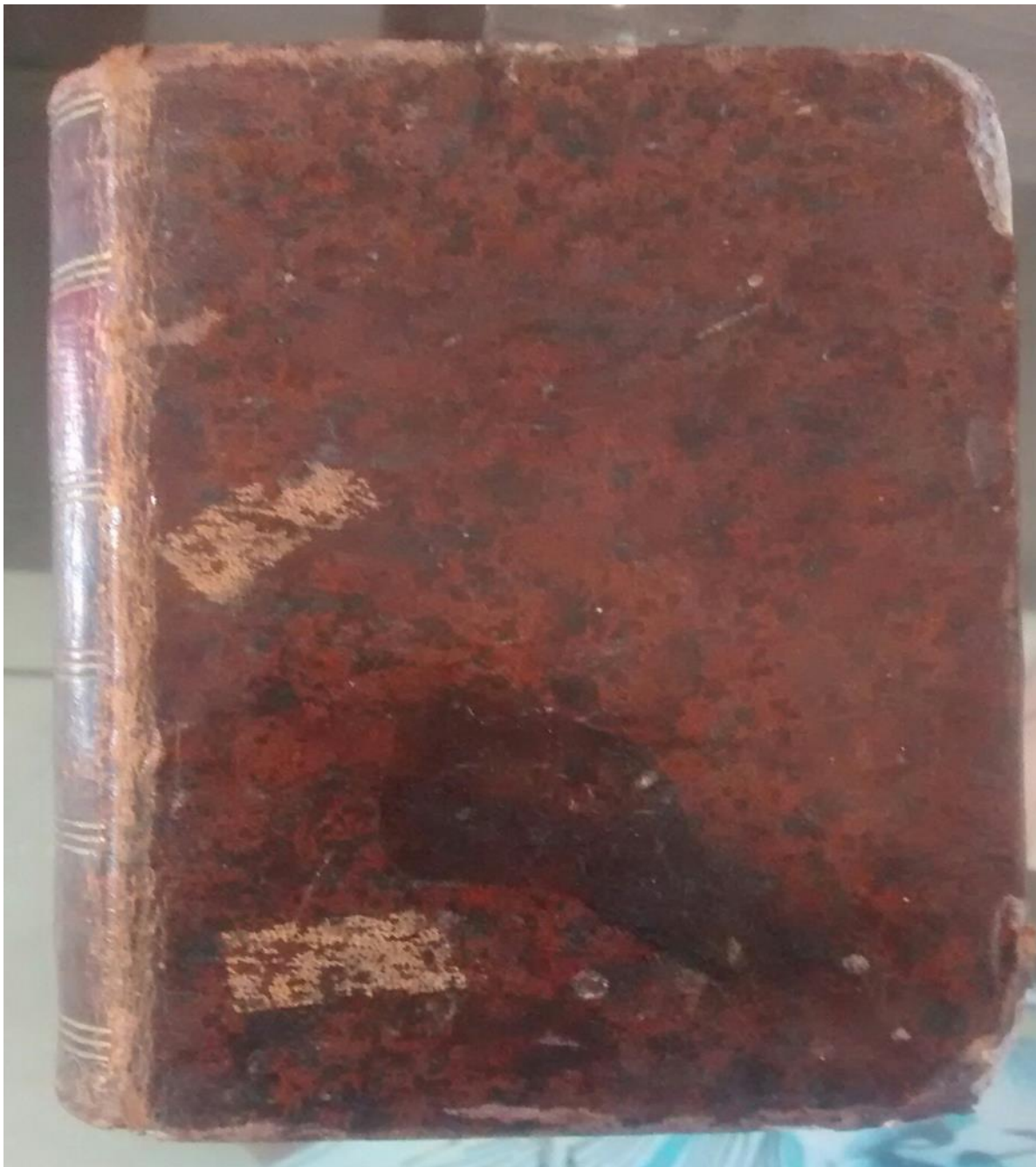
aqueles que apresentassem propostas inovadoras receberiam uma bolsa. Essa iniciativa foi denominada de Lei de Costa Cabral. A partir desse momento, vários Manuais começam a ser aprovados e direcionados aos diversos tipos de ensino, na proposta de um livro único (PINTO, 2009).

De acordo com Magalhães (1999), o Manual escolar oscila em uma dialética triangular, a saber: a) o Manual relacionado à escola, aos métodos e à disciplina; b) o Manual configurado como uma iniciação, conceptualização ou remissão; c) o Manual enquanto livro único, assumindo uma posição antropológica, por possuir uma visão totalizante e organizada do mundo.

Vê-se que o *Manual Enciclopédico* se enquadrava nessas condições mencionadas pelos autores, principalmente em razão de corresponder a um livro único que se adequava às necessidades da época, pensado para outra sociedade e disseminado no Brasil, contendo elementos da moral e da religião, elementos de civilidade e de conteúdos instrutivos. Chartier (1999), em *A Ordem dos Livros*, assevera que o livro sempre teve por objetivo instaurar uma ordem, seja no que se refere a sua decifração/compreensão, seja por expressar um domínio impulsionado pela autoridade responsável por sua encomenda ou conceder a sua publicação. Tal ordem é permeada pela imposição ou pela apropriação, na medida em que, embora os objetivos do livro sejam de formar uma sociedade unívoca, há sempre maneiras distintas de se apropriar dessa ordem. O autor ainda conduz uma discussão sobre a importância do suporte, para que seja considerado obras ou discursos: “As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre as páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro” (CHARTIER, 1999, p.8).

Boto (2005) aclara que o referido Manual é um Compêndio, advindo de Portugal, publicado inicialmente em 1838, cujas cinco primeiras edições totalizaram 44.000 exemplares vendidos. Era considerado um livro atraente, pois tinha as marcas do zelo e do capricho em sua impressão, munido de detalhes no dourado que ornavam a capa. O seu tamanho pequenino era intencional – para caber nas mãos de uma criança –, especificamente 16,6 cm de altura e 11,5 cm de largura, entretanto era extenso na quantidade de páginas, perfazendo um total de 700 (na edição que temos). A (FIG. 12) demonstra a sua forma:

FIGURA 12 - Formato do Manual Enciclopédico



Fonte: Monteverde (1874).

Como um livro advindo da Europa, o *Manual Enciclopédico* se enquadrava entre as obras que faziam parte do comércio de livros, decorrente da presença de livreiros franceses e portugueses no Brasil, partindo de estratégias de venda já alavancadas na Europa e servindo para intensificar o comércio transatlântico do papel impresso (FERREIRA, 2011).

Inicialmente foram os comerciantes franceses que chegaram ao Brasil como imigrantes, na intenção de encontrar no país um outro mercado, principalmente com a venda

de livros. Com o caminhar do tempo, passaram a ser referência entre os letrados, de modo que começaram a ser chamados de *tratantes de livros*. “Sofriam o controle de instituições e autoridades locais, mas mesmo assim anunciavam seus produtos nos jornais, juntamente com toda a variedade de mercadorias a que tinham acesso através das importações” (FERREIRA, 2011, p. 42). Conforme os negócios foram se ampliando, na segunda metade do século XIX, a cultura francesa cada vez mais se firmava como exemplo e desejo de consumo da sociedade mais abastada, incluindo as obras. Essa ocorrência influenciou a vinda de mais profissionais portugueses, desencadeando o aumento do público leitor e os frequentadores de livrarias assim como aumentou também o número daquelas pessoas que adquiriam os impressos (FERREIRA, 2011).

Retomando a discussão acerca do Manual, a instrução da mocidade estaria vinculada aos preceitos morais enunciados por ele, por constituir conteúdos que cumpriam com a necessidade de orientar a sociedade imperial, baseando-se em uma Instrução Primária que considerava conhecimentos que ultrapassavam o ler, o escrever e o contar, no sentido de instruir as classes menos favorecidas em prol de manter o controle social, primando pela tradição. O jornal *O Diário do Maranhão* (1858, p. 4), na Seção Anúncios (FIG. 13), podemos observar uma particularidade que não ocorria nos demais jornais: os assuntos que constituíam a obra, no sentido de possibilitar ao público leitor não somente se inteirar de sua venda mas saber do seu conteúdo. A maioria dos Anúncios eram mais objetivos e só expunham o título da obra.

FIGURA 13 – Aviso de chegada do Manual Enciclopédico

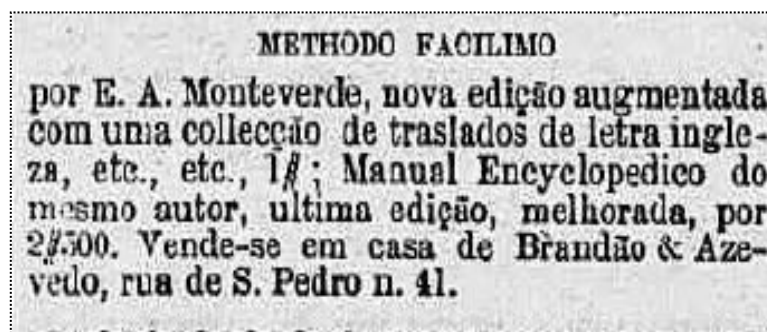


Fonte: *O Diário do Maranhão* (1858, p. 4).

Pensando a circulação do *Manual Enciclopédico* na imprensa, dispomos de alguns anúncios da venda desta obra na Província do Rio de Janeiro, na Província do Maranhão, na Província de Pernambuco, na Província do Pará e na Província do Ceará, por intermédio dos seguintes Jornais – *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Diário do Maranhão*, *Publicador Maranhense*, *A Imprensa: Jornal Político e Social (PE)*, *O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE)*, *Jornal do Pará : Orgão Official (PA) - 1867 a 1878*, *Diario de Belém: Folha Politica, Noticiosa e Commercial (PA) - 1868 a 1889* e *O Cearense (CE) - 1846 a 1891*.

No segundo Anúncio consta a publicação do Método Facillimo para, a partir deste expor o *Manual Enciclopédico*, levando-nos a inferir que, pelo fato de o segundo ser o complemento do primeiro, a intenção do anunciante seria a venda do Método Facillimo, conduzindo o leitor à aquisição do *Manual Enciclopédico*, tendo em vista que o título remete à primeira obra.

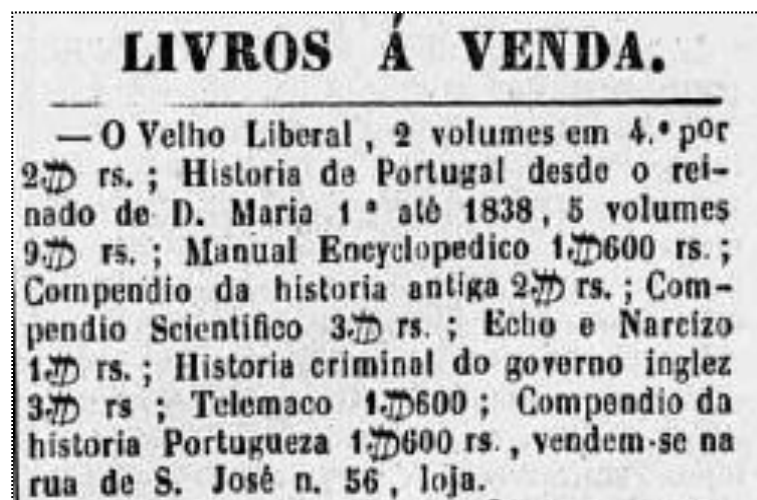
FIGURA 14 – Anúncio de venda do Methodo Facillimo e do Manual Enciclopédico na casa de Brandão e Azevedo



Fonte: *Correio Mercantil* (1857, p. 3).

O terceiro Anúncio, intitulado *Livros á venda*, contém uma série de obras, seus volumes e respectivos valores, denotando uma forma mais tradicional de apresentação deste gênero, seguindo o padrão de Anúncios de venda da época.

FIGURA 15 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1843, p. 2).

O quarto Anúncio, disposto no jornal *Diário do Maranhão* inicia um percurso sobre as províncias que estavam mais próximas à Província da Paraíba do Norte e, junto a elas, contribuíam com a circulação do *Manual Enciclopédico*. Logo, a sociedade maranhense também estava imersa nas condições impostas pelo cenário nacional, na medida em que a partir da década de 50 houveram mudanças em diversos âmbitos da sociedade, seja no comércio, na indústria ou nas artes, sob influência do fim do tráfico internacional de escravos. A partir desses acontecimentos, a capital foi se desenvolvendo e enriquecendo gradativamente. O comércio passou a ter um órgão de representação – a Comissão da Praça – que por sua vez fundou a Companhia Confiança Maranhense, na intenção de construir um grande prédio organizado em lojas que pudessem substituir o mercado antigo, também conhecido como Casa das Tulhas (MEIRELES, 2001).

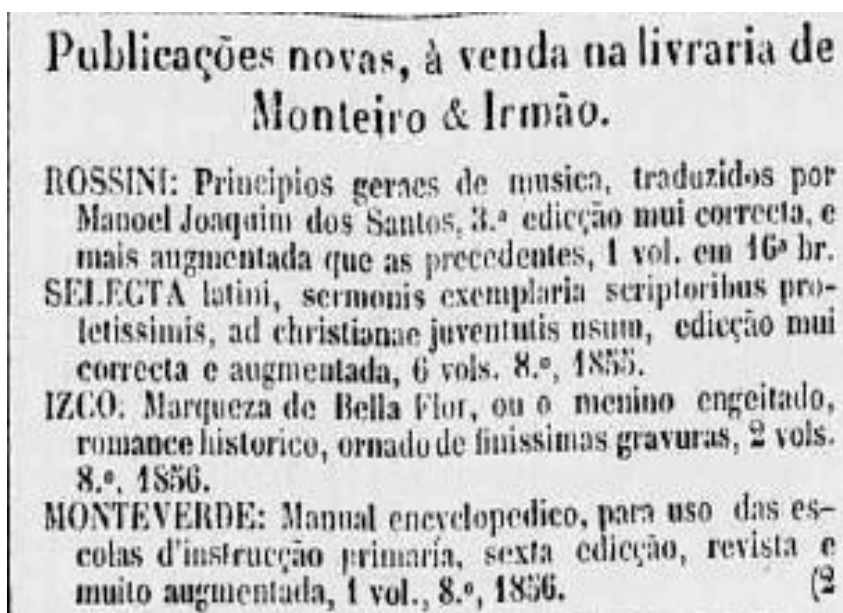
No seio desse processo de crescimento econômico, outras instituições também foram sendo fundadas, dentre elas: o Gabinete Português de leitura, o Hospital Português, o serviço de navegação a vapor, o primeiro Banco Comercial do Maranhão (1846), o segundo Banco Comercial do Maranhão (1869) e, por fim, o Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão. Frente a este paulatino crescimento econômico outras medidas administrativas foram sendo tomadas, tais como: a abertura de estradas e a construção de pontes, favorecendo a cultura do algodão, na primeira metade do século XIX e a cultura do açúcar na segunda metade do século em referência.

Com o desenvolvimento dos transportes, não só a economia e o comércio da Província se beneficiaram. Foi possível também proporcionar uma maior e mais rápida circulação de informações, ao mesmo tempo em que se expandiu, por boa parte do território nacional, um mercado de bens de consumo cultural (ARAÚJO, 2014, p.368).

Desta feita, percebe-se que o desenvolvimento econômico desemboca na circulação de informações, tendo em vista que quanto maior for a ampliação da construção de estradas ou de pontes, há o alargamento do contato entre as províncias, propiciando a conexão dos bens de consumo cultural, dentre eles: o consumo de livros e Manuais.

Agora, vejamos o anúncio intitulado *Publicações novas, à venda na livraria de Monteiro e Irmão*, o qual diferencia-se do Anúncio tradicional, pelo fato de iniciar a exposição com o nome do autor, colocando este em evidência – vimos, nos anúncios anteriores, o nome da obra disposto sempre na parte inicial da publicação.

FIGURA 16 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na livraria Monteiro e Irmão



Fonte: *Diário do Maranhão* (1857, p. 4).

Já o quinto Anúncio, intitulado *Livros de Instrução*, revela, em seu título, os tipos de livros disponibilizados. Esta estratégia facilita a busca do leitor pela leitura de seu interesse, contribuindo com a otimização de seu tempo.

FIGURA 17 – Anúncio de venda no Manual Enciclopédico na livraria Escolar de Leoncio J. Medeiros



Fonte: *Diário do Maranhão* (1857, p. 4).

O sexto Anúncio (FIG. 18), intitulado *Colégio de Santa Filomena*, também se apresenta como um Anúncio atípico, em virtude de não objetivar a venda da obra, mas solicitá-la como um dos livros que alunos devem conduzir ao Colégio, incluindo outros artefatos, tais como: comidas e roupas bem como objetos pessoais (toalhas de rosto, redes, lençóis, pente, espelho...) e objetos de higiene pessoal.

FIGURA 18 – Anúncio de uso do Manual Enciclopédico no Collegio de Santa Filomena

ANNUNCIOS.

Collegio de Santa Filomena.

Annuidades. 250\$000.
 Dispendio d'estas. *
 Cada Alumno, comida, e roupa
 lavada por dia 500 rs..... 200\$000
 Gratificação pelo ensino annual 45\$000 250\$000
 Gomedorias.

As 3 horas—almoço—de chá, café, leite, pão e manteiga. A 1 e meia hora=jantar—sopa, carne cozida, arroz, feijão, dois pratos do meio, e frutas temporâneas. As 8 horas—Cea—o mesmo que no Almoço—

—Condições Expressas—

—Sobre Roupas—

Os Pais mandarão a que lhes parecer mais economica para uso caseiro com seu Baly, e sacco de roupa suja: a roupa deve vir marcada, e por um rol sendo indispensavel o seguinte: 2 redes, 2 lençoes, 2 toalhas de rosto: 2 pares de sapatos e 1 par de chinellas de muitas solas de seis em seis mezes: 1 pente de dentes, 1 de pentear, 1 espelho, 1 escova de dentes: 1 thesoura de cortar unhas; 1 canivete bom de aparar pennas: 1 bacia de rosto de folha americana; um ourinol de tulinagre; e um talher ordinario; 1 copo para agua.

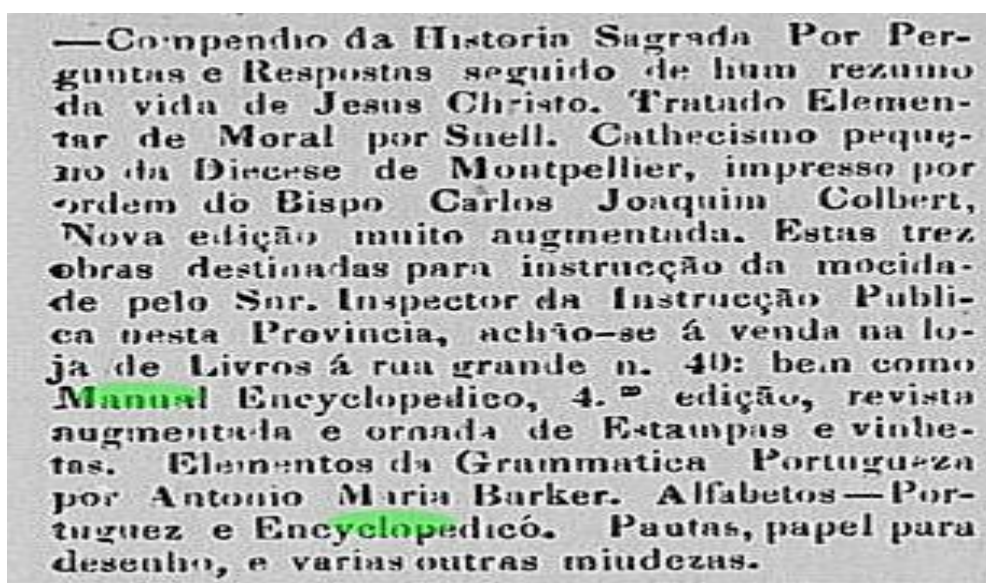
—Sobre Livros que deve trazer—

- 1.º Methodo Facillimo de aprender a ler por Emelio Achilles Monteverde 500
- 2.º Manual Encyclopedico por E. A. Monteverde... 1000
- 3.º Resumo da Historia de Portugal por E. A. Monteverde... 200
- 4.º Duarte Ventura Manuscrito 480
- 5.º Collecção de Exemplares d'Escritas..... "
- 6.º Arithmetica de Besout. ultima Edicção..... "
- 7.º Cathedano de Montpellier ultima Edicção.... "
- 8.º Uma Louza 12 lapas proprios; e uma Espooja.. "
- 9.º 1 liuma de papel por anno; e 1 recolta de tinta. "
- 10.º 100 pennas d' escrever d'ave 1 tinteiro, e ar. eito; 1 quarta d'area "
- 11.º Taboada; o Director verá as melhores, e dará a conta..... "
- 12.º No segundo anno o Director dirá o que mais he preciso de livros como Dicionarios e outros auctores proprios para o ensino.

Fonte: Diário do Maranhão (1855, p. 4).

Por conseguinte, em outro jornal denominado *Publicador Maranhense* (1844) (FIG.19), após anunciar alguns compêndios, o *Manual Enciclopédico* é apresentado em sua 4ª edição, destacando os detalhes de seu formato: revista aumentada, ornada de estampas e vinhetas, corroborando a importância de chamar atenção para os detalhes que constituem a obra.

FIGURA 19 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na loja de livros



Fonte: *Publicador Maranhense* (1844, p. 4).

Ainda no mesmo jornal, o *Manual Enciclopédico* surge em dois momentos no Regulamento do Collegio de Sant'anna. Ambos contemplando a instrução primária, seja na etapa do segundo grau, seja na aula de moral. Com isso, evidencia-se o alcance que o Manual vai assumindo na instrução primária, tornando-se uma obra cada vez mais exposta nas páginas dos jornais, no sentido de tornar-se notória, bem como ratificando a sua circulação.

FIGURA 20 – Anúncio dos Estatutos e Regulamento Interno do Collegio de Sant' anna

Instrução Primaria.
1. ^o <i>Gráo.</i>
Cartas de syllabas.
Taboada.
Livro dos meninos pelo Dr. Antonio Rego.
Catechismo da Doutrina Christã da Diocese do Maranhão, approvado pelo Arcebispo da Bahia.
2. ^o <i>Gráo.</i>
Livro do Povo pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues.
Catechismo da Doutrina Christã da Diocese do Maranhão.
Grammatica Portugueza por Felippe Benicio de O. Condurú.
Manual Encyclopedico por Monte-Verde.
Arte de aprender a ler a letra manuscripta por Duarte Ventura.
3. ^o <i>Gráo.</i>
Grammatica portugueza por Felippe Benicio de Oliveira Condurú.
Postillas de grammatica portugueza por Francisco Sotero dos Reis.
Vida de Dom João de Castro por Jacintho Freire de Andrade.
Historia do Brasil por Abreu e Lima.
Rudimentos de geographia pelo Dr. Antonio Rego.
Arithmetica pelo tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira.
Systema metrico e decimal de pesos e medidas pelo Dr. João Antonio Coqueiro.
Arte d'aprender a ler a letra manuscripta por Duarte Ventura.
<i>Aula de moral.</i>
Catechismo da doutrina christã da diocese do Maranhão.
Manual encyclopedico de Monte-Verde.

Fonte: Publicador Maranhense (1865, p.2).

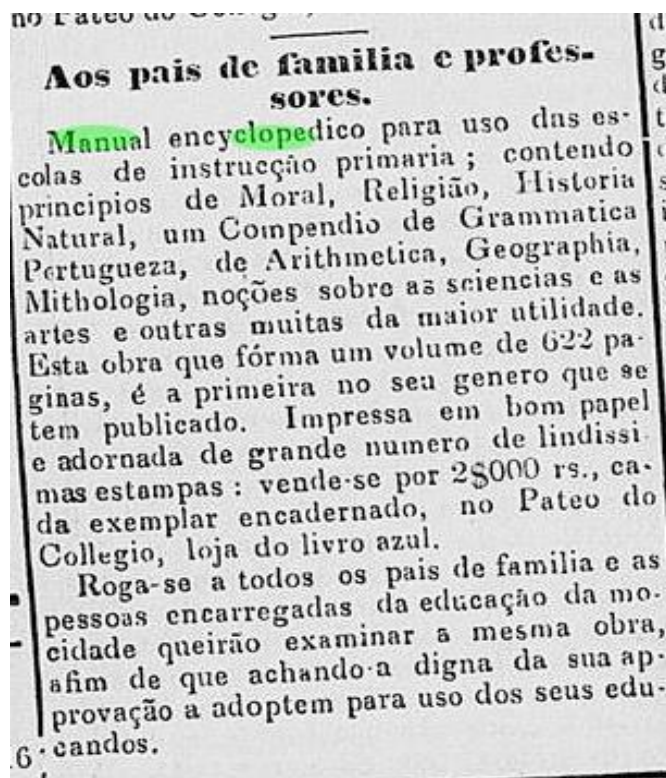
Os anúncios publicados na província do Maranhão, especialmente na segunda metade do século XIX, demonstraram a acentuada circulação do *Manual Enciclopédico* no período e suas diversas formas de acesso ao público, uma vez que fazia parte da publicação de livrarias, de lojas particulares e de Colégios, demonstrando assim, a diversidade de acesso perante a sociedade da época.

Na província de Pernambuco apresentamos dois anúncios que demonstram a circulação do Manual nesta localidade, mas antes de expô-los ressaltamos algumas

características desta província ao longo do século XIX. A província pernambucana era referência nos circuitos dinâmicos do comércio marítimo, em razão da movimentação do porto do Recife, destacando-se tanto no comércio local, quanto no comércio exterior, estando entre os três maiores portos de exportação. O algodão exportado pelas províncias de Pernambuco, Alagoas e Paraíba permaneciam superior as demais. Com efeito, os produtos importados apresentavam-se como essenciais para as trocas comerciais internas, por meio do porto do Recife, assim como o comércio exterior e o comércio interprovincial encontravam-se interligados e interdependentes (MARCONDES, 2005).

Ao pontuarmos aspectos econômicos da província de Pernambuco, estamos cientes da dinâmica expressa por ela, em especial, a comunicação que havia entre as províncias que, provavelmente, favorecia o intercâmbio cultural, incluindo a produção e a circulação de livros e dos manuais. No anúncio que segue, o *Manual Enciclopédico* é exposto em suas especificidades, configurando uma exposição bem detalhada e capaz de estimular o desejo do leitor, neste caso, direcionado os pais de família e aos professores, em adquirir a obra. Aprecieemos:

FIGURA 21 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico aos pais de família e professores

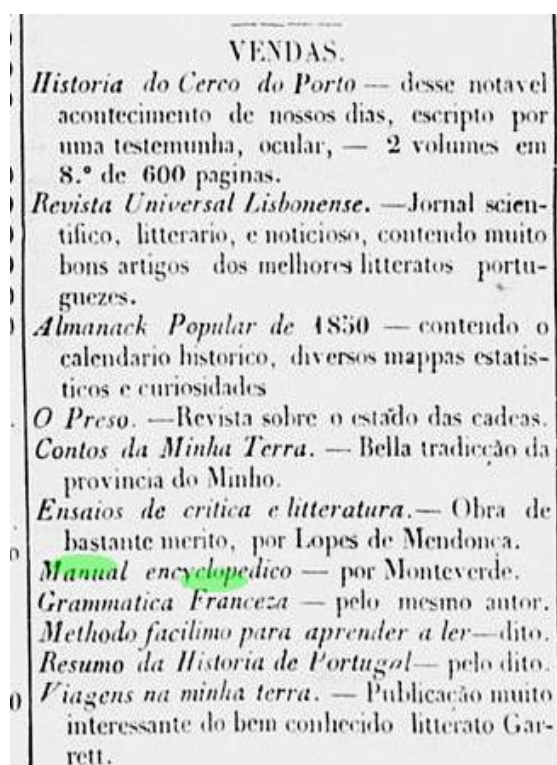


Fonte: *A Imprensa: Jornal Político e Social* (PE) (1850, p.4).

O anúncio precedente encontra-se na seção *Publicação Literária* e expressa com minúcias os conteúdos ofertados pelo Manual, a quantidade de páginas, o valor cobrado para a sua aquisição, bem como os elementos que os constituem, evidenciando a qualidade do papel e suas estampas, finalizando o texto com um tom apelativo, convocando os interessados para que possam examinar a obra.

Já o próximo anúncio encontra-se na seção *Vendas*, de o jornal *O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE)*, que diferente do anterior apresenta-se de forma mais objetiva, sem muitos pormenores sobre a obra, colocando-a em sexta posição na ordem dos livros a disposição à venda, seguida de três obras de Monteverde. Cabe ressaltar que o *Manual Enciclopédico* aparece em primeiro lugar, dentre as outras obras do autor, demonstrando a sua importância no rol dos livros publicados por ele.

FIGURA 22 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na seção Vendas



Fonte: *O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE)* (1850, p.3).

Nesta publicação a Seção na qual o anúncio encontra-se chamou-nos atenção em virtude de não estar diretamente relacionada à instrução publica, denominada de *Vendas*, diferenciando-se da anterior, denominada *Publicação Literária*. Com isto, evidenciamos o

quanto os elementos da instrução pública podem estar imersos nas páginas dos jornais em diversas seções, mesmo aquelas que possam tratar de outros elementos.

Dando sequência, a província do Ceará também contemplou anúncios que reverberou a circulação do Manual, constituindo mais uma localidade que usufruiu da obra e publicou a sua venda de forma mais objetiva e contínua, sem dar muitas características e adjetivações, contudo não deixou de expressar o desejo em promover a sua disseminação.

A província do Ceará, no século XIX, foi marcada pelo processo de provincialização tardia, situação enfrentada por alguns homens influentes desta província. Tal movimento estava imbricado na tentativa de centralizar o território com a construção da cidade/prça de Fortaleza, tendo como rivalidade político-econômica a cidade/porto de Aracati, já existente e considerada o principal centro do Ceará, tendo em vista que a sua conexão com Pernambuco era mais efervescente, em relação a capital. Para tanto, o crescimento que ia se dando em direção à capital era desencadeado, em parte, por influências de províncias vizinhas, tendo em vista que o controle ainda era protagonizado pelos portos do litoral (Aracati e Acaraú), bem como no sertão, por meio da lavoura e da criação de gado. Logo, com o desenvolvimento da produção de café e de algodão e sua crescente no oitocentos, Fortaleza começa a ser considerada praça principal do Ceará (ASSIS; SAMPAIO, 2012).

Entre as décadas de 1850 a 1870, a produção de algodão e de café começou a ganhar espaço em relação à pecuária, movimentando a dinâmica social e as formas de transporte e de produção, ao passo que os proprietários de terra, os homens de letras e os homens de províncias vizinhas estavam imersos em uma realidade na qual passou a preocupar-se com as condições dos transportes, dos portos, dos instrumentos que qualificassem a produção, pensando no mercado de exportação, tanto interprovincial, quanto internacional.

Com a grande movimentação social e econômica a partir da década de 1850, observamos que também nesta província a comunicação interprovincial tendeu a ampliar-se e, sobretudo, favoreceu as relações e as trocas comerciais que, dentre elas, estavam os artefatos da instrução. O anúncio que segue, demonstra uma forma de exposição e venda do Manual Enciclopédia nesta província:

FIGURA 23 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico nas lojas dos Srs. Villar, Antonio Coelho, Mariano e Rocha Júnior

Nas lojas dos Srs. Villar, Antonio Coelho, Mariano, e Rocha Júnior achão-se á venda os seguintes compendios elementares de instrucção primaria.

<i>Syllabarios (A B-C) á</i>	120
<i>Syllabarios e nomes "</i>	200
<i>Taboadas</i>	160
<i>Bom Homem Ricardo</i>	160
<i>Licções Moraes da Escripura Sagrada</i>	240
<i>Doutrina Christã</i>	240
<i>Compendio de Orthographia</i>	240
<i>Compendios Caligraficos</i>	240
<i>Methodos Facillimos da Leitura</i>	400
<i>Collecção de Compendios</i>	640
<i>Miscellanea Moral de Franklin</i>	1,000
<i>Grammatica Portugueza</i>	1,000
<i>Silvio Pellico, Deveres do Homem,</i>	1,000
<i>Resumo de Historia Sagrada</i>	1,000
<i>Civilidade Christã</i>	240
<i>Collecção de Memorias Agricolas</i>	1,000
<i>Manual Enciclopédico</i>	2,000
<i>Camões, Lusíadas</i>	3,000
<i>Catecismo Historico de Fleury</i>	1,500
<i>Parnaso Juvenil</i>	2,000
<i>Elementos de Chronologia</i>	1,000
<i>Charmd (Memento) Filosofia</i>	2,000
<i>Guarda do Domingo</i>	240
<i>Tratado de Grammatica</i>	1,000

Fonte: O Cearense (CE) (1859, p.4).

FIGURA 24 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico na casa do Srs. Villar

ANNUNCIO.

Vende-se nesta Typ. e na casa do Sr. Villar as seguinte obras para escolas publicas e particulares.

Manual Encyclopedico de Monte Verde	2\$000
Methodo Facilimo	400
Fleury Cathecismo Historico	1\$500
Orthographia pelo mesmo	320
Compendio de Doutaina idem	200
Rezumos calligraphicos	200
Syllabarios 2 ^a parte	200
Syllabarios 1 ^a parte	160
Historia Sagrada	1\$000
Grammaticas Portuguezas	1\$000
Deveres do Homem por Silvio P	1\$000
Mscellanea de Franklm	1\$000
Lições Moraes	320
Collecções de Memorias industriaes	1\$000
Bom Homem Ricardo	600
Regimento de custas	800
Canções Lusitadas	2\$000
Cartas de A B C	120
Taboadas	120
Grammatica em verso de Rubim	1\$280

Fonte: O Cearense (CE) (1861, p.4).

FIGURA 25 – Anúncio de venda do Manual Enciclopédico por Manuel Vieira Bastos

**MANOEL VIEIRA BASTOS VENDE AS
[OBRAS SEGUINTEs.]**

Manual Encyclopedico	1\$000
Methodo Facilimo	3320
Grammatica Portugue	3500
Deveres do Homem	2500
Mescelaneas	3500
Memorias Agriculas	3500
Sillabarios	3160
Cartas de A, B, C, (	3100
Taboadas	3100
Cathecismos de D. Christã	3200
Ortographias	3200
Rezumos Caligraphicos	3200
Compendios de Civilidade	3200
Principios Elementares	3320
Elementos de Arithmetica	3320
Bom Homem Ricardo	3160

Fonte: O Cearense (CE) (1862, p.4).

O primeiro anúncio dispõe de uma lista de obras que estão à venda em três lojas, dentre elas o Manual, em décima sétima posição, custando 2.000,00 (dois mil réis²¹). Já no segundo anúncio, está à venda na casa do senhor Villar, também citado como dono de uma das lojas do anúncio anterior, destacando que a obra pode ter serventia para as escolas particulares ou públicas, estando agora, a obra em primeira posição, seguida do Método Facilimo, cujo valor é o mesmo indicado na venda precedente. O terceiro anúncio contempla a venda por um único sujeito, o senhor Manual Vieira Bastos, destacando o Manual como primeira obra à venda daquelas da lista, só que desta vez tem um diferencial, qual seja, o valor cobrado, pois há uma redução do valor, sendo agora 1.000 (mil réis).

Como podemos observar, o Manual vai sendo citado ao longo de três anos (1959 – 1862), assumindo inicialmente uma posição menos destacada no anúncio, para nos anos seguintes assumir a primeira posição, situação que demonstra a relevância da obra e a necessidade de que o público possa adquiri-la. Contudo, tais reiterações e a redução do valor, também nos faz refletir acerca de que a obra poderia não estar sendo tão requisitada, logo a urgência dessas contínuas variações.

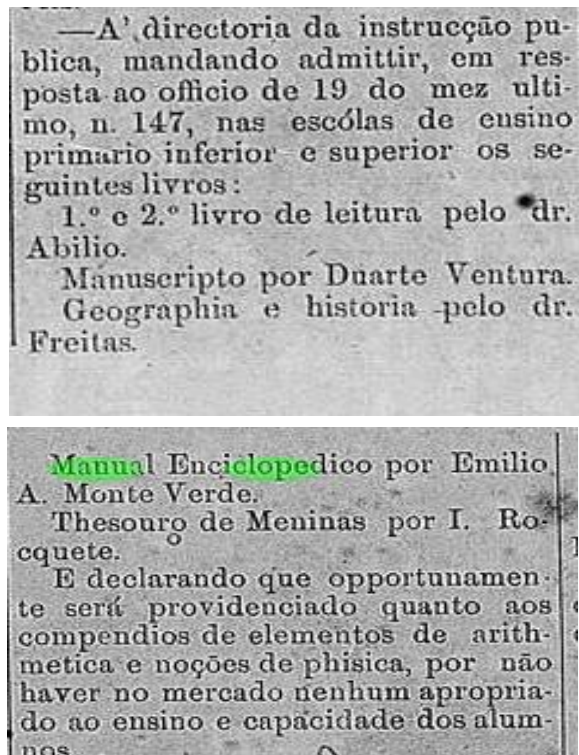
Os anúncios subsequentes imprimem a circulação do Manual na província do Grão-Pará, a qual no período imperial estava sob assídua influência do pensamento europeu, desdobrando-se na constituição de ideais de progresso e de civilização nos discursos proferidos pelo poder público. Podemos compreender a realidade desta província com maiores riquezas de detalhes, a partir da experiência vivida pelo naturalista Henry Walter Bates, o qual em visita à capital do Pará, no ano de 1859, observou as mudanças socioespaciais, para além do eurocentrismo, em outras palavras, ações direcionadas à ambientação da província sob a influência dos modelos parisienses, assim como pode identificar o aumento significativo da população urbana, em razão da presença de portugueses e alemães.

²¹ A moeda que circulava no império brasileiro, em especial, entre os anos de 1849 e 1889 foi o *conto de réis*, distribuídos em moedas de 200 réis, 500 réis, 1.000 réis e 2.000 réis. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/doc/Moeda%20no%20Brasil%20Colonia%20e%20Imp%C3%A9rio.pdf> Quando pensamos em relacionar os valores, percebemos o quanto o valor atribuído a obra era acessível, tendo em vista os valores de outros serviços nos jornais, a saber: cada corte de chita azul, poderia ser encontrado a 2.000 réis, o mesmo valor do Manual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&Pesq=manual%20enciclop%C3%A9dico&pagfis=2447>, assim como o valor de uma obra com um único conteúdo, a exemplo: *História sagrada* custando 1.000 réis, preço que também foi atribuído ao Manual. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pesq=%22manual%20enciclop%C3%A9dico%22&pagfis=5254>

Contudo, na década anterior a situação encontrada por Bates era bem diferente da década de 1850, pois as ruas ainda estavam repletas de pedras soltas e areia, já na década de 1850 as vias estavam pavimentadas; no que se refere às casas estavam “velhas e “desmanteladas”, contrapondo-se a realidade da década seguinte, a qual apresentava edifícios organizados acima do nível das ruas e com sacadas sofisticadas. Sendo assim, é notório as mudanças sociais que a província do Pará foi sofrendo, tanto no que se refere às influências europeias, quanto as mudanças ocorridas na estética da província, ratificando assim, a presença contínua do avanço da modernidade.

Tais avanços expressos nesta província, podem justificar a quantidade mais acentuada de trabalhos que endossam a presença do Manual em escolas, não somente veiculado como circulação nos jornais em forma de anúncios para compra - situação expressa em outras províncias - mas sobremaneira, percebemos que de fato foi utilizado na instrução pública. O primeiro anúncio expressa esta condição:

FIGURA 26 –Admissão do Manual Enciclopédico nas escolas de ensino primário



Fonte: *Jornal do Pará : Orgão Oficial (PA)* (1871, p.1).

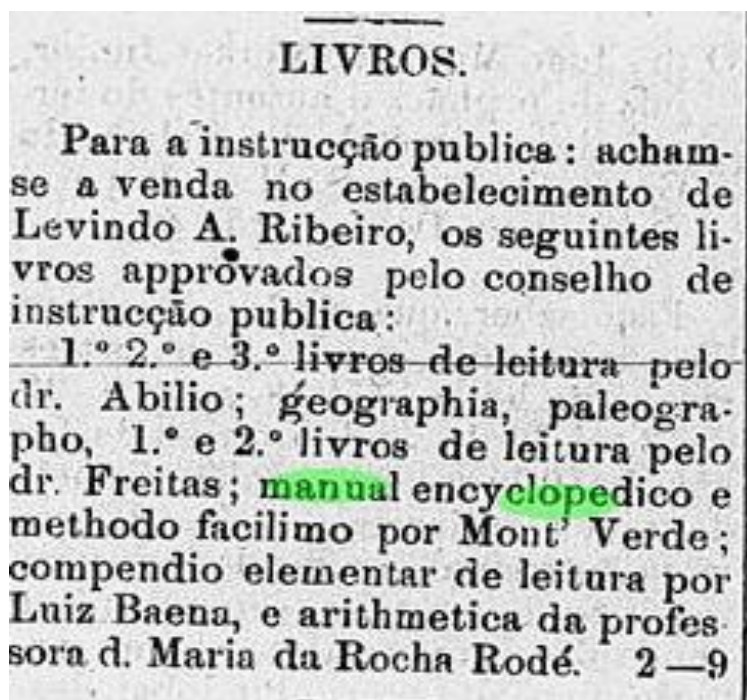
O anúncio contempla a presença do Manual nas escolas de ensino primário inferior e superior, revelando o seu uso não somente em uma escola específica, mas em várias escolas da província. Além de ter sido publicado no ano de 1871, momento no qual a província se encontrava em escala crescente de modernização, seguindo o mesmo modelo de compartimentalização social ora desenvolvido pela Província de São Paulo, qual seja: buscou implementar medidas que proporcionassem a defesa pela civilização, no sentido de salvaguardar a ordem moral, por meio de ações que passaram a urbanizar o espaço, firmados em um ideal de progresso (MONARCHA, 1999). No caso de São Paulo houve um “surto de desenvolvimento”, no qual possibilitou a reforma de algumas instituições: a cadeia pública, o hospício, o leprosário, os regulamentos de instrução pública, a inauguração da Escola Normal e do Instituto dos Educandos Artífices, já no caso de Belém, toda esta dinâmica demonstrava-se estar atrelada ao desejo do porto escoar a produção de borracha, passando a ser considerada o segundo lugar, no que se refere à exportação deste produto.

Transformar a capital paraense em um ponto de referência da civilização na Amazônia passou a ser o objetivo das elites e dos administradores provinciais. Para tanto, estes administradores buscaram transformar esteticamente a cidade, pelo menos o seu centro, por meio da construção de edifícios, jardins, praças, cafés, pavimentação e calçamento de vias públicas (MALHEIROS, 2014, p. 102).

Todo este cenário demonstrava os avanços propostos pela província do Pará em termos de desenvolvimento social, contudo cabe-nos ressaltar que o avanço proposto não abarcava toda a sociedade, mas sobretudo, a parcela que vivia no centro da cidade, uma vez que aqueles que residiam mais distantes estavam vitimados pela ausência de atenção do poder público, necessitando de auxílios básicos, como: rede de esgoto, água potável, limpeza pública, construção de matadouros, dentre outros (DIAS, 1999).

O próximo anúncio revela a circulação do Manual, por meio de sua venda em um estabelecimento específico, qual seja: o do senhor Levindo A. Ribeiro, ratificando a sua credibilidade por meio da afirmação de que se encontra aprovado pelo conselho de instrução pública, condição que imperava na época para validar o seu uso nas escolas. Dentre os oito livros citados (livros de leitura, aritmética, geografia, paleografia), o Manual assume a quinta posição, seguido do Método Facilimo. Vejamos:

FIGURA 27 –Anúncio de venda do Manual Enciclopédico no estabelecimento de Levindo A. Ribeiro



Fonte: *Jornal do Pará : Órgão Official* (PA) (1872, p.4).

Abaixo, dispomos do último anúncio direcionado a esta província, de modo que este assume uma posição bem relevante em virtude de ir além da necessidade de venda, pois adentra em uma problematização que permeia a instrução pública, ou seja, por meio do discurso da Assembleia Legislativa Provincial, revela a necessidade de implementação da uniformização do ensino, em especial, na escolha de somente um compêndio.

Nesta perspectiva, o senhor Cantão vem justificar que o seu pedido para a uniformização do ensino, não condiz em sobrepor as vontades do governo em relação aos professores, no que tange à escolha dos compêndios, dentre eles o *Manual Enciclopédico*, afirmando que essas escolhas nem sempre são abusos da autoridade, mas também podem estar relacionadas com as escolhas dos próprios professores, os quais dentre os livros que o governo dispõe, assumem as suas preferências. Em seguida, menciona os compêndios disponíveis para uma mesma matéria, neste caso aritmética, e esclarece mais uma vez, que o professor está à vontade para escolher aquela obra que melhor se adequa. Todavia, o assunto principal está em torno de uniformizar a instrução, tendo em vista que para Cantão, esta quantidade expressiva de compêndios pode implicar em duas situações: prejudicar os alunos que mudam de escola e, por sua vez, também aumentar as despesas do poder público. Observemos:

FIGURA 28 – Discussão da Assembleia Legislativa Provincial (uniformizar o ensino, por meio da escolha de um único compêndio)



Fonte: *Diario de Belém : Folha Politica, Noticiosa e Commercial* (PA) (1868, p.2).

A situação mencionada no que se refere à diversidade de livros/compêndios, manuais fazia parte do contexto de produção dos livros no Brasil imperial, tendo em vista que com a transferência da família real para o Brasil – em 1808 – e a criação da Imprensa Régia, a sociedade sofreu forte impacto em diversos âmbitos, especificamente na instrução pública, de modo que a circulação de livros ampliou-se vertiginosamente, tendo em vista que anteriormente o acesso a este bem era mais complexo, pois somente aqueles que possuíam mais condições financeiras, conseguiam adquiri-los, e ainda sob o controle da censura lusitana, a qual mantinha-se atenta às solicitações e aos despachos dos tramites burocráticos e dos custos dos transportes.

Com efeito, a Impressão Régia foi responsável pelas primeiras impressões de livros escolares, mesmo que inicialmente não as produzisse em grande quantidade, uma vez que foi a partir de 1822, quando o monopólio da Impressão Régia foi findando que houve uma crescente utilização de livros importados da Europa, com tradução em território nacional. Essa prática de importação de livros europeus, pode ser justificada em razão do custo ser menor e qualidade mais aprimorada em relação aos livros produzidos na corte.

Para além das questões econômicas, as práticas de importação de livros, especificamente os europeus, estavam atreladas às vantagens ofertadas por um país recém-independente, o qual tentava caminhar para um ideal de estabilidade e prosperidade, pautado em um discurso de acolhimento à cultura francesa, por meio do uso de elementos deste país, incluindo a sua vestimenta. Toda a conjuntura mencionada aponta para o surgimento de “sítios geográficos na produção de textos didáticos”, tendo em vista que existiu obras em que a primeira edição foi realizada no Brasil, a segunda na França e a última em Portugal, demonstrando assim, a mobilidade de sua continuidade (TAMBARA, 2002).

A transição da exclusividade das publicações estatais, por intermédio da Impressão Régia, para as editoras particulares, deu-se com maior intensidade na metade do século XIX, tornando o livro uma mercadoria e como tal passou a ser objeto de escolha por parte de editoras, especialmente aquelas que se destacaram na época: Laemmert, Gamier e Nicolau Alves, as quais possuíam as suas especificidades e critérios de escolhas das obras, dentre elas: envolvendo a posição do autor e da obra na sociedade (EL FAR, 2006). Contudo, não havia somente as editoras mais renomadas, mas também, aquelas mais modestas as quais davam oportunidade aos autores menos reconhecidos.

Diante às diversas formas de produção, tais contradições recaem também sobre a aquisição dos livros pelo governo, direcionada ao uso nas escolas, de modo que quando os autores e as editoras eram mais renomados, as negociações eram realizadas entre a editora e o governo, por meio de contratos ou de ofícios. Já no que tange os autores menos evidentes, estes faziam a impressão de sua obra em tipografias menores; e tendo o livro aprovado, iam negociar diretamente com o governo ou com outro público que tivesse interesse, podendo chegar a vender a obra por um valor menor ao público em geral e um valor mais elevado ao governo.

Dentre os maiores entraves entre a relação da produção, adoção e circulação dos livros nas escolas, estava a ausência de cumprimento de alguns pontos da legislação (Regulamento), pois conforme Teixeira (2008) havia morosidade na entrega do prêmio aos professores que tiveram alguma obra aprovada pelo governo imperial, o qual toma como

referência o exemplo do professor Frazão, que encaminha um ofício ao Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, requerendo a efetivação de seu pagamento, bem como ressaltando as dificuldades enfrentadas por ele, quanto aos acanhados vencimentos e, por fim, reforça desvelo que nutre pelo magistério:

As dificuldades materiais impostas pela pequena remuneração do trabalho docente no ensino público primário, aparecem como argumento nas súplicas deste professor, no sentido de obter o prêmio referido no regulamento. Esse não foi um caso isolado e o pedido também não significa que o prêmio tenha sido pago (TEIXEIRA, 2008, p. 81).

Mesmo que o nosso debate surja em torno da discussão sobre os prejuízos causados pelas diversidades de obras adotadas pelo governo nesse período, tendo como solução de tal problemática a adoção de uma única obra, percebemos a complexidade que envolve a instrução pública no império e os interesses que circundam seus partícipes, sejam eles: os professores, os autores, os editores ou o governo, subjugando ou enaltecendo determinados grupos em detrimento de outros, em razão de sua influência. Logo, a diversidade de obras explícita no anúncio endossa a posição na qual as editoras vão assumindo na segunda metade do século XIX, em virtude de que a Impressão Régia deixa de ser unanimidade e, agora, editoras mais renomadas e menos renomadas vão ganhando o seu espaço e, por consequência, há a ampliação das opções de escolhas dos livros por parte do governo.

Para tanto, o levantamento desses anúncios corresponde ao nosso interesse em analisar como ocorreu a circulação do Manual em algumas das províncias brasileiras, no período imperial. Essa *circulação* resultava de uma *circularidade cultural*, a qual dispunha da relação entre os grupos mais e menos favorecidos, os quais produziam narrativas, consideradas como movimentos circulares e dinâmicos, configurando uma *guerra de oposições*. Assim, com a existência da *circularidade cultural*, há condições para que a *circulação cultural* possa movimentar os elementos de uma cultura, ou seja, a circularidade está no campo dos embates ideológicos e a circulação no campo pragmático, em que elementos como livros possam circular por diversas sociedades, tendo em vista a existência de interesses dos grupos sociais (FORDE; PINTO, 2013). Logo, para que esta apropriação seja efetivada, a narrativa deve ser autorizada/legitimada, assim como podemos observar nos conteúdos dispostos no *Manual Enciclopédico*, uma vez que compreende valores, condutas e conhecimentos validados pela sociedade imperial, tais como: a moral e a religião católica, cujos princípios podem ser disseminados sem que haja muitas barreiras.

Conquanto, compreendemos a circularidade cultural a partir da visão de Ginzburg (2006), o qual em sua obra *O queijo e os vermes* vislumbra a dinâmica cultural de forma recíproca, uma vez que há uma troca entre os elementos culturais que permeiam as classes sociais, não concebendo somente, a hegemonia da classe dominante sobre as demais. Por este ângulo, observarmos que a circulação do Manual em diversas províncias, mesmo que seus conteúdos estejam firmados nos princípios da cultura dominante, no sentido de moralizar a sociedade, não impede de que a sua apropriação tenha sido feita de forma diversa, conforme os anseios e princípios de determinada cultura.

Dando continuidade à discussão da circulação de livros, Sena e Melo (2020) destacam o papel desempenhado pelos Anúncios de livros, essencialmente pensando nos leitores e/ou consumidores das informações e das obras em sua realidade física, servindo como um objeto cultural:

Assim, os livros, em seus múltiplos tipos, tamanhos e abordagens, eram anunciados nos jornais do século XIX por meio de duas perspectivas: levando em consideração a heterogeneidade dos leitores, em sua formação geral e cultural, à medida que se anunciavam títulos abertos a todos os gostos e repertório de leitura; ou respeitando a especificidade de cada grupo de consumidor, a partir de objetos selecionados para atender à demanda profissional em construção no contexto histórico-social do período (SENA; MELO, 2020, s/p).

Silva (2017) complementa que eram diversos os impressos anunciados em jornais do século XIX, de tal forma que nada era feito por acaso, mas, sobretudo, pensando no grande público e ofertando leituras para os mais variados perfis. Nessa tônica, eram usadas inúmeras “artimanhas comerciais” para a sua divulgação, podendo-se assim dizer que havia uma “publicidade livresca”, cuja preocupação firmava-se em adquirir compradores/leitores para as lojas anunciadas. “Os livreiros buscavam guiar os leitores, legitimando-se como indivíduos aptos a indicar o que era necessário e conveniente ler” (SILVA, 2017, p. 3).

Para além dos anúncios, também havia a seção destinada à Instrução Pública. Nessa seção, podemos observar discursos que não somente expunham a situação na qual se encontrava a Instrução Pública, mas também poderiam remeter a alguma insatisfação ou crítica que, de alguma forma, provocava um discurso em prol do civismo e do patriotismo, partindo de comparações entre Brasil e Portugal. Nesses discursos identifica-se uma necessidade de, pelo menos, nos equipararmos à nação portuguesa em termos de Instrução Pública, já que se buscavam outras formas de reproduzir as ações deste povo. Dessa forma, essa equiparação poderia ser efetivada também com a aquisição do *Manual Enciclopédico*,

mesmo com a crítica acerca da aquisição de obras advindas de outros países. Segue o referido discurso:

Se bem que o ensino civico seja modernico no mundo scientifico, tal modernice nasceu e teve sua origem nas necessidades do ensino primario. Portugal, apesar de, pelos ----- politicos dessas duas duzias de annos, que o fez passar a brado constitucional, se não marcha na dianteira, como deveria, se não caminha a par, como lhe é dado [...]

Como tudo quanto se pratica de mão naquelle paiz reflecte aqui, sejam questões de cemiterio, de hospitaes, de asylos e instituições pias, sejam atropellações politicas, convem que pelo menos aos ponhamos a par dos nossos irmãos portuguezes a instrucção pública [...]

O ensino primário, ali, se não é bem, é indubidavelmente muito superior ao do Brasil. Dois manuaes encyclopedicos impressos as duzias de milhares, distribuidos por pouco preço, rivalisando em combate, derramão essa multidão de proveitosas noções, no seu primeiro elemento, a respeito dos mais praticaveis conhecimentos humanos. Não lisongeando taes compendios, são obras de homens, e como trabalho humano imperfeitos e mesmo errados, fazendo-se nelles sentir a falta de programma connexo e a addição de argumentação cerrada para desenvolver a intelligencia: porém, é inegável que os Srs. Monteverde e Silva Tullio fizeram o maior dos serviços que podião consagrar á mãe patria, applicando seus prestimos a instrucção primária.

Eis porque o Brasil não há patriotismo:

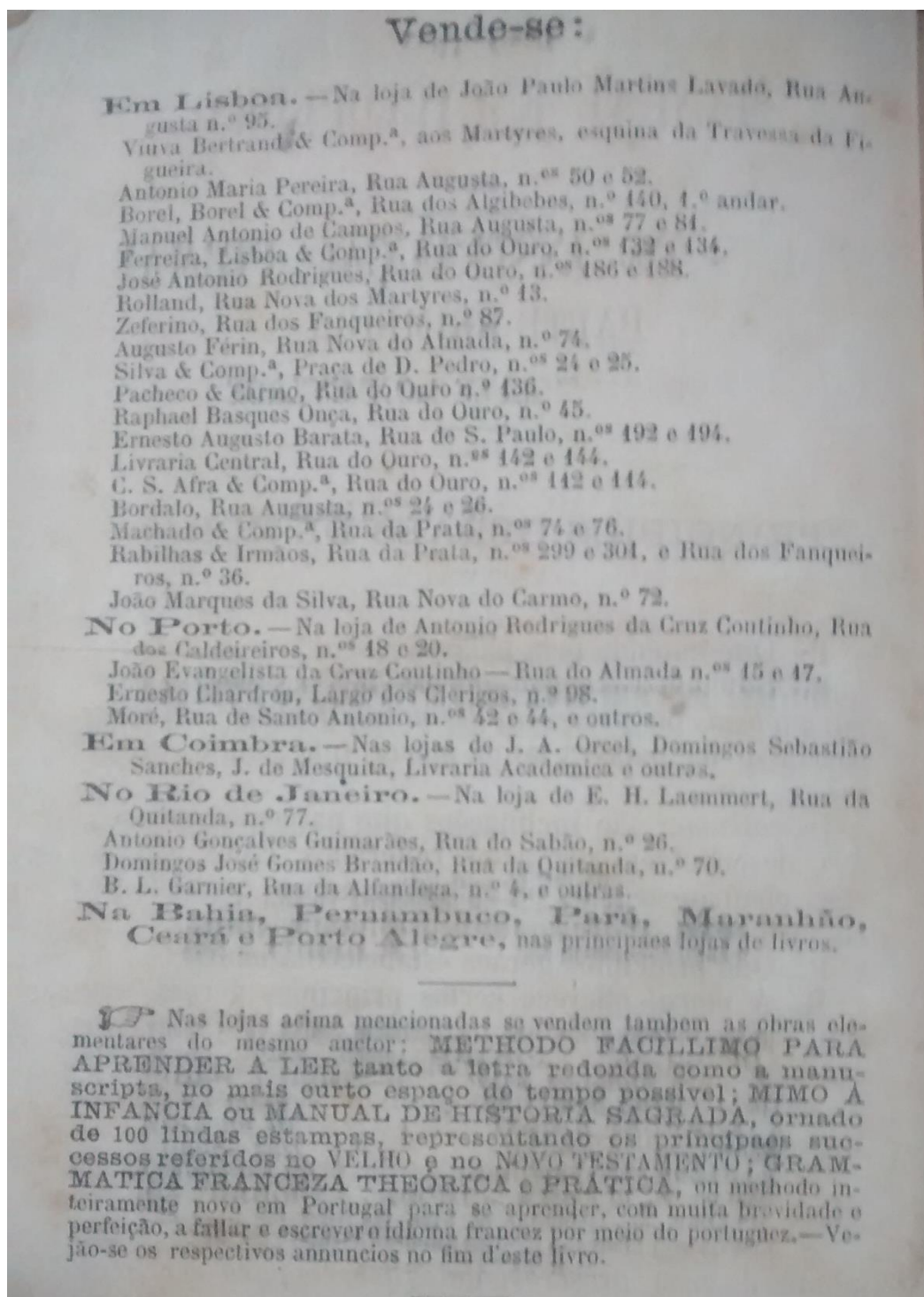
- 1 Faltão-lhe os exemplos;
- 2 Não conhecemos modelos;
- 3 Ignoramos o que é nosso;
- 4 Desprezamos o que possuímos;
- 5 Estudamos ao alheio;
- 6 Invejamos o que é dos outros;
- 7 Admiramos tudo o que nos é estranho;
- 8 Envergonhamo-nos de nós mesmos (CORREIO MERCANTIL, 1864, p. 2).

Mesmo atribuindo os benefícios concedidos ao *Manual Enciclopédico*, através da sua materialidade e da figura do autor, conforme se vê nas passagens “derramão proveitosas noções” e “fizeram o maior dos serviços que podião consagrar á mãe patria”, a obra também sofre severas críticas, uma vez que, por ser resultado do trabalho humano, está passível de erro. O discurso ressalta a falta de organização do programa e da argumentação do Manual. É possível que tal crítica esteja relacionada ao formato de perguntas e respostas, sem que haja nenhum tipo de reflexão ou uma forma mais dinâmica de apresentar o conteúdo. Apesar de pontuar os aspectos positivos da obra, o discurso funda-se no debate sobre a ausência de patriotismo no Brasil, incluindo o estudo de obras alheias ao nosso país.

Outra forma de circulação estava proposta nas páginas do próprio *Manual Enciclopédico*, especificamente logo após ao frontispício, indicando as cidades e locais de venda da obra: Lisboa e suas respectivas lojas, Porto e suas respectivas lojas, Coimbra e suas

respectivas lojas, Rio de Janeiro e suas respectivas lojas, além de Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará e Porto Alegre, estando estas localidades apresentadas de forma mais sumária, sem especificar o nome de suas lojas. O autor ainda aproveita o ensejo para alertar ao leitor que, nas lojas anunciadas, também se encontram suas demais obras, conforme se apresenta na (FIG. 29):

FIGURA 29 – O Manual Enciclopédico como circulação dele próprio



Imbuídos do debate acerca de opiniões sobre o *Manual Enciclopédico* e sua circulação, em meio aos aspectos da Instrução Pública, adentramos, na próxima sub-seção, para discutir, por meio dos elementos perigráficos, sobre a forma como o Manual se apresenta.

3.2 A INFLUÊNCIA DOS ELEMENTOS PERIGRÁFICOS QUE REGEM A INTENCIONALIDADE DA OBRA

Para que a materialidade da obra seja assimilada, debruçamo-nos em sua forma, recorrendo aos seus elementos perigráficos, com base nos preceitos elencados por Compagnon, considerando que, para esse autor, a perigrafia envolve o livro como um quadro vivo: “O livro imaginário tem uma silhueta, um contorno: um nome do autor, um título, uma epígrafe, etc. Ele é apenas silhueta: seu corpo (a massa de seus caracteres), permanece vaporoso, cinza e indistinto. A escrita, partindo da fantasia, preenche a perigrafia, destaca o corpo do texto” (COMPAGNON, 1996, p. 70).

Com efeito, na medida em que a perigrafia irá assumir uma função universal, pois seus componentes são essenciais a qualquer obra, concomitantemente irá delegar especificidades em sua estrutura, tendo em vista que as obras se diferenciam em termos de títulos, do nome do autor, do índice, entre outros elementos. As entradas no corpo do texto desenham, portanto, uma perigrafia, espaço para o qual o autor deve atentar e já conduzir as suas intencionalidades, pois é onde se inicia a receptividade ao leitor (COMPAGNON, 1996). Sobre ele, assim se expressa Elia:

O historiador francês portanto compara a perigrafia com uma moldura e uma assinatura, destacando, além disso, seu caráter fronteiro. Fala da relação do autor com a perigrafia. E finaliza com o lugar de antecipação desses textos. Ao definir a perigrafia como moldura, Compagnon prescreve certa função a esses textos, como um contentor para que as palavras não extravasem para fora do livro (ELIA, 2016, p. 1838).

A perigrafia também pode ser denominada de paratextos, terminologia adotada por Gerard Genette (2009), subdividindo-os em peritextos (estes relativos ao termo perigrafia, já proposto por Compagnon) e epitextos (estes englobando suportes ou discursos que tratam da obra, sendo eles: cartas, entrevistas, anúncios, ofícios, entre outros), ou seja, as fontes de pesquisas podem ser consideradas epitextos.

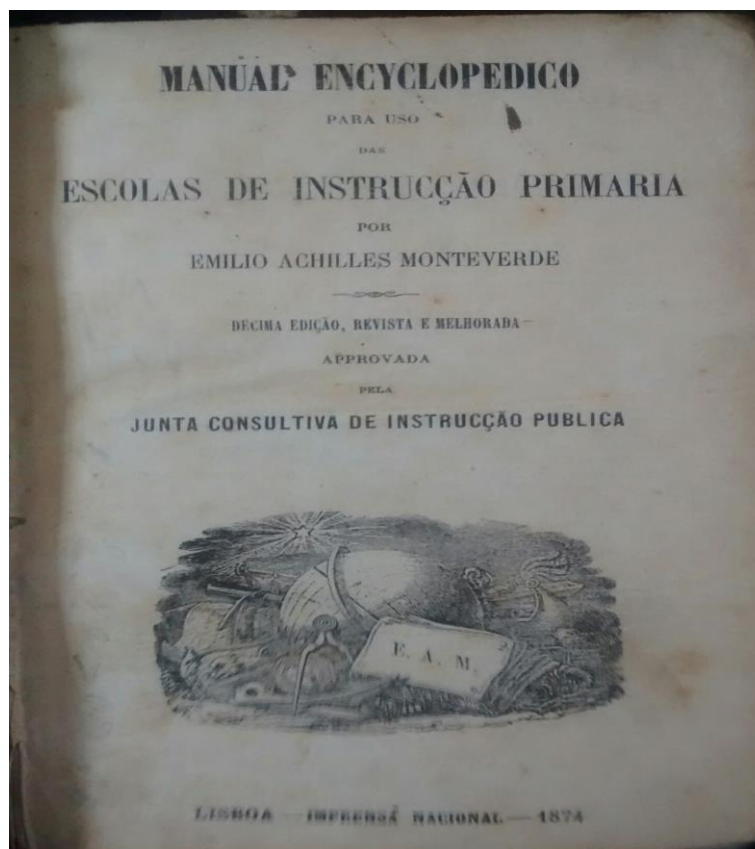
Apropriando-nos do termo perigrafia, designado por Compagnon (1996) organizamos a presente seção, a fim de que possamos dar visibilidade à “moldura” do *Manual Enciclopédico*, a qual serve como uma vitrine, suscitando julgamentos prévios para aqueles

leitores que ainda não tiveram o contato com a obra, em consonância com a compreensão dos pormenores que abarcam o Manual, tecendo uma leitura de suas entrelinhas, uma vez que a perigrafia é dotada de significados. Restringimo-nos aos seguintes elementos perigráficos: o título, o autor e o índice, em razão de a obra só contemplar tais paratextos.

3.2.1 Primeiro elemento da moldura: O Título

Manual Enciclopédico para uso das Escolas de Instrução Primária apresenta-se como o título da obra que estamos estudando, publicado no ano de 1874, corresponde à décima edição, sendo uma das últimas e o exemplar ao qual tivemos acesso em sua materialidade. Vale observar que, em relação ao seu título, nem sempre vem assim escrito. Chamamos a atenção para esse detalhe, porque verificamos, conforme esboçamos na parte introdutória do trabalho, uma mudança quando o suporte discursivo foi modificado, ou seja, quando estava sendo ilustrado em um anúncio de jornal denominou-se *Manual enciclopédico obra muito útil para os meninos das primeiras letras*. Vejamo-lo na (FIG.30):

FIGURA 30- Frontispício do Manual Enciclopédico



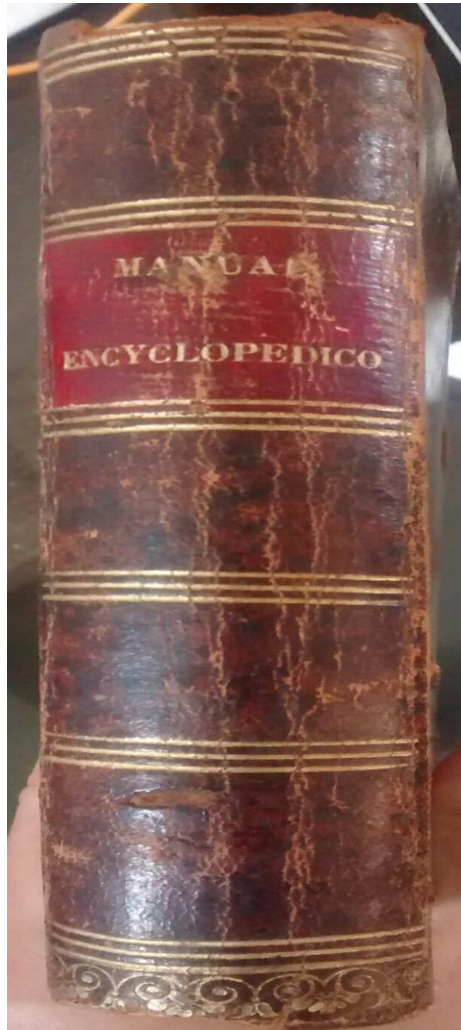
Fonte: Monteverde (1874).

O frontispício notadamente segue a estrutura das obras da época, em que a primeira parte do título se apresenta com maior destaque, seguido do nome do autor, da edição, e, como forma de lhe dar credibilidade, reforça que foi “Aprovada pela Junta Consultiva de Instrução Publica”, órgão com funções inspetivas que assumiu o lugar do Conselho Geral de Instrução Pública, o qual era encarregado de cuidar da direção e do regimento do ensino e da Instrução Pública, acompanhando as medidas ministeriais relacionadas aos sistemas de ensino (JUSTINO; ALMEIDA, 2016).

Ademais, outra característica interessante é a imagem que aparece na parte inferior do frontispício. Mesmo não estando tão visível, observamos, embora com um pouco de dificuldade, um ambiente marítimo, com alguns barcos permeados por objetos; no lado esquerdo, conseguimos observar um mapa, uma bússola, um compasso e um esquadro, centralizado por um globo; o lado direito comporta a traseira de um navio e um pequeno livro (provavelmente o *Manual Enciclopédico*) com as iniciais do nome do autor: E (Emílio) A (Achiles) M (Monteverde), levando-nos a dois segmentos de interpretação: o primeiro fazendo alusão ao Positivismo, em virtude dos objetos corresponderem à nova maneira de vislumbrar a Ciência, no sentido de entender a natureza e o funcionamento da sociedade, com base no rigor e na ordem. O segundo complementa o precedente, na medida em que a miscelânea de objetos nos remete à diversidade de conteúdos propostos pelo Manual. A título de exemplo: o esquadro e o compasso (Definições geométricas), o globo terrestre e a bússola (Geographia).

O título também está disposto na lombada da obra, em letras douradas, sem a presença do nome do autor, uma vez que esta disposição é uma forma encontrada para facilitar a organização e a identificação das obras, quando colocadas em algum espaço adequado a elas (BARBOZA, 2015). Observemos a (FIG. 31):

FIGURA 31 – Lombada do Manual Enciclopédico



Fonte: Monteverde (1874).

3.2.2 Segundo elemento da moldura: a função autor e outras obras

A figura do autor parte das contribuições de Foucault (1992), tendo em vista este esboçar uma preocupação que deslinda a multiplicidade de significados e de representações que a função autor pode gerar. Para o mesmo teórico, a referência ao autor, além de um nome próprio, em virtude de ultrapassar os discursos por ele anunciados, promove um reagrupamento com outros textos. Assim sendo, o autor ocupa um espaço amplo, conduzindo os discursos e suscitando outros olhares, por vezes similares ou dicotômicos. No sentido de refletirmos acerca da ambivalência a que conduz o nome do autor, transcrevemos de Foucault:

O nome do autor é um nome próprio; apresenta os mesmos problemas que ele. (Refiro-me aqui, entre diferentes análises, as[sic] de Searle.) Não é possível fazer do nome próprio, evidentemente, uma referência pura e simples. **O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas.** Ele é mais do que uma **indicação**, um

gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma **descrição**. Quando se diz "Aristóteles", emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: "o autor das Analíticas" 4 ou: "o fundador da ontologia" etc. Mas não se pode ficar nisso; um nome próprio não tem pura e simplesmente uma significação; quando se descobre que Rimbaud não escreveu *La chasse spirituelle*, não se pode pretender que esse nome próprio ou esse nome do autor tenha mudado de sentido. **O nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos da descrição e da designação**; eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto – e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor –, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira (FOUCAULT, 1992, p. 11, grifos nossos).

O excerto acima indica-nos como a função autor pode ser compreendida, deixando de ser uma mera indicação e passando a caminhar sobre o campo da descrição e o campo da designação; em outras palavras, o autor não só indica ou é indicado por algo, mas pode descrever ou designar determinado discurso ou campo do conhecimento ou ser descrito e designado por ele; no entanto, também pode se sobrepor a tais condições, pois a sua complexidade não fica somente assentada em conceitos fechados. A função autor serve, portanto, como um suporte que organiza os discursos apregoados em uma dada sociedade, de modo que estão vinculados aos sistemas legais e institucionais. Os autores passam, pois, a atuar como instauradores de práticas discursivas que engendram suas obras, assim como impulsionam a produção de outros textos.

Em contrapartida, Foucault (1992) dispõe que nem todo discurso será provido da função autor, uma vez que, para se ter tal condição, deve-se produzir um modo de existência, de circulação e de funcionamento que nutra os discursos mobilizados em uma sociedade. Desse modo, podemos inferir que, para se pensar nessa função, deve-se levar em consideração o acesso ao coletivo, uma vez que os discursos não se referem a algo estritamente individual. Foucault também exemplifica tal situação, ou seja, discursos que não possuem a função autor, com outros gêneros discursivos: em uma carta particular tem-se um signatário; em um contrato tem-se um fiador; em um texto anônimo numa parede tem-se um redator. Por conseguinte, destaca quatro características da função autor: 1) são objetos de apropriação, 2) não são universais e nem constantes, 3) resultam de uma operação complexa e 4) comportam uma pluralidade de “eus”.

Chartier (1994), em *A Ordem dos livros*, ressalta que, entre o fim da Idade Média e o século XVIII, houve a transição do livro copiado à mão para aqueles que passaram a ser

impressos, situação que modificou também a percepção do que seria o autor. Na Idade Média, a assinatura do autor passou a ser elemento essencial para a autenticidade do texto. Nesse caso, o anonimato não era mais considerado como algo relevante. Entre os séculos XVII e XVIII, o discurso científico se sobrepõe à função autor. É posteriormente a esse contexto que ocorre a invenção do autor, como princípio que determina a funcionalidade do texto em consonância a um ideário de uma biblioteca universal e de uma nova definição de livro.

O autor, o livreiro-editor, o comentador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou autorizados por eles sejam compreendidos, sem qualquer variação possível, à luz de sua vontade prescritiva (CHARTIER, 1994, p. 7).

Com isso, Chartier (1994), ao declarar que o autor busca controlar a produção do sentido, já que ele mesmo o produz, endossa a posição de Foucault (1992) no que diz respeito ao reconhecimento de que a posição autor é instauradora de práticas discursivas e, como tal, desemboca na produção de sentidos.

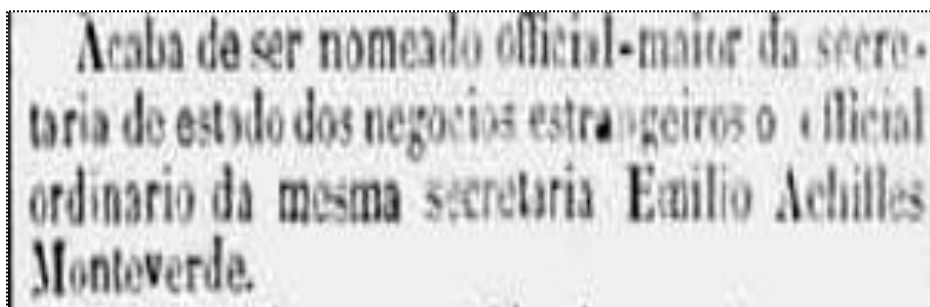
Baseando-nos na compreensão da função autor, expressamos, neste espaço, elementos que conduzem à posição social na qual o autor Emilio Achilles Monteverde transitava na sociedade portuguesa. Consideramos que este sujeito possui a função autor, em virtude de ter escrito obras que circularam na sociedade portuguesa e brasileira, as quais estavam direcionadas a um público específico, com objetivos bem definidos, no tocante a contribuir com os preceitos erigidos pela sociedade imperial.

Adentrando na vida profissional do autor, destacamos que nasceu em Lisboa no ano de 1803 e faleceu em 1881, tendo desempenhado as funções de Pedagogo, de escritor e de diplomata (CORREA, 2004). Durante a sua jornada de vida, exerceu inúmeros cargos públicos considerados de proeminência, sendo eles: Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros; fez parte do Conselho de Dona Maria II, de D. Pedro V e de D. Luis I; ainda foi Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Torre e Espada em Portugal (ZUIN, 2007).

No sentido de compreender a relevância do autor para a sociedade portuguesa e brasileira, encontramos, nas páginas dos jornais, trechos que endossam a sua participação na vida social, mesmo que não estivesse diretamente atrelada à circulação do *Manual*

Encyclopédico. O jornal o *Correio Mercantil* (1850) publicou uma de suas nomeações, na Seção Notícias²² do Exterior (FIG.32):

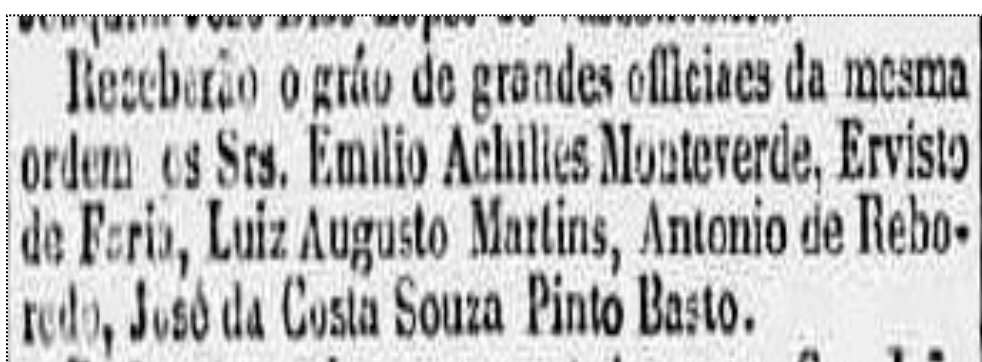
FIGURA 32 – Nomeação de Emilio Achilles Monteverde



Fonte: *Correio Mercantil* (1850).

Em seguida, no mesmo jornal, informa-se que Monteverde receberá o grau de Oficial da Ordem de Cristo, também na seção Notícias do Exterior (FIG.33):

FIGURA 33 – Informação sobre o recebimento de Grau de Oficial



Fonte: *Correio Mercantil* (1863).

Treze anos após a sua nomeação como Secretário dos Negócios Estrangeiros, conforme expresso na Fig. 18, o mesmo jornal menciona que Monteverde encontra-se enfermo devido a uma queda de cavalo. Vejamos a FIG. 34:

²² Optamos por não fazer alterações na ortografia, já que este termo se encontra conforme a escrita do século XIX e sua disposição no jornal.

Figura 34 – Aviso sobre o estado de saúde de Monteverde

O Sr. conselheiro Emilio Achilles Monteverde, official-maior da secretaria dos negocios estrangeiros tem estado gravemente doente em consequencia da queda desastrosa que deu de um cavallo, ficando por isso gravemente ferido na cabeça. Hoje seu estado é considerado livre de perigo.

Fonte: *Correio Mercantil* (1863).

Acreditamos que, na intenção de dar uma satisfação ao leitor, em razão de Monteverde ser um homem público, no mesmo ano publicou-se (ver FIG. 35) anúncio acerca da realização de uma ação de graças, em prol da melhora de Monteverde:

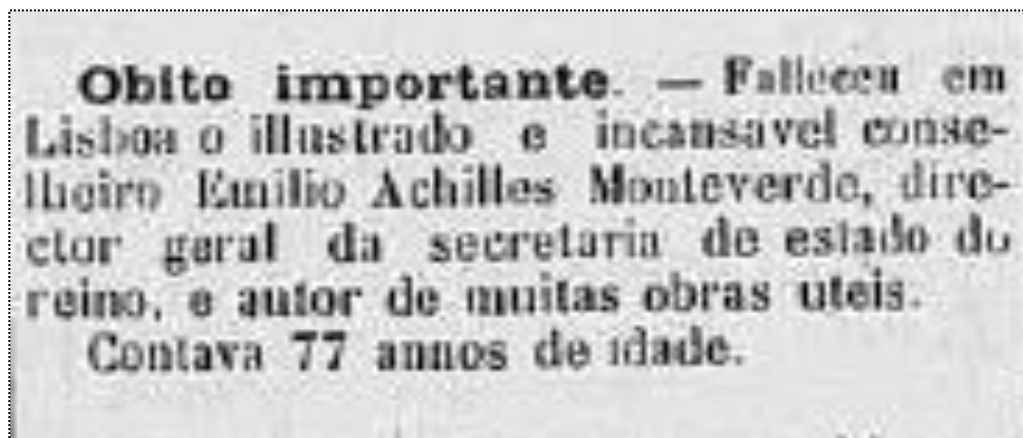
FIGURA 35 – Ação de graça em prol da melhora de Monteverde

deputado as cortes.
Os empregados da secretaria dos negocios estrangeiros mandarão cantar um *Te Deum* na igreja de Santo Antonio da Sé, em acção de graças pelas melhoras do conselheiro Emilio Achilles Monteverde, official-maior da mesma secretaria, que uma fatal queda puzera em risco de perder a vida.
Estiverão presentes perto de 100 cavalheiros amigos e collegas do Sr. Monteverde.

Fonte: *Correio Mercantil*, (1863).

Por fim, no jornal *Diário do Maranhão*, encontrou-se, na seção *Noticiario*, um aviso (FIG.36) sobre o falecimento de Monteverde. Neste aviso e, assim como nos anteriores, percebe-se que o autor é sempre mencionado por sua condição profissional não vinculada à Instrução Pública, ou seja, não é mencionada a sua posição como autor de livros, mesmo que, no Anúncio abaixo, se evoque como de sua autoria obras muito úteis, embora não se especifique a qual o gênero elas pertenciam.

FIGURA 36 – Aviso do falecimento de Monteverde



Fonte: *Diário do Maranhão* (1881, p.2).

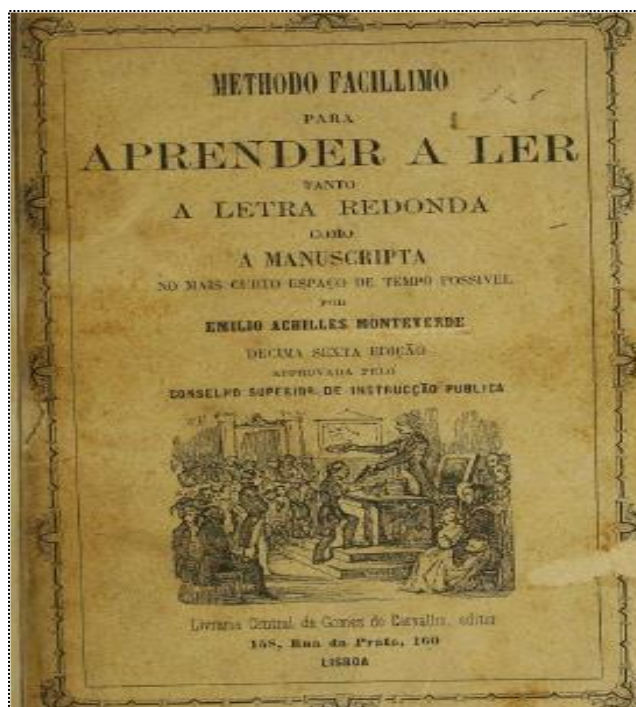
Os trechos retirados dos jornais em questão exemplificam a importância deste suporte discursivo como fonte de pesquisa para a História da Educação, tendo em vista que tal suporte dispõe de uma gama de informações às quais, quando fazendo parte de outras fontes, não conseguimos ter acesso. Neste caso, complementa outros elementos às experiências sociais vividas por Monteverde. Experiências estas que podiam ser observadas, com mais afinco, nas colunas dos jornais, especialmente na seção *Noticias do Exterior*, em virtude de o jornal do século XIX servir como uma forma de prestação de contas à sociedade, já que não havia outros meios mais eficazes de comunicação entre as províncias e ou entre os países.

Para fazer jus à produção literária de Monteverde, elencamos outras obras²³ de sua autoria:

O *Methodo facillimo – para uso das crianças que frequentão as aulas tanto em Portugal como no Brasil*, custando 100 réis, obra que teve sua primeira edição no ano de 1836, seguida de várias edições as quais foram sendo progressivamente revisadas e aprimoradas, com tiragem ampla e estruturada sob a forma de perguntas e respostas. Vale ressaltar que, geralmente, os próprios editores indicavam o *Manual Encyclopédico* como continuação deste, caso a escola aderisse aos dois. Outra informação relevante refere-se ao fato de que, no intervalo de vinte e cinco anos, o manual teve sete edições – a sua décima primeira foi em 1893 (ZUIN, 2007). Segue a (FIG.37), mostrando a folha de rosto da referida obra:

²³ Estas foram identificadas nas últimas páginas do *Manual Encyclopédico* (1874), tendo em vista que inserir o resumo de outras obras do mesmo autor, dentro do Manual, era uma prática comum, assim como inserir artigos extraídos de jornais, os quais mencionavam suas obras.

FIGURA 37 – Frontispício do Methodo Facillimo



Fonte: Biblioteca Brasileira.

Na parte final do *Manual Enciclopédico*, há uma nota a respeito desta obra, advertindo que:

Em vista pois do que fica exposto, escusado é observar que o **Methodo facillimo para aprender a ler**, que deve ser considerado como a primeira parte do **Manual enciclopédico**, reúne as condições indispensáveis para preencher o fim que seu autor teve em vista; e que pôde ser tido como um ramalhete da infância, pela variedade e boa escolha de assumptos amenos e instructivos que contém; o que é o melhor attractivo para inspirar ás criança o gosto pelo estudo.

Finalmente, o formato, beleza de impressão, em variados e elegantes typos, o grande numero de novas e lindas vinhetas que o adornão, o bom papel, e sobre tudo a modicidade de seu preço, o tornão recomendável aos senhores Professores de Instrucção primaria, e não menos ás mães de família que por si mesmas quizerem ensinar a ler a seus filhos (MONTEVERDE, 1874, p. 169).

Este trecho acaba servindo como uma forma de propagar a obra, partindo do lugar que esta pode ocupar na infância e adentrando em sua estrutura física, como modo de aclarar as suas qualidades, utilizando-se de alguns termos, como: beleza, elegantes, lindas, bom e modicidade.

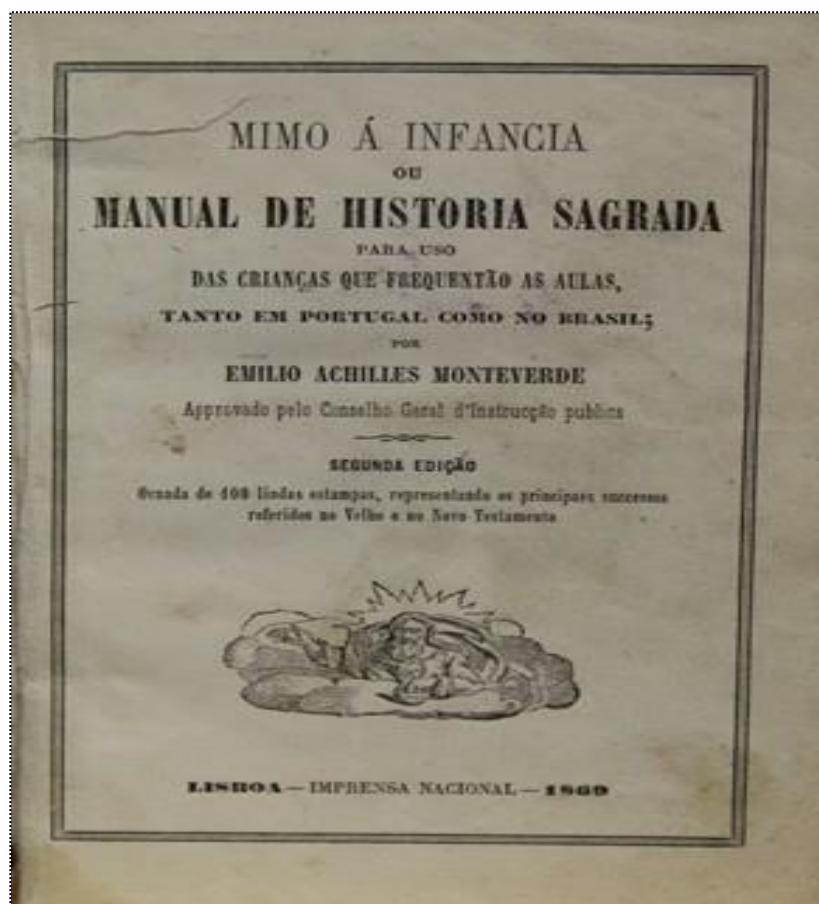
A *Gramática francesa*²⁴ – Teoria e prática, aprovada pela Junta Consultiva de Instrucção Publica, custando 800 réis em brochura, contém os princípios da língua, exercícios

²⁴ A ausência da imagem desta obra se deu em razão de não encontrarmos nenhuma que fizesse alusão ao seu formato.

ao término de cada regra, verbos regulares e irregulares conjugados, vocabulário em português e em francês, diálogos familiares, coleção de frases partilhadas francesas, entre outros. “Convém advertir que esta obra, como já disse, é tão útil aos que principião a aprender o francez, como áquelles que, tendo já algumas luzes na mesma língua, quizerem aperfeiçoar-se no conhecimento dela” (MONTEVERDE, 1874, p. 670).

Mimo à infância ou Manual de história sagrada – para uso das escolas tanto de Portugal como do vasto Império do Brasil; custa 500 réis. Nesta obra se podem observar divisões da história sagrada, contendo perguntas variadas as quais os professores podem aplicar para arguir os alunos. Por conseguinte, O Novo Testamento, evidenciando os 72 livros Canônicos. Nas palavras do próprio autor, “Pelo que fica expendido, se ve pois que esta obra é effectivamente um precioso mimo á infância, e que o autor nada omitiu para a tornar tão útil como agradável” (MONTEVERDE, 1874, p. 671). Abaixo, na FIG. 38, ilustra-se a folha de rosto do Manual em referência:

FIGURA 38 – Frontispício da obra *Mimo à infância ou Manual de História Sagrada*



Fonte: Banco de livros usados, antigos e raros. Disponível em: <https://livrosusadosantigosraros.wordpress.com/2015/09/01/mimo-a-infancia-ou-manual-da-historia-sagrada/>

Ao findar esta seção, retomamos a função autor elencada por Foucault (1992), no sentido de demonstrar que Monteverde era um autor de inúmeras obras e de uma vida social bem articulada. Também aventamos dizer que ponderações a respeito de suas delimitações como tal não podem ser definidas somente a partir do resultado de uma de suas obras, mas sobretudo, das redes de sociabilidade empreendidas por ele.

3.2.3 Terceiro elemento da moldura: o índice

O Índice do *Manual Enciclopédico* ilustra uma estrutura bem extensa, quase que preenchendo duas páginas. Mesmo estando nas páginas que findam a obra, como era costume no século XIX, o índice assume uma posição bem relevante na construção do Manual, por ser um elemento que nomeia e organiza a obra em partes diversas, as quais podem indicar estratégias de colocar em evidência determinados conhecimentos, assim como pode nos dar indícios do leitor que se pretendia formar. Outrossim, ainda nos revela uma praticidade na busca pelos conteúdos, indicando a respectiva página, dando uma visão geral da obra para o leitor. Babo (1993) esclarece que o Índice se configura como uma espécie de mapa que vai delimitando as partes da obra, servindo como a geografia do texto, por corresponder aos padrões da modernidade.

O índice[sic] além de oferecer um norte ao leitor, também serve de resumo dos conteúdos abordados pelo autor naquele livro. O autor/editor assim o faz na intenção de atrair e seduzir o leitor a consultá-lo. Muitas vezes, um escritor,[sic] começa seus escritos pelo próprio índice, mesmo que posteriormente ele mude as sentenças inicialmente pensadas para aquele capítulo. O índice passa a ser uma forma do[sic] próprio escritor organizar as ideias e colocá-las em prática durante a escrita (BARBOZA, 2015, p. 65).

Dessa maneira, o índice assume uma posição de relevância na construção do texto, uma vez que é a partir dele que as ideias e os pensamentos vão sendo desenvolvidos, mesmo que não seja algo imutável, pois, ao longo de uma escrita, novos títulos podem ser acrescentados, modificados ou até mesmo excluídos. Logo a seguir, nas (FIG. 39 e 40), observamos a imagem do Índice que compõe o *Manual Enciclopédico*:

FIGURA 39 – Índice do Manual Enciclopédico

INDICE	
PAG.	PAG.
Principios geraes de moral	3
Dos nossos deveres para com Deus.....	4
Dos deveres do homem para consigo mesmo.....	4
Dos deveres para com os nossos semelhantes em geral.....	7
Dos deveres para com os nossos ascendentes, tios, ministros da Religião, magistrados, amos, chefes, etc.....	11
Dos deveres para com os nossos mestres.....	12
Dos nossos deveres para com as pessoas idosas.....	13
Dos deveres para com os iguaes	16
Dos deveres para com os inferiores.....	20
Dos deveres do Rei ou do Chefe do Estado, dos seus Ministros e dos governados.....	24
Dos deveres da patria para com as outras nações.....	25
Deveres geraes.....	25
Da Religião	27
Que se entende por Historia sagrada.....	29
Velho Testamento.....	31
Novo Testamento.....	34
Livros Canonicos de que se compõe a Biblia.....	42
Estabelecimento da Igreja de Jesus Christo.....	45
Principaes perseguições da Igreja christã.....	47
Heresia, scisma, concilio, seita	49
Lei natural, lei escripta, lei da graça, tradição.....	51
Das linguas e sua derivação...	51
Da Grammatica portugueza	55
Etymologia e classificação das palavras.....	55
Syntaxe.....	109
Prosodia.....	126
Orthographia.....	129
Pontuação.....	130
Figuras da dicção.....	134
Vícios da oração.....	135
Methodo de analyse logica.....	136
Methodo de analyse grammatical	137
Arithmetica	138
Summar.....	143
Diminuir.....	144
Multiplicar.....	146
Repartir.....	151
Da prova.....	154
Problêmas sobre as quatro operações fundamentais.....	159
Das fracções ou quebrados.....	161
Dos numeros decimaes.....	173
Systema métrico decimal.....	180
Do toque do ouro e da prata..	187
Razões e proporções.....	188
Regra de tres.....	190
Regra de juros.....	196
Elementos de civilidade	210
Das diversas Religiões	218
Definições geometricas	259
Bellas Artes	272
Do Dezenho.....	272
Da Pintura.....	275
Da Esculptura.....	282
Da Gravura.....	284
Da Architectura.....	285
As sete maravilhas do mundo..	286
Da Lithographia.....	288
Da Musica.....	289
Da Dança.....	291
Da Geographia	293
Geographia astronômica.....	294
Geographia physica.....	329
Geographia politica.....	334
Europa etc.....	339
Reino de Portugal.....	379
Asia.....	431
Africa.....	449
America etc.....	462
Imperio do Brasil.....	476
Oceania.....	488
Da Chronologia	493
Da Historia	508
Hebreus ou Judeus.....	510
Egyptios.....	512
Assyrios.....	513
Persas.....	513
Gregos.....	515
Os sete sabios da Grecia.....	517
Romanos.....	520
Idade media.....	521
Tempos fundados.....	523
Das Cruzadas	523
Ordens militares e religiosas fundadas durante as primeiras Cruzadas.....	526
Da antiga cavallaria	529
Resumo da Historia de Portugal	532

Fonte: Monteverde, (1874).

FIGURA 40 – Continuação do Índice do Manual Enciclopédico

	PAG.		PAG.
Origem do nome de Portugal..	534	D. Pedro V.....	590
Dynastias que tem reinado em Portugal.....	534	Tratamento dos Reis de Portugal.....	592
Do Conde D. Henrique.....	535	Titulos do filho primogenito d'ElRei de Portugal.....	593
D. Affonso Henriques.....	536	Ordens militares ou de cavallaria.....	593
D. Sancho I.....	540	Algumas ordens militares que houve em Portugal e já não existem.....	594
D. Affonso II.....	540	Ordens militares portuguezas existentes.....	596
D. Sancho II.....	541	Ordem para senhoras.....	598
D. Affonso III.....	542	Das antigas côrtes em Portugal.....	598
D. Diniz.....	543	Côrtes em que se tratárão negocios mais importantes para Portugal, desde o principio da monarchia até 1698.....	599
D. Affonso IV.....	544	Relação chronológica summaria das navegações, descobrimentos e conquistas dos Portuguezes.....	601
D. Pedro I.....	545	Litteratura portugueza.....	614
D. Fernando.....	546	Principaes classicos portuguezes: Prosadores e poetas....	617
D. João I.....	548	Principaes poemas epicos portuguezes com as datas das primeiras edições.....	623
D. Duarte.....	550	Noções geraes de Phisica.....	623
D. Affonso V.....	552	Da Mythologia.....	639
D. João II.....	554	Biographia classica, ou noticia de varios homens illustres da antiguidade, e dos principaes auctores adoptados nas classes.....	634
D. Manoel.....	556		
D. João III.....	561		
D. Sebastião.....	563		
D. Henrique.....	563		
D. Filippe 2.º, 3.º e 4.º de Castella, e em Portugal, 48.º, 49.º e 20.º Reis (intrusos)...	563		
D. João IV.....	569		
D. Affonso VI.....	570		
D. Pedro II.....	573		
D. João V.....	574		
D. José I.....	575		
D. Maria I e D. Pedro III.....	578		
D. João VI.....	580		
Batalhas, cercos e assaltos principaes em que, durante a guerra da Peninsula, entrárão as tropas portuguezas e inglezas.....	584		
D. Pedro IV.....	584		
D. Maria II.....	586		

ADVERTENCIA AOS ENCADERNADORES

A estampa I deve ficar em frente da pag. 640; a II, da pag. 642; a III, da pag. 643; a IV, da pag. 644.

Fonte: Monteverde (1874).

O índice em questão manifesta a grandiosidade da obra em termos de conteúdos e em termos de extensão, abrangendo dezenove (19) capítulos, consecutivamente: Principios geraes

de moral, Da Religião, Da Grammatica portugueza, Arithmetica, Elementos de civilidade, Das diversas Religiões, Definições geometricas, Bellas Artes, Da Geografia, Da Chonologia da História, Das Cruzadas, da antiga cavallaria, Resumo da História de Portugal, Ordens militares ou de Cavallaria, Das antigas côrtes em Portugal, Litteratura portugueza, Noções geraes de Physica e Da Mythologia.

Destrinchamos todos os capítulos no sentido de situar o leitor na obra em sua completude, mas o objetivo a que nos propomos é adentrar no conteúdo sobre os Principios Geraes de Moral, como já foi exposto neste trabalho, a fim de que possamos, na seção seguinte, compreender como tais princípios contribuíram na formação da mocidade.

A disposição dos conteúdos revela uma ordem de importância, pois, provavelmente de forma intencional, a Moralidade se encontra na primeira parte da obra, a fim de impactar e tentar iniciar o seu processo de condicionamento social. Essa disposição denota que os valores morais e de conduta social acabam por se sobreporem aos conteúdos instrutivos, haja vista que a Moralidade servia como instrumento de controle social, delegando inúmeros deveres às pessoas, primando-se por uma sociedade ordeira.

Vê-se também ao final da FIG. 40 um trecho informativo, intitulado *Advertencia aos Encadernadores*, indicando os espaços adequados para cada imagem. Essa advertência demonstra a preocupação de Monteverde com a organização da obra e sua intenção de chamar a atenção do leitor.

Os elementos perigráficos ora abordados nos deram indícios de aspectos que desenham a obra, servindo como uma primeira impressão ofertada ao leitor, na intenção de atraí-lo para sua totalidade. Nesse contexto, a perigrafia, como um elemento intencional, estava imerso nos “protocolos de leitura”, anunciados por Chartier (2011), seguindo estratégias impostas pelos autores, pelos editores ou pelos censores, uma vez que todos esses sujeitos direcionam a leitura e o sentido que o texto vai adquirindo, seja na maneira de ler, seja na posição em que o autor deseja se encontrar.

4 O CONTEÚDO DE MORALIDADE DISPOSTO NO MANUAL ENCICLOPÉDICO: REGRAS DE SOCIABILIDADE

Nesta seção discorreremos acerca dos deveres que foram sugeridos à sociedade por meio dos conteúdos e dos discursos empreendidos na primeira parte da obra *Principios Geraes de Moral*, os quais compunham as regras de sociabilidade da sociedade imperial portuguesa e, por consequência, a brasileira, uma vez que o Manual não foi produzido para a sociedade brasileira da época, mas disseminado nessa sociedade. Sua organização compôs-se de oito subtítulos, sendo eles: Dos deveres para com Deus; para consigo mesmo; para com os semelhantes em geral; para com os pais; para com os mestres e mestras; para com os inferiores do Rei ou do Chefe de Estado, seus Ministros e seus governados; e os deveres gerais.

Na intenção de compreender como os princípios de moralidade dispostos no *Manual Enciclopédico* contribuíram para a formação da mocidade na província da Paraíba, no Império, iremos analisar os que regem a moral ao longo da “Parte Primeira” da obra, tecendo relações com os capítulos que tratam *Da Religião*²⁵ e que tratam *Da Grammatica*²⁶ *portuguesa*, no sentido de relacionar elementos destes capítulos com os elementos que compõem os *Principios geraes de moral*, tendo em vista que a religião e a gramática – segunda e terceira parte da obra - complementam e ratificam discursos presentes nos princípios morais, possibilitando-nos a compreensão/reflexão de proposições que vão sendo analisadas, tanto no que diz respeito à posição que a religião assumia na sociedade imperial, quanto à forma ideal e/ou intencional de escrita imprimida no Manual, na intenção de ser um dos instrumentos de intervenção contidos na ideia de civilizar e de disciplinar a população, por meio da linguagem e do cultivo à retórica.

4.1 PRINCIPIOS GERAES DE MORAL

A moral é reverenciada na obra logo em sua primeira parte, contemplando uma dinâmica de perguntas e de respostas, as quais vão sendo dispostas de forma objetiva e

²⁵ Abrange a página 27-54, logo após os *Principios geraes de moral*, comportando as seguintes temáticas: Que se entende por Historia sagrada; Velho Testamento; Novo Testamento; Livros Canonicos de que se compõe a Bíblia; Estabelecimento da Igreja de Jesus Christo; Principaes perseguições da Igreja christã; Heresia, scisma, concilio, seita; Lei natural, lei escripta, lei da graça, tradição; Das línguas e sua derivação.

²⁶ Abrange a página 55-137, logo após a parte *Da Grammatica*, comportando as seguintes temáticas: Etymologia e classificação das palavras; Syntaxe; Prosodia; Orthographia; Pontuação; Figuras da dicção; Vícios da oração; Methodo de analyse logica; Methodo de analse gramatical.

explicativa, diferentemente do formato delineado nos Manuais de Civilidade enunciados no Capítulo 2, uma vez que estes se apresentavam em forma de diálogos ou de relatos. Vejamos o seu questionamento inicial: “**P.** Que entende pela palavra moral? **R.** Entendo a sciencia que dirige as acções do homem para o bem, ou a sciencia dos nossos deveres; seu nome deriva-se da palavra latina *mores*, que significa costumes” (MONTEVERDE, 1874, p. 3). Quando menciona sobre os costumes, o autor deixa evidente que há os bons e os maus costumes, sendo este último caracterizado quando não se está alinhado às regras estabelecidas.

A intenção desse questionamento poderia, pois, induzir a mocidade a uma posição secundária, na qual os costumes da sociedade estariam acima de seus desejos individuais, conduzindo ao entendimento de que este era o caminho “para o bem” e, para alcançá-lo, deveria cumprir todos os seus deveres. E que “bem” seria este? Na visão de quem? Provavelmente um “bem” que caminhasse conforme os preceitos dos governantes, para evitar qualquer tipo de manifestação que abalasse as relações de poder impostas.

Nesta perspectiva, percebemos o quanto a etimologia das palavras assume uma posição essencial para a instrução da mocidade, uma vez que houve a necessidade de explorar o significado da palavra moral, subdividindo-a em repartições para melhor compreensão dos leitores. Assim sendo, observamos que na parte destinada à gramática o *nome* é evidenciado como um elemento que propicia conhecer as pessoas, as coisas e, por consequência, as qualidades que lhes são inerentes, apresentando-se como substantivo e adjetivo. Por substantivo dispõe de exemplos, como: homem, casa, bulha, cheiro, etc. Informando que para assumir tal configuração deve derivar-se de ideias que envolvam a virtude e a bondade, ou seja, de uma forma sutil sempre acaba por relacionar o sujeito às ações que estejam vinculadas aos preceitos morais.

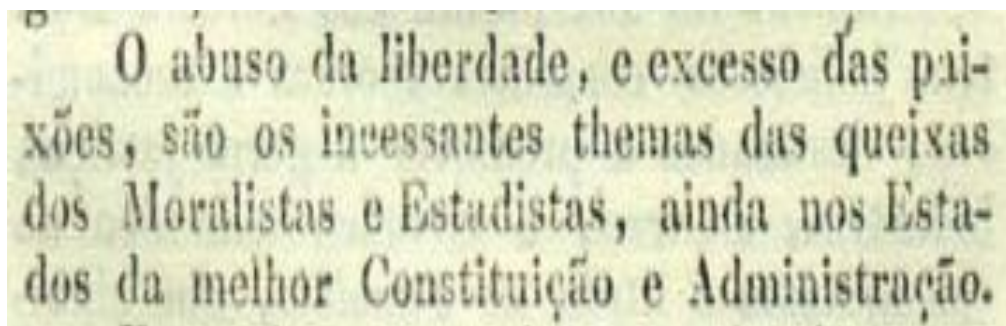
Outro aspecto que é recorrente no capítulo *Da grammatica portugueza* refere-se a quantidade significativa de exemplos em que a palavra *homem* é disposta não só nesta definição, mas também, quando trata dos substantivos comuns, exemplificado com os seguintes itens: homem, rio, árvore, casa, etc. Já quando dispõe das variações do substantivo, utiliza os seguintes exemplos: “homens poderosos” e “mulheres honestas”, demarcando diferenças entre homens e mulheres, ao passo que para além das ambiguidades que a moral impõe entre os grupos sociais, também há aquelas direcionadas às diferenças entre o papel do homem e da mulher, inserindo o homem na esfera do poder e as mulheres como sujeitos de comportamento ilibado, pois infelizmente durante um longo período de nossa história, as diferenças entre homens e mulheres estavam fincadas em um discurso de base natural, em que a mulher era vista como inferior, menos inteligente, de musculatura mais frágil e mais

propensa a adoecer, de tal modo que o comando advinha dos homens, cujas concepções foram tornando-se obsoletas, mesmo tendo perdurado tanto tempo (QUINTANEIRO, 1995).

Em contrapartida, no capítulo destinado à *Religião* pode-se encontrar um discurso que mesmo reverberando a necessidade do cuidado para com o estudo da língua e suas regras, na intenção de falar de forma elegante e correta, configurando o “bem falar” e o exemplo de uma boa educação, induz ao leitor que “nas ocasiões, sabem pugnar pelos seus direitos de maneira a persuadir que a razão está pela sua parte” (MONTEVERDE, 1874, p.54). Em outras palavras, argumenta que quando a pessoa domina a sua língua e o bem falar, saberá também requerer os seus direitos e argumentar em prol das suas concepções. De certa forma, este trecho contrapõe os discursos que vêm sendo dispostos no Manual, tendo em vista dispor, na maioria das vezes, um discurso conformista e de adequação social.

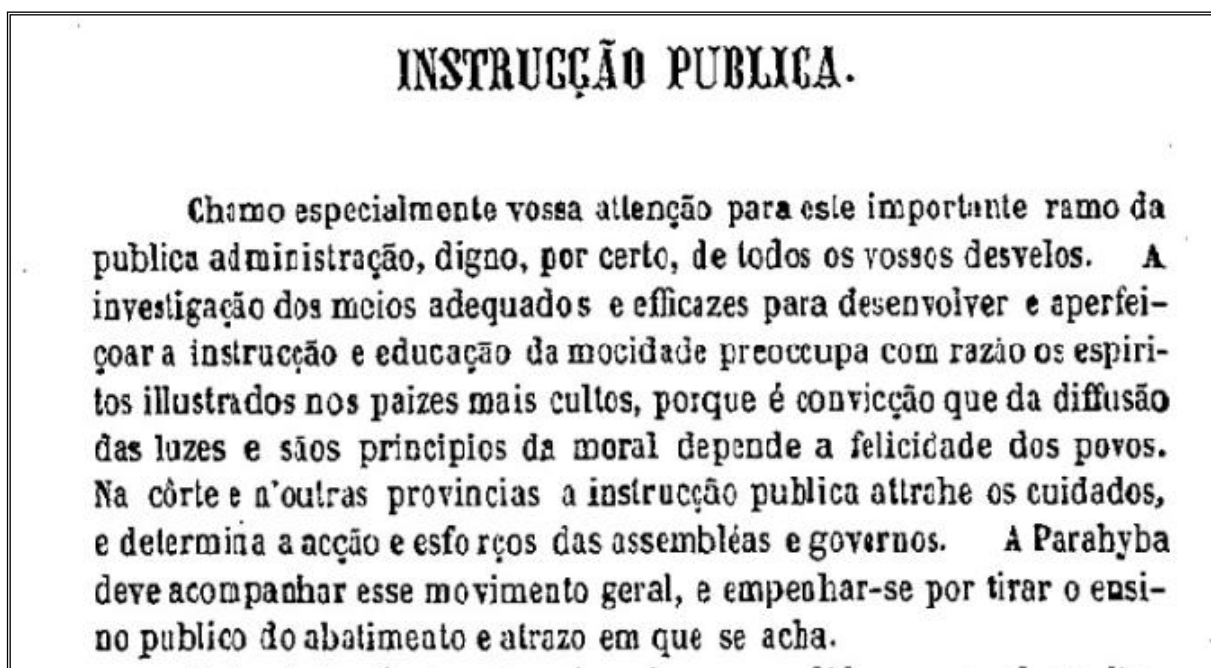
O Manual encontrava-se imerso em uma tradição que reverberava a moral como elemento essencial ao desenvolvimento humano, juntamente com outros textos que já circulavam na província da Paraíba, os quais, com base nas palavras de Chartier (1999), objetivavam instaurar uma ordem, por intermédio de sua apropriação, a exemplo da Constituição Moral (1824) que reitera o discurso do Manual, na medida em que, no Capítulo 2, intitulado *Da Decadência da Constituição Moral do Homem*, utiliza o exemplo de quando a sociedade não era tão complexa e, por consequência, a vida era mais harmônica, em razão de todos comungarem do mesmo pensamento. “Os poetas, que forão em todas as idades os Guardas das antigas tradições, e que as transmitiram aos vindouros pelo grato instrumento da versificação, cantarão a intitulada *idade de ouro*, em que todos os homens erão justos e benevolos, vivendo em harmonia e companhia [...]” (LISBOA, 1824, p. 4). Mesmo não deixando claro que época seria essa, tal discurso remonta a sociedades mais remotas, em que cada grupo fazia o seu papel sem muitos questionamentos, vivendo uma coesão social, já que a divisão do trabalho era restrita, característica da solidariedade mecânica, conforme concluem algumas análises de Durkheim (1999).

Outra situação evocada na mesma Constituição é a ausência da liberdade, a qual é noticiada como algo que pode limitar os “homens de bem”, em virtude da existência de grupos que infringem a ordem social. Com base nessa proposição, o discurso mobiliza uma sensação de que tudo que é contrário à ordem tem consequências negativas que, neste caso, é exemplificado com a existência de cadeias, da força civil e militar, no sentido de impedir que os inimigos possam perturbar o convívio social. A (FIG. 41) imprime as duas principais preocupações dos Moralistas:

FIGURA 41 – Excerto da Constituição Moral

Fonte: LISBOA (1824, p. 5).

Com isso, o “abuso da liberdade” e o “excesso das paixões” (vícios, desejos proibidos...) estavam sob a vigilância daqueles que pregavam a Moralidade, utilizando a Instrução Pública como uma forma de moldar os indivíduos a sua condição ideal. Na fala (FIG. 42) do Exm^o. Sr. Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa, em 7 de junho de 1872, evidenciamos a relação intrínseca entre a Instrução e a Moralidade, ressaltando a importância de a Paraíba acompanhar os avanços dos países mais cultos, no que diz respeito à educação da mocidade, cuja finalidade estaria em atingir a felicidade, a qual só seria possível com a luz do conhecimento e com os princípios morais.

FIGURA 42 – Fala do Vice-Presidente da Província Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa

Fonte: Parahyba do Norte (1872, p. 16).

Partindo dessa condição ideal de homem, que é condicionado a buscar um tipo de felicidade, o *Manual Enciclopédico* delimita os princípios gerais e particulares das ações humanas, dividindo a Moral em dois aspectos: a Moral Geral (deveres amplos) e a Moral Especial (tríade: deveres para com Deus, para consigo mesmo e para com os seus semelhantes), especificidades já observadas na Constituição Moral (1824) e, também, no Regulamento de 20 de janeiro de 1849.

Contudo, apesar da intenção do governo, bem como dos princípios morais, os quais eram imbuídos de deveres à sociedade que estavam sendo apregoados pelo *Manual Enciclopédico* e demais obras que circularam no Brasil imperial, não significou que a sociedade recebia tais imposições de forma pacífica, pois mesmo que a nossa pesquisa não permita que, de fato, possamos compreender como se deu as formas de apropriação da obra, em razão de ser uma pesquisa histórica, do período imperial, a literatura e os jornais da época nos fornecem indícios mais gerais de que a sociedade não estava inerte às determinações do governo e das classes mais abastadas.

Diante da situação a qual se encontrava a sociedade imperial nas primeiras décadas do século XIX, especificamente o empasse entre as elites políticas e intelectuais do Brasil, ao passo que subdividiram-se em moderados – aqueles que desejavam uma monarquia centralizada/Poder executivo sobre o Legislativo – e os liberais – aqueles que desejavam uma monarquia menos centralizada, com predomínio do Legislativo sobre o Executivo, alguns grupos insatisfeitos reagiram as imposições do governo nesta primeira metade do século XIX.

A Constituição de 1824 acabou sendo a responsável pelos conflitos que se anunciavam em razão do seu caráter absolutista, tendo em vista que estabeleceu uma monarquia constitucional, hereditária e representativa, bem como além dos três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), acresceu o poder Moderador, o qual priorizava o poder do imperador perante os demais, por meio de algumas atribuições, quais sejam:

[...] dissolver a câmara dos deputados, livremente nomear os ministros de Estado, independentemente da opinião do Legislativo, convocar, prorrogar ou adiar assembleia geral, convocar eleições, nomear senadores, bispos e presidentes das províncias, e ainda perdoar ou moderar as penas de condenados pela Justiça.

[...] • O governo era uma monarquia constitucional unitária e hereditária;

• Estabelecia quatro poderes: o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Poder Moderador, este acima dos demais poderes, exercido pelo Imperador;

• O Estado adotava o catolicismo como religião oficial. As outras religiões eram permitidas com seu culto doméstico, sendo proibida a construção de templos com aspecto exterior diferenciado;

• Define quem é considerado cidadão brasileiro;

- As eleições eram censitárias e indiretas;
- Submissão da Igreja ao Estado, inclusive com o direito do Imperador de conceder cargos eclesiásticos na Igreja Católica (padroado);
- Estabelecia um rol de direitos e garantias individuais;
- O Imperador era inimputável (não respondia judicialmente por seus atos) (FRANÇA, 2010, p.11).

Os desdobramentos imputados pela Constituição serviram, sobremaneira, para suscitar a inquietação da sociedade, frente ao predomínio do poder moderador nos diversos âmbitos sociais, demarcando o seu caráter absolutista. Logo, motivaram reações na província da Bahia e de Pernambuco, eclodindo manifestações em favor ao antilusitanismo.

Com a ampliação dos tratados diplomáticos, pensados para a concretização da independência, a saber: a redução das taxas alfandegárias destinadas a Inglaterra e a Portugal e a união de Brasil e Portugal, ocasionaram a efervescência necessária para o aumento dos protestos. Acoplada, também, ao desregulamento da situação financeira, já que houve a redução da produção açucareira, diminuição da arrecadação alfandegária e o aumento dos juros, de modo que a população revoltava-se cada vez mais contra o governo.

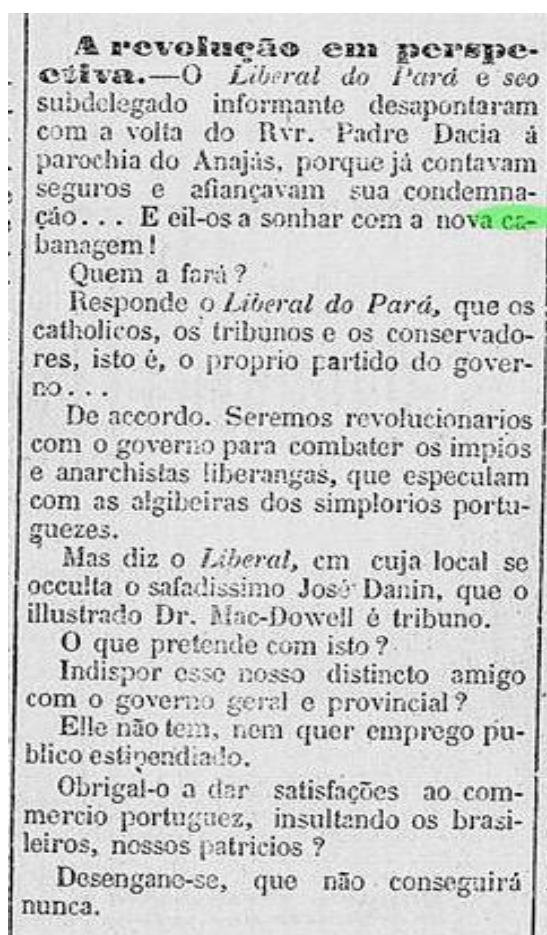
Desta feita, tanto os manifestos populares do parlamento, quanto o posicionamento da imprensa, incentivaram a ampliação da revolta popular, especificamente contra o governo e contra os portugueses, materializada na *noite das garrafadas*, ocasionando a insustentabilidade do governo e, por sua vez, a abdicação de Dom Pedro ao trono.

Por conseguinte, após abdicação de Dom Pedro, o Brasil passou a ser comandado pela regência trina, posteriormente sendo substituída pela regência una, a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834, determinando o voto direto e secreto, com mandato de quatro anos e a criação de Assembleias legislativas, com eleições de dois anos, as quais legislavam sobre segurança pública, educação, infraestrutura, dentre outros. Essa situação contribuiu com o fortalecimento dos poderes locais, que mesmo dotados de uma crise política interna, encontravam-se mais fortalecidos e capazes de enfrentar o poder central.

Dentre os principais movimentos populares estavam: a Cabanagem, em 1835, movimento que englobou os grupos menos abastados, sendo composto por índios, caboclos e negros, os quais ocuparam o governo em um período de nove meses. No mesmo ano, a Revolução Farroupilha, considerada uma das mais duradouras do período imperial, contudo, esta teve a participação popular, vinculada ao movimento elitizado, pois “[...] tinham influência do pensamento republicano corrente nas lojas maçônicas, e de pessoas provenientes da Europa que difundiam tais ideias, em evidência desde o sucesso da Revolução Francesa, em 1798, e demonstravam todo seu repúdio aos agentes econômicos regionais” (FRANÇA,

2010, p.15). Na seção *Noticiario*, de o jornal *A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario (PA)*, do ano de 1875 encontramos um indício de que a Cabanagem ocorreu, mesmo não sendo no período de seu acontecimento, mas fazendo menção ao seu movimento em décadas posteriores, conforme a FIG. (43):

FIGURA 43 – Presença do termo Cabanagem na seção *Noticiario*, de o jornal *A Regeneração:Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario (PA)*

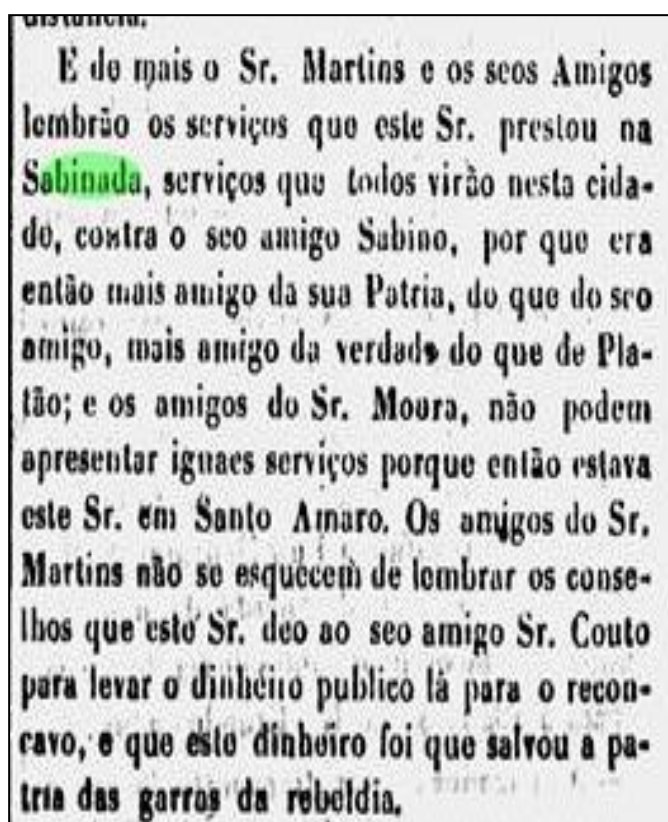


Fonte: *A Regeneração: Periodico Politico, Commercial, Noticioso e Litterario (PA)*, 1875.

Para tanto, no embate entre conservadores e liberais, o anúncio vem demonstrar que a insatisfação de um liberal, juntamente com seu subdelegado pode aguçar o desejo de revolta, em razão de um padre retornar ao seu posto, ao invés de ter sido condenado. E, tal situação, pode ocasionar uma nova Cabanagem. Essa proposição condiz pensar sobre a ocorrência da Cabanagem e, mesmo em décadas posteriores, ainda continua sendo relembrada.

Dois anos após as revoltas anunciadas, no ano de 1837, surgiu a Sabinada, na província da Bahia, conflito advindo da centralização monárquica e do federalismo republicano, cuja mobilização contemplou a participação dos comerciantes, dos profissionais liberais e dos oficiais militares. O jornal *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA)*, no ano de 1847, retoma a participação de um determinado senhor na Sabinada, dez anos após a sua realização. Observemos a FIG. 44:

FIGURA 44 – Seção *Correspondencia* de o jornal *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA)* sobre a participação do Sr. Martins na Sabinada



Fonte: O jornal *Correio Mercantil: Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA)*, 1847.

Este recorte de jornal encontra-se na seção *Correspondencia*, tratando-se do debate acerca da candidatura do Sr. Dr. Martins e do Sr. Dr. Magalhães à presidência do colégio eleitoral. E, para que pudessem alcançar tal feito, inúmeras colocações foram pontuadas, dentre elas, a participação do senhor Martins na Sabinada, como um ato positivo e em favor de sua pátria, mesmo que implicasse ir contra o posicionamento de um amigo. Logo, a sua participação era vista como algo positivo e um diferencial em desfavor de seu opositor, já que o mesmo não havia participado dessa revolta.

Já no segundo reinado, os conflitos giravam em torno das reformas pleiteadas pelo governo, diferentemente do primeiro reinado e da regência, que estavam mais em uma seara dos conflitos entre as decisões das classes dominantes (CARVALHO, 2008). A primeira reação foi em desfavor de uma lei que introduzia o registro civil de nascimentos e de óbito, atrelada ao primeiro recenseamento nacional, no ano de 1851 e 1852. Em 1874, houve uma reação popular em oito províncias, referente ao recrutamento militar, podendo ser considerada a primeira manifestação coletiva de mulheres, compondo cerca de 40 pessoas que ocuparam igrejas para interromper o processo de recrutamento. Outra manifestação foi a de quebraquilos, em 1872, por meio da lei de 1862, a qual dispunha do novo sistema decimal de pesos e medidas, uma vez que a reação iniciou no Rio de Janeiro, chegando às províncias do Nordeste no ano de 1874, marcada por ataques em cartórios, serviços de recrutamento militar, lojas maçônicas e casas de negócios.

No ano de 1880 houve o aumento de um vintém (20 réis) no valor do transporte urbano, situação que deixou a população revoltada, fazendo com que cinco mil pessoas fossem em direção a uma praça pública. Neste espaço os conflitos ampliaram-se, havendo embate com a polícia, gerando cenas de violência, tais como: quebraram coches, arrancaram trilhos, espancaram cocheiros, esfaquearam mulas e levantaram barricadas. Nutridos pelo sentimento de revolta, continuaram a protestar contra os desmandos do governo, sobretudo, aqueles direcionados ao transporte, à iluminação e ao abastecimento de água (CARVALHO, 2008).

Pontuamos estas manifestações e revoltas, no sentido de demonstrar que a população não estava inerte em relação às situações e/ou princípios que estavam sendo colocados, por meio de vários suportes discursivos, sejam materializados nas legislações, sejam nos Manuais ou sejam nos jornais. Contudo, reiteramos que a nossa intenção, neste capítulo, está em demonstrar o conteúdo disposto no Manual, não significando que este foi apropriado da mesma forma por todas as pessoas.

4.1.1 Dos nossos deveres para com Deus

Esta subseção centra-se em externar os deveres que competem ao homem, direcionados à importância delegada a Deus, por meio de homenagens vinculadas ao culto interno e ao culto externo, de modo que, somente no momento em que trata deste último – o

culto externo –, é que deixa evidente qual a religião que representa a divindade, ou seja, o Catolicismo. Observemos o trecho:

P. Quaes são os nossos deveres para com Deus?

R. O homem deve a Deus culto interno e externo.

Culto é a homenagem que se tributa á divindade, e que consiste no amor, veneração, reconhecimento, submissão e resignação, e todos os outros sentimentos que podem inspirar ao homem as suas relações intimas com o Ente Supremo (MONTEVERDE, 1874, p. 4).

No que concerne ao culto interno, denominado também de piedade, define-se como honrar e orar a Deus de forma mental, sem que haja manifestação exterior de qualquer tipo de sentimento, tendo em vista estar ciente do poder e da bondade de Deus. Já o culto externo, denominado também de exercícios exteriores de piedade, contempla as obrigações da religião, sendo elas: assistir à missa, às cerimônias e às funções públicas a que a Igreja Católica esteja vinculada.

No capítulo sobre a *Religião*, logo após aos *Principios geraes de moral*, dispõe que a moral deriva da religião e dos deveres que devem ser cumpridos, quais sejam: amor (por sua infinita bondade), reconhecimento (benefícios que derrama sobre nós) e veneração (por sua onipotência). Por conseguinte, inseri a religião em uma posição de conformidade, na medida em que estando firmada nela, as pessoas tornam-se felizes, acoplando outros tipos de comportamentos considerados sublimes e perfeitos, tais como: a paciência para suportar as dificuldades, a caridade, e todo o tipo de virtude que direcione à felicidade. A sua completude pode ser vislumbrada no trecho que segue:

É tão necessária a Religião, que sem ella não poderião subsistir os Reinos nem os Imperios. É o laço suave que une os homens entre si, e mantem a ordem, a tranquillidade, justiça, moralidade e boa fé entre os povos. Inspira o temor de Deus, único capaz de conter o homem, por isso que as leis civis não bastão para reprimir, em todos os casos e circumstancias, os vícios e as desordens ocultas, que tão grandes damnos causão á sociedade (MONTEVERDE, 1874, p.28).

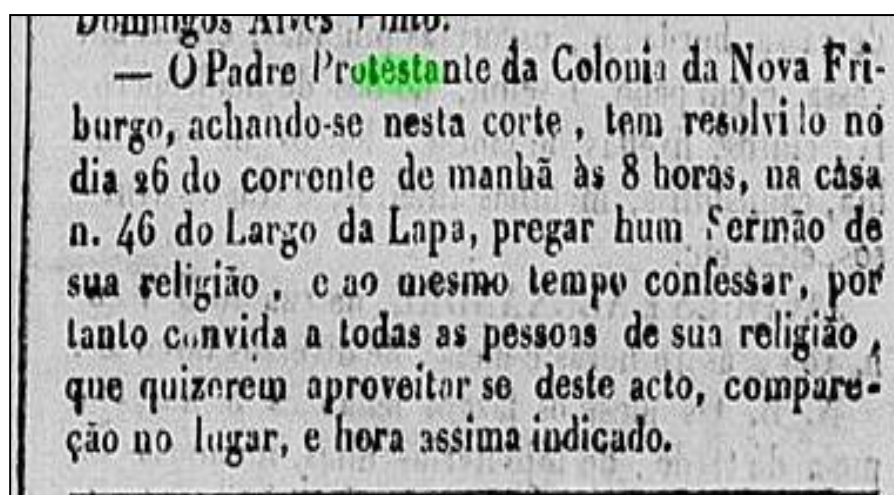
Logo, a religião é colocada em uma posição salvacionista e necessária a existência, a influência e a continuidade dos Reinos, bem como necessária a manutenção da ordem e da moral. Utiliza-se o nome de Deus para justificar o poder da religião e a necessidade de que todos estejam sob os seus auspícios, reiterando que os vícios e as desordens, considerados imoralidades, só conseguem ser banidos por meio da religião, pois nem mesmo as leis conseguem conter comportamentos avessos à moral. O termo *reprimir* corrobora a função repressiva dirigida por aqueles que utilizavam a religião para imprimir ideias contrárias à liberdade de expressão. Por sua vez, a instrução moral e religiosa é enaltecida, partindo de

dois pilares, o primeiro a parte histórica e o segundo a parte dogmática, incorporando a história sagrada como o entendimento da criação do mundo, na medida em que o homem detentor de fé e humildade estará sujeito a compreensão de ser um homem de bem e um bom cristão, exemplificando com personagens/patriarcas bíblicos: Abel (inocência), Noé (perseverança na justiça), Abrahão e Isaac (obediência), Jacó (constância nos trabalhos) e José (temor de Deus e perdão). Assim, a mocidade estaria ciente quais seriam os comportamentos ideais para a formação de um homem dotado de virtudes e capaz de ser um bom cristão.

Dessa forma, o Manual professa uma posição quanto à escolha da religião, iniciando o seu discurso a partir da figura de Deus, embora, na verdade, a religião católica fosse apresentada como a representante divina na sociedade. A Igreja Católica, ao longo dos anos, sempre vem demonstrando o seu poderio e a sua influência na formação dos cidadãos, desde a catequização do Brasil.

Na Constituição Civil Imperial de 1824, a Religião Católica é posta como religião de Estado e considerada oficial. Mesmo que outras religiões possam ser declaradas, só o deve ser no ambiente doméstico, ou seja, sem que haja exposições em público. No artigo 5º da referida Constituição, consta que: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (BRASIL, 1824, p. 1). Com isso, o jornal *Correio Mercantil* (RJ), na seção Declarações, corrobora com as proposições da legislação, quando dispõe de uma declaração sobre a realização da pregação de um padre protestante (FIG. 45):

FIGURA 45 – Declaração sobre a pregação de um padre protestante



Fonte: *Correio Mercantil* (RJ), 1833, p.3.

A Declaração acima dispõe de um aviso deixado pelo padre protestante sobre a realização de seu sermão em uma determinada casa, convidando aquelas pessoas que professam a sua religião a participarem do ato, demonstrando assim, que a liberdade religiosa ocorria, mesmo que de forma sutil e era revelada nas páginas dos jornais.

Todavia, mesmo que a Constituição de 1824 faça menção acerca da liberdade religiosa, bem como ela se apresente nas páginas dos jornais da época, o Manual busca deixar evidente qual seria a religião ideal na subseção *Dos deveres para com Deus*, no capítulo *Da Religião* quando conceitua heresia, esclarecendo-a da seguinte forma: “doutrina ou erro condenado pela Igreja; heresiarca, o autor de uma heresia: Calvino e Lutero erão heresiarcas. Herege é aquelle que segue ou defende a *heresia*” (MONTEVERDE, 1874, p.49). Como observa-se, o Manual utilizou como exemplo dois representantes da Reforma Protestante, na intenção de que os leitores entendessem que a heresia estaria associada ao protestantismo, bem com que a Igreja somente seria representada pela religião católica, quando menciona: “doutrina ou erro condenado pela Igreja”. Posto isto, percebemos que a intenção centrava-se em deixar claro que apesar da existência da liberdade religiosa, as demais formas de cultos externos seriam considerados heresias ou seitas. Esta última configura opiniões particulares ou a parte negativa da religião, tendo em vista que o Manual expressa somente uma opinião verdadeira, ou seja, aquela professada pela igreja católica.

Quanto ao catolicismo Souza (2013) aduz que toda essa visibilidade dada à religião é oriunda de um processo histórico, desde o século XVI, uma vez que a vida social passou a ser conduzida pelos preceitos católicos; notadamente as festas e as comemorações acabavam por ter um teor religioso.

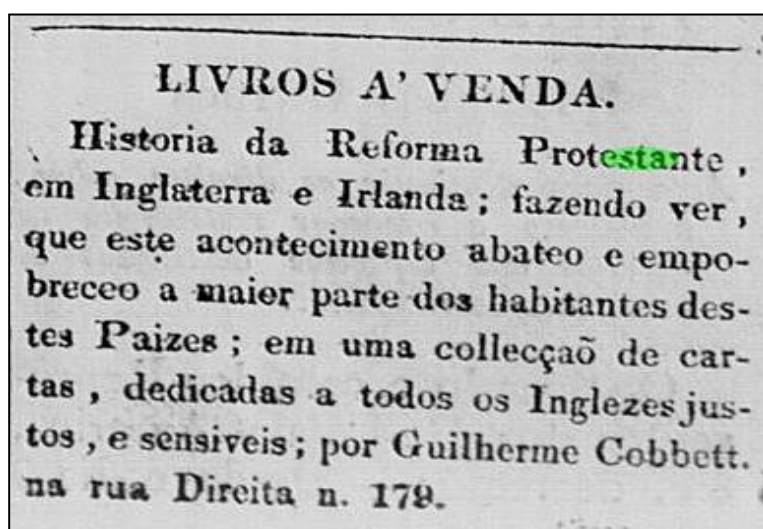
A religião faz parte da vida, tanto nas suas dimensões públicas e oficiais, quanto nas domésticas e pessoais, de muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca Igreja, muita prece e pouca missa. Neste tipo de cristandade, as esferas civis e eclesiásticas praticamente se identificam, e o cidadão é quase obrigatoriamente cristão. Há uma sacralização das estruturas sociais e políticas [...] (SOUZA, 2013, p. 129-130).

Com isso, para que houvesse a legitimação do Estado, tornou-se necessária a continuidade de sua relação com a Igreja Católica, especialmente com a burocracia eclesiástica, de modo que foi implementado um “Padroado Civil”, em que os párocos assumiam funções civis e passavam a integrar o funcionalismo público, em consonância com a influência política a eles delegada (SANTIROCCHI, 2013).

[...] pode-se concluir que essa constituição não amputa a total liberdade religiosa do brasileiro e do estrangeiro, mas na prática invalida sua eficácia já que a liberdade de culto em locais públicos e de organização religiosa era restrita. Quer dizer, a crença distinta da oficial pode existir, até porque é impossível combatê-la devido sua subjetividade, mas externá-la fora dos locais estabelecidos era inconstitucional, sujeito possivelmente a repressões (SANTOS, 2009, p.3).

Por assim dizer, ressaltamos que mesmo com todas as limitações impostas no que tange ao culto externo, esse posicionamento deu abertura à liberdade religiosa no Brasil, possibilitando a difusão de outros grupos religiosos, em especial: os protestantes, ocasionando uma cisão no monopólio católico (MARIANO, 2002). No jornal *Correio Mercantil* (RJ), no ano de 1830, na seção anúncio (FIG. 46), observamos a preocupação no avanço da religião protestante, quando menciona a venda de um livro, na intenção de ressaltar os aspectos negativos deste acontecimento, perante a sociedade:

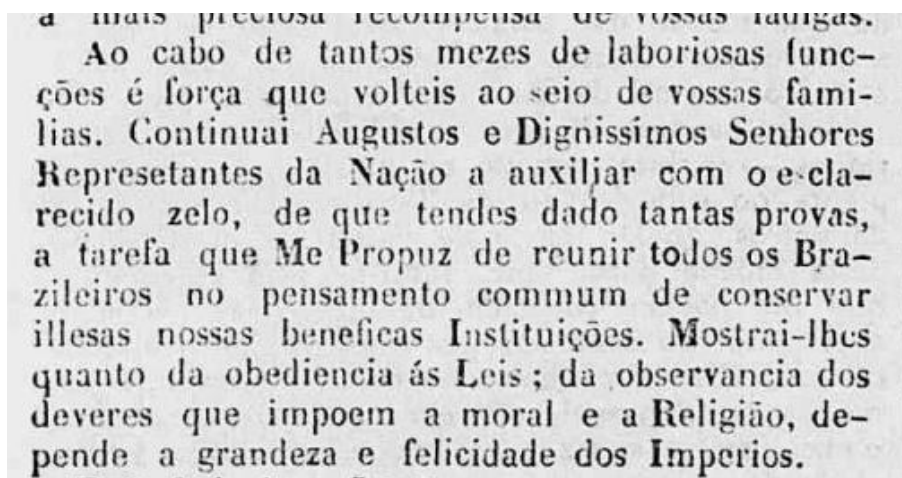
FIGURA 46 – Anúncio da venda de livro sobre a Reforma Protestante



Fonte: *Correio Mercantil*, 1830, p.1.

Concomitantemente, podemos visualizar, em uma das seções do jornal *O Governista Parahybano* (1850), na fala do Imperador, a relevância com que se avulta a moral e a religião, no tocante a endossar a necessidade de promover um pensamento comum aos brasileiros, com o objetivo de assegurar a proteção das Instituições, reiterando a obediência às leis e ao cumprimento dos deveres, conforme se destaca na FIG. 47:

FIGURA 47 – Fala com que o Imperador encerrou a segunda sessão da oitava legislatura da Assembleia Geral Legislativa



a mais preciosa recompensa de vossas fadigas. Ao cabo de tantos mezes de laboriosas funções é força que volteis ao seio de vossas famílias. Continuai Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação a auxiliar com o esclarecido zelo, de que tendes dado tantas provas, a tarefa que Me Propuz de reunir todos os Brasileiros no pensamento commum de conservar illesas nossas beneficicas Instituições. Mostrai-lhes quanto da obediencia ás Leis; da observancia dos deveres que impoem a moral e a Religião, depende a grandeza e felicidade dos Imperios.

Fonte: *O Governista Parahybano* (1850, p. 1).

Diante das discussões até então empreendidas, percebe-se que o *Manual Enciclopédico* caminhava em conformidade com os demais dispositivos legais e com os discursos proferidos em jornais. E, assim, compreendemos que, ao dispor dos “Deveres para com Deus” ensinava-se a mocidade a controlar os seus sentimentos, por meio do culto interno, com o propósito de essa mocidade saber o momento de silenciar acerca das circunstâncias adversas da vida; assim também se dispunha do ensinamento doutrinário, por meio do culto exterior. Estava clara a intenção de se controlar cada movimento do homem na sociedade, mesmo aqueles de maior individualidade.

4.1.2 Dos deveres do homem para consigo mesmo

Dentro deste universo dos preceitos morais, os deveres do homem para consigo mesmo emergem como um ensinamento de dentro para fora, na medida em que se tenha apreço pela alma e pelo corpo, de tal modo que é a primeira que comanda todas as nossas ações, as quais devem ser conduzidas pela obediência do corpo. Posto isto, o Manual assevera que o homem deve manter-se submisso a Deus e à Religião Católica, almejando o encontro com a verdadeira felicidade, na intenção de sufocar suas paixões e seus vícios (MONTEVERDE, 1874).

Outro ensinamento que é bem esmiuçado é a ociosidade/preguiça, a qual é vista como uma das ações que mais divergem e se afastam dos deveres impostos aos homens. “A existência sem trabalho é uma espécie de morte. O trabalho, pelo contrário, desenvolve nossos

talentos e faculdades, e permite que sejamos uteis a nós mesmos e á sociedade. A ociosidade traz consigo a pobreza e a ignorância” (MONTEVERDE, 1874, p. 5).

O trabalho sempre foi considerado uma forma de dicotomizar as classes sociais, promovendo as relações de poder entre os grupos. Durkheim (2013) aponta que há diferenças entre os homens na sociedade, já que há grupos feitos para refletir/pensar e outros feitos para a sensação/ação. Embora haja distinção entre pensamento e movimento, ambos devem atuar de forma paralela. Dessa maneira, o autor mostra-nos como poderia ser a intenção dos governantes em tanto evocar a importância do trabalho. Não se tratava, porém, de um trabalho qualquer e, sim, aquele destinado provavelmente a controlar os corpos da mocidade, impedindo-a de refletir, na intenção de que não almejasse realizar qualquer tipo de revolta ou mudança de posição social. Durkheim, contudo, não considerava a felicidade como algo alcançado através da intervenção social, fosse pela Instrução ou pela Igreja, mas como algo subjetivo.

Já a ação que mais condizia com os deveres atrelados ao homem era aquela ligada à conservação pessoal, pois só munido desta, o homem poderia atuar com maestria sobre as demais. Sobre esta, Monteverde (1874, p. 5) aclara:

[...] devemos conservar e aumentar as forças naturaes do corpo com alimentos e exercícios convenientes; evitar tudo quanto puder destruir ou desarranjar uma maquina tão maravilhosa e tão frágil, e fugir dos excessos que levão ao tumulto. Se pois não é licito suicidar-nos, nem atentar contra a vida dos outros, podemos comtudo defender-nos se formos atacados.

Nesta perspectiva, manter a vida é um dos principais deveres do homem, buscando em seu cotidiano formas saudáveis de se manter bem. Por esta razão é que o suicídio se apresenta como algo tão maléfico ao ser humano, posto que o poder de dar e de retirar a vida só compete a Deus (MONTEVERDE, 1874). Tal pensamento também era proposto por Platão (2000), o qual via a vida como algo advindo dos deuses e, por isto, ninguém poderia se posicionar contrário à sua existência.

Nem sempre, entretanto, a visão sobre o suicídio foi destrinchada dessa maneira – os filósofos estoicos, por exemplo, o viam com maior naturalidade, já que a vida era obra da natureza e, como tal, poderia ser interrompida. Sendo assim, para este grupo se o homem utilizou bem sua razão ou se, por algum motivo, sofreu injustiças recaindo sobre sua dignidade, o suicídio podia ser considerado como algo aceitável.

O suicídio é admitido se o homem cuidou de si mesmo ao longo de sua vida, da sua saúde, da sua família, dos seus negócios, dos outros; se sofre de uma doença incurável, que lhe impede o bom uso da razão ou que perdeu a

original e instintiva alegria de viver; se por condições políticas sofreu prisão injusta, tortura, ou está em circunstâncias que lhe retiram a possibilidade de viver com dignidade, ou se a vida só é viável pelo abandono do bem moral, ou de praticar a virtude (COSTA, 2013, p. 118-119).

Ainda nesta seara de pensar o “consigo mesmo”, Foucault (2002) nos ajuda a compreender esta tônica a partir do seu conceito do *cuidado de si*, posto que este contribui para a construção autônoma do sujeito, com base na ação sobre si mesmo, ao passo que os interesses filosóficos estão acima dos interesses materiais. Nesta ação, o homem dita regras e transforma-se, pautando-se em valores estéticos (relação consigo mesmo e com o mundo) e de éticos (conduz a própria vida). Este cuidado de si, incorporado ao Manual, parte, todavia, de um conhecimento subjetivo – alma e corpo – o que implica a apropriação dos valores permeados em sua individualidade. Assim sendo, pode-se, logo em seguida, abordarem-se os deveres para com os semelhantes. Não se pode ignorar a compreensão de que esta suposta liberdade consigo mesmo parece deliberar uma condição de liberdade individual que acaba por responsabilizar o homem por seus atos, alcançando o sucesso ou fracasso.

4.1.3 Dos deveres para com os nossos semelhantes em geral

Para findar esta tríade que configura os preceitos morais, destrinchamos os deveres para com os semelhantes. O *Manual Enciclopédico* inicia com o seguinte questionamento:

P. Em que consistem os deveres para com os nossos semelhantes em geral?

R. Nestes preceitos:

1º Não faças a outrem o que não quizeras que te fizessem [...]

2º Devemos fazer bem aos nossos semelhantes [...]

3º Devemos ser agradecidos aos nossos bemfeitores [...]

4º Devemos guardar a nossa palavra, e cumprir as nossas promessas, excepto se tivermos prometido inconsideradamente fazer alguma cousa contrária às leis ou aos bons costumes (MONTEVERDE, 1874, p. 7)

Tais preceitos reverberam uma constância, no que diz respeito a mostrar à mocidade quais seriam as atitudes adequadas a viver e a conviver de forma apropriada, indicando detalhadamente o comportamento ordeiro aos seus partícipes. Destacamos o quarto preceito, pois nele podemos observar que há uma ressalva, demonstrando que apesar de se ter o dever de se guardar a palavra e se cumprirem promessas, essas condições não podem superar as imposições das leis e dos costumes, os quais estão acima de qualquer doutrina.

Dando continuidade, o Manual passa a especificar quem seriam tais semelhantes a quem se deve estimar tanto respeito: os pais; os nossos ascendentes, tios, ministros da religião, magistrados, amos, chefes etc; os mestres e as mestras, as pessoas idosas; superiores

em geral; os inferiores; o Rei ou Chefe de Estado, dos seus Ministros e dos governados; da pátria para com as outras nações e deveres gerais.

Quanto aos deveres para com os pais, os filhos deveriam nutrir três sentimentos: o amor, o respeito e a obediência, estando à disposição para consolá-los e auxiliá-los até a velhice. O Manual relaciona esses sentimentos aos princípios bíblicos, quando destaca a temática: “Honrarás a teu pai e a tua mãe”, sendo considerada esta atitude como religiosa e natural aos povos. Interessante destacar que o autor vai dando exemplos de como outras civilizações enxergavam a relação entre pais e filhos. Afirma que os povos gregos e romanos viam na figura paterna uma autoridade máxima, chegando a atribuir o direito de vida e de morte dos filhos. Vemos tal situação na seguinte passagem: “Conta-se que o Senador Fulvio, tendo sabido que seu filho era cúmplice na conspiração de Catilina, ordenara a sua morte, dizendo que não tinha dado o ser a seu filho para servir a Catilina contra a pátria, mas sim para servir a pátria contra Catilina” (MONTEVERDE, 1874, p. 9).

Também há exemplos contrários de povos bárbaros, os quais acabavam não sendo tão radicais quanto os precedentes, mas consideravam o chefe de família uma figura sagrada. Como exemplos dessa cultura destacam-se os turcos. Em sua estrutura familiar o filho só poderia se apresentar ao pai quando este lhe concedesse permissão; quando tal evento acontecesse, o filho estaria sempre em pé, até que o pai o autorizasse a sentar-se. Já alguns povos selvagens da América consideravam a desobediência de um filho um crime horrível, cuja consequência seria atirar gotas de água na face dos filhos e pronunciar que houve desonra.

Todos esses pronunciamentos podem revelar a importância dada à família, sendo esta um dos pilares mais importantes da sociedade, uma vez que é a partir dela que os homens vão construindo o seu ser individual e social. A respeito disso, Monteverde adverte:

Porque esse respeito é, por assim dizer, o primeiro elo da cadeia dos deveres que a sociedade nos impõe. Um filho costumado, desde tenra idade, a respeitar seu pai e sua mãe, e a obedecer-lhes com docilidade, sempre será mais inclinado ao respeito, submissão e à deferência para com os outros seus superiores (MONTEVERDE, 1874, p.10).

Com este ensinamento, podemos perceber que a intenção era de transformar aquele filho educado, respeitador e submisso em um ser social. De forma análoga, esse jovem se portaria com o mesmo respeito diante do Estado – representação do pai – e da sociedade – representação da família. Quanto aos deveres para com os nossos ascendentes, tios, ministros da religião, magistrados, amos, chefes etc., o autor pontua que se deve ter praticamente os

mesmos deveres que se tem com os pais, com algumas ressalvas. Já, para com os ministros da religião, deve haver veneração e respeito, pois possuem um caráter sagrado. Os magistrados eram adjetivados como homens íntegros, sábios e laboriosos, logo, “Bastaria isto para lhes dar direito, não só à nossa submissão, mas até ao nosso respeito” (MONTEVERDE, 1874, p. 11).

Quanto aos deveres para com os mestres e as mestras, a quem o autor imprime um papel sagrado, em razão de sua responsabilidade por formar o coração e o espírito da mocidade, a sociedade lhes deve reconhecimento, e os meninos amor, respeito e gratidão.

O mestre é representado como uma pessoa que serve de inspiração, com quem o discípulo deve manter uma relação de afeto e de reconhecimento, assim como fizeram Quintiliano com seu mestre Lysis e Alexandre Magno com seu mestre Aristóteles. A severidade é imposta como uma ação necessária, no sentido de reprimir paixões, na medida em que o afeto pelo mestre deve ser ainda mais reconhecido. Este último ensinamento revela-se com maior tenacidade – não obstante a função normativa que o Manual exerce –, pelo fato de fazer com que a mocidade tenha sempre uma visão positiva de qualquer ato de outrem, mesmo que este seja sobremaneira impositivo.

Sobre esses mesmos deveres, a Lei no 20, de 6 de maio de 1837, contida no documento Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba, determina, em seu artigo 19, que:

Aos alunos compete: 1º) Serem obedientes aos seus mestres. 2º) Tratá-los com civilidade, e respeito tanto dentro da aula, como fora dela. 3º) Guardarem todo o silêncio, e decência precisa durante as lições. 4º) Não proferirem palavras obscenas, e não praticarem ações indecorosas. 5º) Tratarem os seus companheiros com amor, e cortesia. 6º) Comparecerem na aula a hora marcada, e não saírem dela sem a competente licença (BRASIL, 2004).

Quanto aos nossos deveres para com as pessoas idosas, Monteverde (1874) adverte que estes devem ser considerados o reflexo dos pais e dos avós, demonstrando-se, assim, o respeito por aqueles a quem deverão estar submetidos. Menciona os povos antigos como forma de exemplo benéfico para a mocidade, uma vez que existiam leis a definir que os mancebos deveriam ceder o lugar aos mais velhos bem como calarem-se quando o mais velho falasse, este devendo ser ouvido com bastante atenção. Para os Romanos, os idosos chegavam a ser considerados semideuses.

Quanto aos deveres para com os superiores em geral, os homens teriam que manifestar seu cumprimento através de suas ações e de suas palavras, de forma submissa, modesta e moderada. Mesmo quando o superior cometesse algum erro, dever-se-ia fazer com que este superior o reconhecesse, porém sem que se desse conta de que o subordinado o identificou, logo de forma submissa e atenciosa.

Quanto aos deveres para com os iguais, o autor inicia sanando alguns possíveis questionamentos, tendo em vista que, perante a lei e perante Deus, os homens são iguais, embora na prática haja suas divergências e suas distinções, as quais dizem respeito a: idade, serviços feitos à pátria, cargos importantes, mérito, ciência e talentos. Desse modo, prescreve que a caridade, a filantropia e o amor ao semelhante são os referidos deveres.

Quanto aos deveres para com os inferiores, alude que aqueles que podem ser considerados inferiores estão abaixo na ordem social, seja na família – organização em que os filhos e os criados podem ser considerados inferiores – ou nas escolas – onde os discípulos podem ser considerados inferiores a seus mestres. O tratamento com os inferiores apresenta-se como verdadeira benevolência, não excluindo a severidade.

Sobre os deveres para com o Rei ou o Chefe de Estado, ou seus Ministros, o Manual afirma que devem ofertar ao povo exemplos de virtudes públicas e privadas, induzindo os demais a respeitarem as leis – incluindo eles mesmos –, castigar o crime, manter a paz, fazer justiça, fornecer a educação religiosa, moral e intelectual, estimular a felicidade, desenvolver a agricultura, o comércio e a indústria “e sobre tudo inspirando-lhe sentimentos religiosos, o amor dos seus deveres, da ordem, da economia, da obediência às leis e a dedicação à pátria” (MONTEVERDE, 1874, p. 25). Já os deveres dos governados correspondiam a obedecer às leis e as ordens dos superiores, contribuir com a defesa da pátria, chegando a sacrificar parte de seus bens para ajudar os cargos do Estado.

Ao nos depararmos com os deveres supracitados, verificamos quanto há de dualidade entre as classes sociais – governantes e governados –, pois até para se descreverem os deveres dos governantes, destacam-se pontos cruciais os quais comportam as ordens a que estes devem submeter seus governados, demarcando um controle contínuo.

Quanto aos deveres da pátria para com as outras nações, o manual começa por definir nação como uma unidade moral e, como tal, comporta obrigações e deveres. Com efeito, as nações devem viver em harmonia, atuando com lealdade e justiça entre si.

Quanto aos deveres gerais, estes se referem tanto aos que são de classes inferiores, quanto aos iguais e também aos superiores, na medida em que nos abstermos de tudo o que condenamos no outro. Não se pode, contudo, demonstrar insatisfação com aqueles que tiverem comportamentos diversos (desconfiados, arrogantes, orgulhosos, desagradáveis, curiosos, malignos...) e, sim, “lastima-los no nosso interior, e até sofrer os seus defeitos e extravagancias com indulgente paciência” (MONTEVERDE, 1874, p. 26).

Ao findar os comentários sobre os Princípios Gerais da Moral dispostos no *Manual Enciclopédico*, tecemos algumas ponderações que denotam aspectos positivos e negativos

atrelados a esta parte, pois reconhecemos a grandiosidade da obra e a sua relevância para a instrução e para a sociedade da época, devido à extensão dos conteúdos e dos questionamentos e explicações. Ao adentrarmos de maneira mais minuciosa em seu conteúdo, percebemos, contudo, a necessidade que os governantes tinham em instruir homens conhecedores de seus deveres, articulando uma ligação tênue entre Deus, consigo mesmo e com os demais partícipes da sociedade, na intenção de formar um homem disciplinado.

Destarte, para que a completude fosse alcançada, a mocidade deveria estar sob o controle do Estado, conforme observamos ao longo de todos os deveres impostos. O tom persuasivo desta parte da obra é determinado por meio dos seus questionamentos e dos exemplos reiteradamente expressos. Alguns termos vão se apresentando com tenacidade, dentre eles: submissão, felicidade, gratidão, respeito e paciência, palavras que sempre colocam a mocidade em uma posição de passividade ou de subserviência.

Nesse aspecto, Foucault (2017) nos auxilia na compreensão acerca da realidade posta, em razão de pensar o controle dos corpos, em seu conceito de biopoder, engendrado em uma sociedade normalizadora a qual buscava, por meio de prescrições, manter o controle do homem em sua totalidade, de tal modo que o corpo pode ser considerado uma máquina cujo treinamento se dava pela docilidade-utilidade. Por esta razão se dava tanta importância ao trabalho, assim como ao corpo-espécie, no qual o biológico se transformou em algo político, especificidade demonstrada nos deveres para consigo mesmo.

A estrutura do Manual também comporta aspectos que estão vinculados a uma cultura em que a religião católica estabelece a sua influência e poderio, na medida em que direciona as suas prescrições ao longo da obra. Neste, percebe-se o seu formato, o qual comporta uma estrutura de perguntas e respostas, por ser pautar em repetições contínuas, de modo que a configurar, assim, a metodologia do catecismo, servindo como um guia ao leitor(a)/aluno(a). Conforme Zacheu e Castro (2015) “a alfabetização nas chamadas escolas de Primeiras Letras eram utilizadas obras semelhantes aos catecismos, de acordo com a tradição religiosa, procurando garantir inicialmente o conteúdo moral”.

O conteúdo de moralidade é o primeiro que compõe a obra e indica formas de comportamento e de doutrinação social. Por se basear na memorização, segue os preceitos do catecismo, que tinha a finalidade de instruir, de inculcar hábitos, valores religiosos e morais, na intenção de moldar os comportamentos para formar o cristão.

Este cristão, todavia, não era tratado da mesma forma, uma vez que a sociedade imperial impunha diferenças entre a educação de meninos e de meninas, de modo que a mocidade na qual nos referimos ao longo desta tese não pode ser considerada de forma

igualitária, em que todos assumem o mesmo papel e direitos, mas um grupo que tinha suas diferenças impostas pela classe dominante. Sendo assim, a Lei de 1827 já demonstrava as distinções entre meninos e meninas, na medida em que ambos deveriam estudar separados e com currículos específicos. O ensino para os meninos estava voltado para a adição, a subtração, a multiplicação, a divisão, os números decimais, as frações, as proporções e a geometria, já as meninas deveriam se restringir as quatro operações. Contudo, os conteúdos eram os mesmos nas aulas de religião, levando-nos a inferir a importância delegada aos princípios e aos conteúdos moralizantes, os quais deveriam ser a base de qualquer formação (WESTIN, 2020).

O debate sobre as diferenças entre meninos e meninas se estendia na fala de alguns senadores, conforme aponta Westin (2020), na medida em que o Visconde de Cairu²⁷ foi defensor de que o currículo direcionado às meninas fosse mais resumido, pois considerava que o “belo sexo” não estava apto ao uso adequado da razão, por apresentar capacidade inferior. Já o senador Marquês de Caravelas²⁸, da Bahia, argumentou que as meninas não tinham a mesma atenção ao ensino, em relação aos meninos, sugerindo que as mesmas preferiam os trabalhos com menos esforço. Ressaltou, ainda, que se for para complementar o ensino, deve-se ensinar-lhes a cantar e a tocar, em virtude de ampliar a beleza, e instruí-las nas prendas domésticas.

As diferenças impostas entre homens e mulheres no século XIX, acabam por demarcar a posição que puderam ocupar na sociedade da época, a partir do que deveria ser ensinado a cada grupo, na intenção de promover uma cisão entre a instrução, no sentido de haver uma educação para os homens e uma educação para as mulheres, situação que perdurou ao longo da história. Nessa perspectiva, ao tomar o formato e os diversos conteúdos do Manual Enciclopédico, do autor X, este estava direcionado à educação masculina, uma vez que ultrapassava o ensino de primeiras letras e adentrava em conhecimentos mais complexos, a exemplo dos cálculos, geometria e aritmética.

Para tanto, por tratar-se de um impresso devemos considerar as suas dimensões materiais, vinculadas às suas produções de sentido, uma vez que o formato também dá

²⁷ Foi político, publicista e jurista, sendo o primeiro economista brasileiro e pai da ciência econômica, o qual escreveu a *Constituição moral no império*, considerada uma das obras mais intensas publicadas por ele (BEZERRA, 2009). Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2009/07_Art_JosedaSilvaLisboa.pdf

²⁸ Foi um dos redatores da Constituição Imperial, senador da Bahia (1826), ministro da Justiça, do Império e de Estrangeiros e membro da regência provisória que governou o país, de 7 de abril a 17 de junho de 1831 (ARQUIVO NACIONAL) Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/marques-de-caravelas#:~:text=Foi%20um%20dos%20redatores%20da,17%20de%20junho%20de%201831>

indícios sobre a sociedade que se desejava formar, tendo em vista que “Os dispositivos materiais podem indicar, tanto a imposição de um sentido ao texto, quanto os usos que podem ser investidos aos mesmos e às apropriações às quais são suscetíveis” (ORLANDO, 2013, p.3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa Doutoral conduziu uma discussão acerca dos princípios de moralidade dispostos no *Manual Enciclopédico*, da autoria de Emilio Monteverde, e evocou os contributos para a mocidade, alvitando uma discussão em torno de algumas províncias, especificamente a forma de circulação do Manual na Paraíba, na Bahia, em Pernambuco, no Pará, no Maranhão, no Ceará e no Rio de Janeiro, para compreender a importância desta obra.

Na intenção de responder a nossa problemática, qual seja: Quais os contributos dos princípios de moralidade expressos no *Manual Enciclopédico* para a formação da mocidade, no Império?; perpassamos sobre discussões que envolveram a instrução pública e o ensino primário, tendo a moralidade como elemento norteador; perpassamos sobre as concepções que fundamentaram a importância dos Manuais, ressaltando a sua forma (elementos perigráficos) e o conteúdo da obra. Por fim, analisamos o conteúdo de moralidade disposto no Manual, a fim de expressarmos como este estava proposto e como desejava que fosse a dinâmica da sociedade, mesmo que não tenhamos instrumentos que nos levem a compreender as formas de apropriação.

Recorremos às legislações (a Lei de 15 de outubro de 1827, a Constituição de 1824, o Ato Institucional de 1834, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte (Lei 1331 de 17 de fevereiro de 1854)...) e aos Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba, a fim de que pudessem nos dar o suporte necessário à compreensão de quais discursos estavam sendo propagados pela parte oficial da história, quando tratadas as questões relativas à moral direcionadas à instrução pública e a formação da população.

A moral, por sua vez, foi adentrando os diversos campos e dispositivos da instrução pública, pelo fato de compor o ideário de uma boa sociedade, capaz de sugerir a mocidade formas de comportamentos adequados, perante todos os representantes sociais e a si mesmo. As formas de circulações do Manual que foram apontadas, fomentam uma discussão atrelada à disseminação e à influência que os princípios morais estavam sendo corroborados, não só na Paraíba, mas sobremaneira, em outras províncias, em razão de que as notícias encontradas em outras localidades iam além da venda do Manual, pois comprovaram o seu uso nas escolas de ensino primário.

A estrutura do *Manual Enciclopédico* demonstrou que a sua forma também estava repleta de intencionalidades, desde o seu tamanho 16,6 cm de altura e 11,5 cm de largura, para facilitar o manuseio das crianças, perpassando por seu caráter expositivo, tendo em vista o seu teor explicativo ser composto por perguntas e respostas. O frontispício segue o modelo

da época, com destaque de uma imagem na parte inferior, a qual remete aos princípios positivistas (mapa, bússola, compasso e esquadro) e as iniciais do autor fundidas na imagem.

O autor Emilio Monteverde demonstrou ter influência nas relações sociais do império brasileiro, mesmo sendo oriundo de Portugal, situação que observamos com recorrência nas páginas dos jornais, embora que a maioria de sua teia de relações não estivesse relacionada diretamente com a instrução pública, mas com outras instâncias sociais, tendo em vista ter exercido o cargo de Diplomata.

No que se refere ao conteúdo de moralidade disposto no Manual, pudemos compreender que o mesmo estava em consonância com as concepções permeadas na época, sejam nas legislações, nos Relatórios dos Presidentes de Províncias e, sobretudo, complementados com a visão dos dois capítulos subsequentes: *Da grammatica portuguesa e Da Religião*.

Outra questão relevante é a sua forma e o seu conteúdo estarem firmados em uma condição que remonta a metodologia do catecismo, em razão da religião católica ser a base para o desenvolvimento dos conhecimentos. Além de sugerir uma reflexão acerca da diferença na instrução direcionada aos meninos e às meninas, por causa da sua estrutura, levou-nos a inferir que os meninos são o público destinado a ter acesso à obra.

Portanto, mesmo que os princípios de moralidade no *Manual Enciclopédico* estivessem firmados na adequação da população às regras de sociabilidade, propondo sobretudo, deveres orientados à mocidade, a sociedade não se encontrava inerte às imposições das instâncias superiores, tendo em vista a ocorrência de revoltas locais e nacionais ao longo do período imperial. Logo, apesar de o *Manual Enciclopédico* ter os seus contributos à mocidade firmados em um discurso moralizante, revelando como deveria ser uma sociedade ideal, não significou que todas as pessoas estariam submissas aos seus ditames, em razão da diversidade de províncias que tiveram acesso ao Manual.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Johny Santana de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor.

Dimensões, vol. 33, 2014, p. 360-383. Disponível em:

file:///C:/Users/HP/Downloads/lucasbraga,+6.+Johny+Santana+de+Ara%C3%BAjo%20(1).pdf Acesso em: nov. 2021.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). **Goiânia**, v. 32, n. 2, p. 139-157, jul./dez. 2012. Disponível em:

file:///C:/Users/HP/Downloads/FORMACAO_TERRITORIAL_DO_CEARA_DOS_CAMINHOS_ANTIGOS.pdf Acesso em: out. 2021.

BABO, Maria Augusta. **A escrita do livro**. Lisboa (Portugal): Veja/Passagens, 1993.

BARBOZA, Kaline Gonzaga. **Leituras das regras de escrita de cartas: manual epistolar novo secretario portuguez ou código epistolar como dispositivo de formação pedagógica**.

(Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8617?locale=pt_BR Acesso em: mai. 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOTO, Carlota. **A educação escolar como Direito Humano de três gerações**: identidades e universalismos. In: Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas: Cedes v. 26, n. 92, p. 777-798. 2005.

BRAGANÇA, Aníbal. **Francisco Alves na história editorial brasileira**. 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/4a8d55af0fe81a8401a6f4768cc01f02.pdf> Acesso em: set. 2018.

BRÁS, J. V., GONÇALVES, M. L., DIAS, J. H. . Pensado homem como corpo: a cunhagem simbólica em Portugal e Espanha (século 19). In: **Revista História da Educação**, 18(43), 1-18, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/42374/pdf_24 Acesso em: set. 2020.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.182.

Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em: marc. 2020.

BRASIL, Regulamento – de 20 de Janeiro de 1849. In: PINHEIRO, ANTONIO CARLOS FERREIRA; CURY, CLÁUDIA ENGLER. **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no período imperial**, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854.** Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Acesso em: set. 2020.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil.** Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador, 1824. Disponível em: <https://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf> Acesso em: dez. 2020.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações:** objeto ou fonte da história?. 2012. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf> Acesso em: set. 2018.

CARDOSO, João Luís. **A moralização do tempo em Simão de Nantua ou o Mercador de Feiras: experiência da história, imprensa e linguagem sentimental na cultura histórica brasileira como contexto da Abdicação (1831-1834)** [manuscrito] / João Luís Cardoso. – 2019. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/jspui/bitstream/123456789/11849/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Moraliza%C3%A7%C3%A3oTempoSim%C3%A3o.pdf Acesso em: mar. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da Moralidade:** o estado e a organização da instrução pública na província do Mato Grosso, 1834 - 1873. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Instituto de Educação / UFMT, 1999.

CERTEAU, Michel de . A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII. Trad. Mary Del Priori. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 1999.

CHARTIER, Roger. **História cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. São Paulo, 1988.

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura.** Tradução de Cristiane Nascimento. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação.** Tradução: Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1996.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. **Manuais, paleógrafos e livros de leitura:** com quais materiais se formavam os leitores nas escolas primárias de antigamente?. 2005. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/CHAC-ManuaisPaleografosLivros.pdf> Acesso em: ago. 2018.

CORREIA, Carlos Humberto Alves. **As várias faces do circuito do livro escolar**: notas para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 a 1900). 2004. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/CHAC-AsvariasFacesdoCircuitodoLivroEscolar.pdf> Acesso em set. 2018.

CORREIA, Sandra Catarina de Lima Cruz. **O manual enciclopédico de Aquiles Monteverde**. Tese de Doutorado. Universidade de Aveiro. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/16562> Acesso em: mar. 2020.

COSTA, Celise Dalla. A arte de morrer como uma dimensão do “cuidado de si” no pensamento dos filósofos greco-romanos. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia**. Volume V - Número 12 - Ano 2013. Disponível em: https://www.theoria.com.br/edicao12/a_arte_de_morrer_Celise.pdf Acesso em: dez.2020.

DARNTON, Robert. Primeiros passos da leitura. In: _____. **Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. [Tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. In: **Os Pensadores**. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

EL FAR, A. O livro e a leitura no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIA, Mariana. Perigrafia e “periagentes”: conformação autoral a partir de textos que caminham ao lado da narrativa. In: **XV ABRALIC**: Experiências literárias textualidades contemporâneas, 2016. Disponível em: <http://docplayer.com.br/59949218-Perigrafia-e-periagentes-conformacao-autoral-a-partir-de-textos-que-caminham-ao-lado-da-narrativa-mariana-elia-puc-rio.html> Acesso em: set. 2020.

FARIA FILHO, L. M.. A instrução elementar no século XIX. In: Eliane Marta Santos Teixeira Lopes; Cynthia Greive Veiga; Luciano Mendes de Faria Filho. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 1ed.Belo Horizonte: Autêntica, v.6, 2007.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. In: **Revista Escritos**, ano 5, n 5, 2011. Disponível em: http://www.casarui Barbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_3_Tania_Bessone.pdf Acesso em: mar. 2020.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo; PINTO, Luiz Antonio Gomes Pinto. Usos da micro-história na historiografia dos momentos sociais na/da educação brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 18, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/revistaagora,+A7%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/revistaagora,+A7%20(1).pdf) Acesso em: out. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 35º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor**. Lisboa: Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Franco Jr. - São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GODOY, S.R.M.. A Paraíba durante o império. IHGP. In: **Ciclo de debates sobre a Paraíba na participação dos 500 anos de Brasil**, 1, João Pessoa. Anais... João Pessoa, Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**— São Paulo: Cortez, 2008.

JUSTINO, David; ALMEIDA, Sílvia. Inspeccionar e Avaliar. Origens da regulação coerciva da educação em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, 47, p. 31-51, 2016.

LISBOA, José da Silva. **Constituição Moral e Deveres do cidadão**, 1824.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação. In Castro, Rui Vieira de [et al.]. **Manuais escolares: estatuto, funções, história**. I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia: Universidade do Minho, 1999.

MAIA, Ana Maria Rosete et. al. . **Pesquisa Histórica: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais**, 2011. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n3vol1_reflexao.pdf Acesso em: 10 jan. 2014.

MALHEIROS, Rogério Guimarães. As transformações políticas e econômicas da Província do Grão-Pará e a Escola Normal como instituição destinada a formar professores alinhados aos ideais modernos de ordenamento, progresso e civilização (1840 a 1871). In: **Almanack**. Guarulhos, n.07, p.95-116, 1º semestre de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/TtDypJwkkCy8TD3Pch93kzP/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: out. 2021.

MARCONDES, Renato Leite. **Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos**. Tese de livre-docência em Economia, Ribeirão Preto, USP, 2005.

MARIANO, Ricardo. **Análise Sociológica do Crescimento Pentecostal no Brasil**. Tese de doutorado defendida na USP, São Paulo, 2001.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela história da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e informação**, V.8, nº1, jan. jun. 2005.

MONARCHA, Carlos. **A Escola Normal da Praça** – o lado noturno das luzes. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Manual encyclopedico para uso das Escolas de Instrução primaria**. 8. ed. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Manual encyclopedico para uso das Escolas de Instrução primaria**. rev. e aum. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

NARITA, Felipe Ziotti. **Moral, educação e religião na civilização da infância no segundo reinado (1854-1879)**. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/felipe-ziotti-narita---tese.pdf> Acesso em: set. 2020.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Os manuais de catecismo nas trilhas da educação**: notas de história, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/Os_manuais_de_catecismo_nas_trilhas_da_e.pdf Acesso em: jul. 2022.

PAIVA, José Maria. **Colonização e catequese**: 1549-1600. São Paulo: Autores Associados, 1982.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como empresa educativa no século XIX. **Cad. Pesqui.** [online]. 1998, n.104, p. 144-161.

PARAÍBA, Província. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1839, p.28.

PARAÍBA, Província. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1840, p.30.

PARAÍBA, Província. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1862, p.28.

PINHEIRO, A.C.F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas/São Paulo, Autores Associados/Universidade São Francisco, 2002.

PINTO, Paula Alexandra Aguiar. **O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares**. 2009. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2228/1/ulsd58141_tm_Paula_Pinto.pdf Acesso em: set. 2018.

QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher**: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX. Petrópolis: Vozes, 1995.

RABELO, Islei Gonçalves; RODRIGUES, Rosângela Silveira.

A história da educação e a formação docente: possibilidades e contribuições para uma prática emancipada e emancipadora, 2010. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico5/A%20Historia%20da%20Educacao%20e%20a%20Formacao%20Docente_possibilidades%20e%20contribuicoes.pdf Acesso em: set. 2018.

ROCHA, Carolina. Os manuais de civilidade no jornal, O Publicador (1862-1886). In: **Congresso Nacional de Práticas educativas**, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/TRABALHO_EV077_MD1_SA8_ID1275_11092017104759.pdf Acesso em set. 2018.

SAMPAIO, F. Da S. Código do bom-tom: comportamento, saúde e regras de etiqueta para mulheres no manual de José Inácio Roquette . **Vozes, pretérito & devir**, v. 1, n. 2, p. 295-208, 2013.

SANT'ANNA, Susan B. ; MIZUTA, Celina M. . A instrução pública primária no Brasil Imperial: 1850 A 1889. **O Mosaico: Revista de Pesquisa em Artes**, v. 4, p. 97/5-125, 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial. **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaaeConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf Acesso em: dez. 2020.

SANTOS, Cristiano Rocha. Liberdade religiosa no Brasil Império. In: **XX Ciclo de Estudo Históricos**, 2009. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/cristiano_rocha_santos.pdf Acesso em: jul. 2021.

SENA, F.. Aos Leitores dos Jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro, Notícias sobre os Liceus no Império. In: Grinaura Medeiros de Moraes. (Org.). **História, Educação e Direitos Humanos: Leituras e Representações**. 1ed.Natal: Offset editora, 2017, p. 75-88.

SENA, F.; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico . Os compêndios didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no Império. **Educação Unisinos**, v. 16, p. 36-47, 2012.

SENA, F.; MELO, C. A. . A Circulação de Livros para Crianças e Jovens na Província da Paraíba do Século XIX. **PoliTeknik**, v. 1, p. 7-7, 2020.

SILVA, Ozângela de Arruda. A publicidade livresca em jornais do século XIX: anúncios, livros e estratégias de venda. **XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste** – Fortaleza – CE, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1851-1.pdf> Acesso em: set. 2020.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Rev. bras. Hist.** v.19 n.37 São Paulo Set. 1999. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100004&lng=pt&tlng=pt Acesso em: set. 2020.

SOUZA, Ney de. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. **Atualidade Teológica**. Rio de Janeiro, v.46, p. 127-144, jan./abr.2013. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23290/23290.PDF> Acesso em: dez. 2020.

TAMBARA, Elomar A. C. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da educação** (ASPHE), Pelotas, v. 6, n. 11, 2002.

WESTIN, Ricardo. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Agência Senado, 2020. Disponível em:

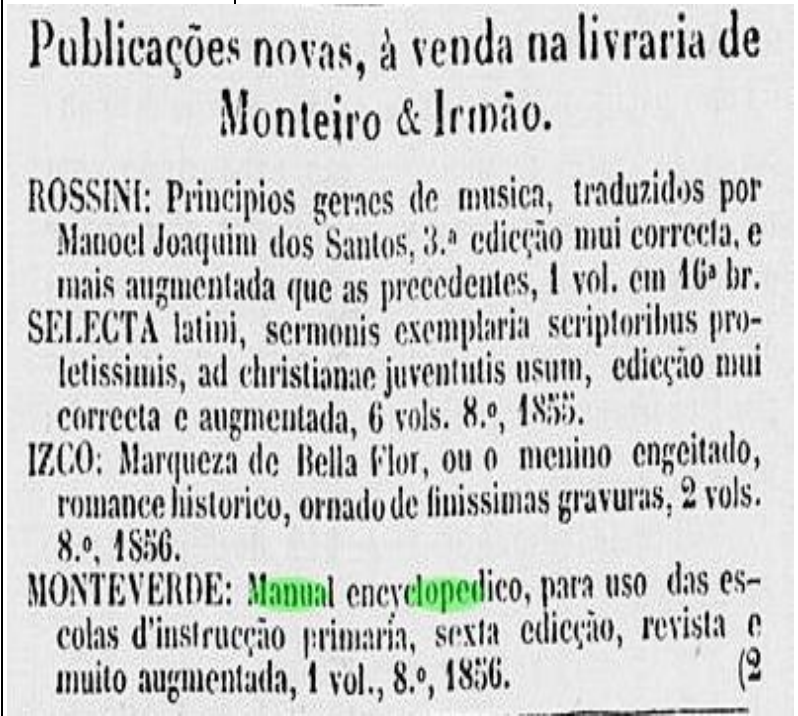
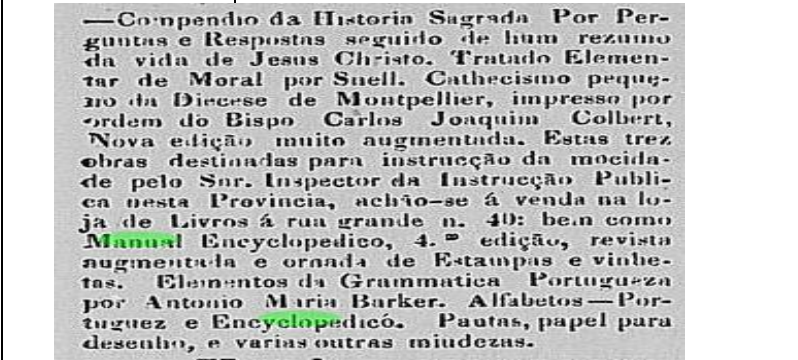
<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura> Acesso em: jul. 2022.

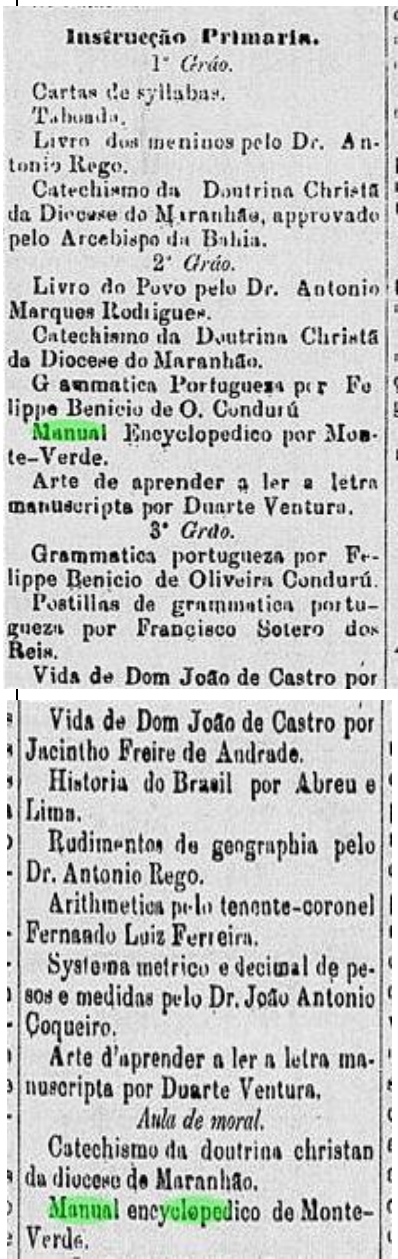
ZACHEU, Aparecida Pereira; CASTRO, Laura Laís de Oliveira. **Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil**. UNESP/BAURU, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/dos-tempos-imperiais-ao-pnld--a-problematICA1.pdf> Acesso em: jul. 2022.

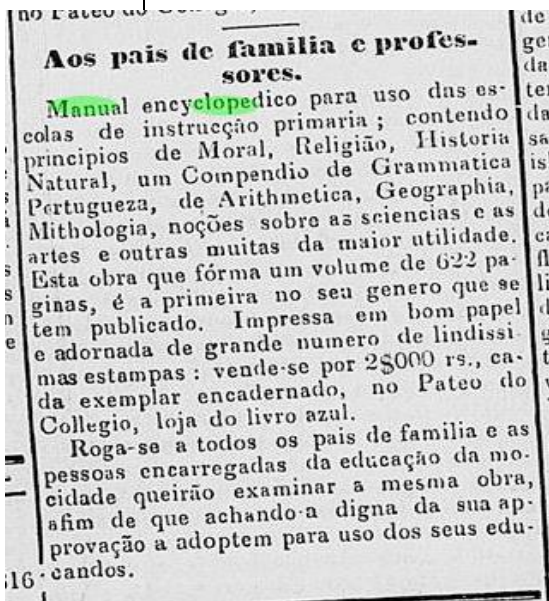
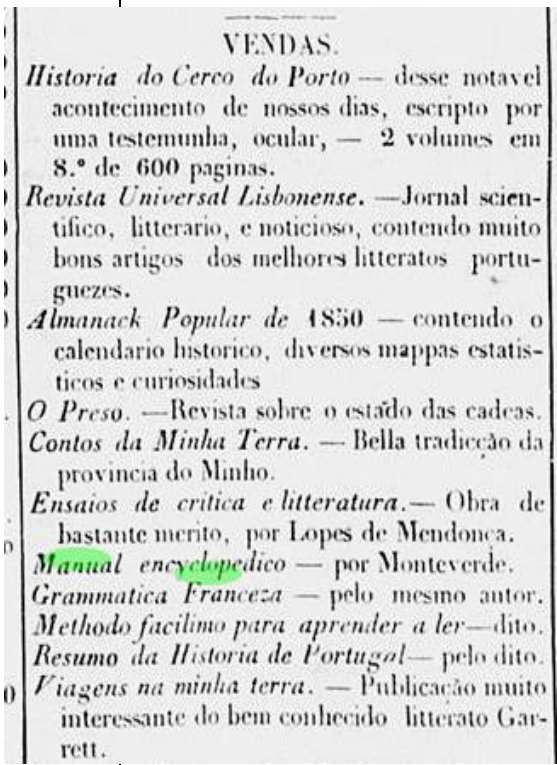
ZUIN, Elenice de Souza Londron. **Por uma nova aritmética: o sistema métrico decimal como um saber escolar em Portugal e no Brasil oitocentista**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: PUC/SP. 2007.

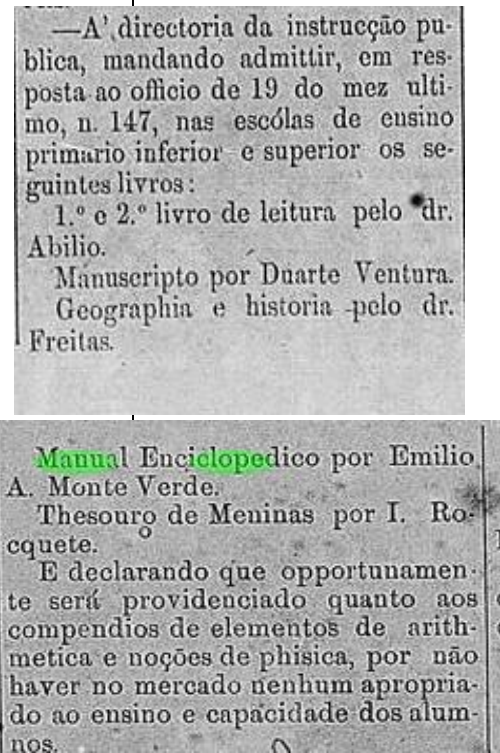
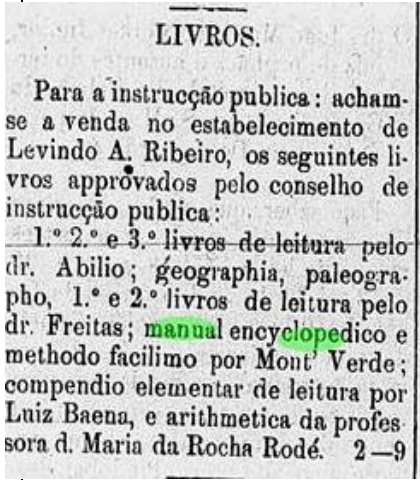
APÊNDICE

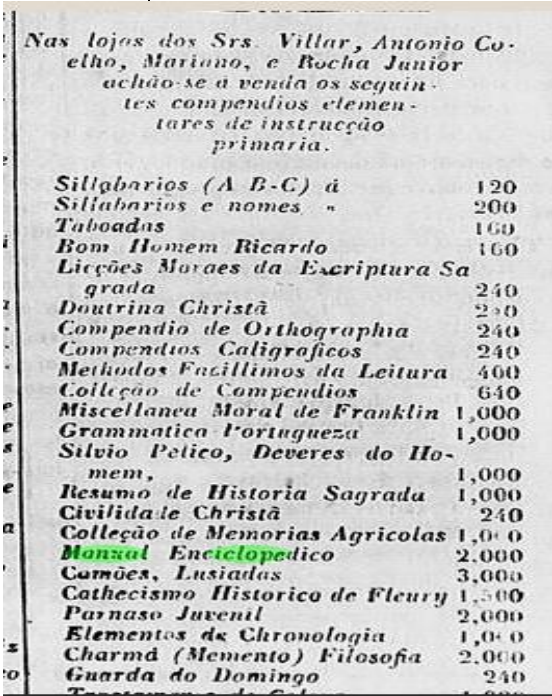
APÊNDICE A – Modelo de um recorte da organização do corpus da pesquisa

1 Jornal: Diário do Maranhão Assunto: Título da Seção: Ano: 27 de junho de 1857 Ed. : 00104 Página: p.4 Coluna: 3	 Publicações novas, à venda na livraria de Monteiro & Irmão. ROSSINI: Principios geraes de musica, traduzidos por Manoel Joaquim dos Santos, 3.ª edicção mui correcta, e mais augmentada que as precedentes, 1 vol. em 16ª br. SELECTA latini, sermonis exemplaria scriptoribus pro-letissimis, ad christianae juventutis usum, edicção mui correcta e augmentada, 6 vols. 8.º, 1855. IZCO: Marqueza de Bella Flor, ou o menino engeitado, romance historico, ornado de finissimas gravuras, 2 vols. 8.º, 1856. MONTEVERDE: Manual encyclopedico, para uso das escolas d'instrucção primaria, sexta edicção, revista e muito augmentada, 1 vol., 8.º, 1856. (2)
2 Jornal: Diário do Maranhão Assunto: Título da Seção: Ano: 25 de maio de 1899 Ed. : 07719 Página: p.4 Coluna: 2	 Livros de Instrucção Villalobo — Historia do Brazil Cherographia do Brazil Historia Biblica Olavo: Geometria Catechismo do Rio Manual encyclopedico RECEBERAM—Livraria Escolar de LEONCIO J. MEDEIROS & C.ª. Rua Grande n. 1. (1257—5)
3 Jornal: Publicador Maranhense Assunto: Título da Seção: Annuncios Ano: 14 de dezembro de 1844 Ed. : 00243	 —Compendio da Historia Sagrada Por Perguntas e Respostas seguido de hum rezumo da vida de Jesus Christo. Tratado Elementar de Moral por Snell. Catechismo pequeno da Diocese de Montpellier, impresso por ordem do Bispo Carlos Joaquim Colbert, Nova edição muito augmentada. Estas trez obras destinadas para instrucção da mocidade pelo Sr. Inspector da Instrucção Publica nesta Provincia, achão-se á venda na loja de Livros á rua grande n. 40: bem como Manual Encyclopedico, 4.ª edição, revista augmentada e ornada de Estampas e vinhetas. Elementos da Grammatica Portugueza por Antonio Maria Barker. Alfabetos—Portuguez e Encyclopedico. Pautas, papel para desenho, e varias outras miudezas.

Página: p.4 Coluna: 1		
4 Jornal: Publicador Maranhense Assunto: Estatutos e Regulamento Interno do Collegio de Sant'anna Título da Seção: Publicações Pedidas Ano: 10 de fevereiro de 1865 Ed. : 00033 Página: p.2 Coluna: 5		 Instrução Primária. 1º Gráo. Cartas de syllabas. Taboada. Livro dos meninos pelo Dr. Antonio Rego. Catechismo da Doutrina Christã da Diocese do Maranhão, approvado pelo Arcebispo da Bahia. 2º Gráo. Livro do Povo pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues. Catechismo da Doutrina Christã da Diocese do Maranhão. Grammatica Portugueza por Felippe Benicio de O. Condurú Manual Encyclopedico por Monte-Verde. Arte de aprender a ler a letra manuscripta por Duarte Ventura. 3º Gráo. Grammatica portugueza por Felippe Benicio de Oliveira Condurú. Postillas de grammatica portugueza por Francisco Sotero dos Reis. Vida de Dom João de Castro por Jacintho Freire de Andrade. Historia do Brazil por Abreu e Lima. Rudimentos de geographia pelo Dr. Antonio Rego. Arithmetica pelo tenente-coronel Fernando Luiz Ferreira. Systema metrico e decimal de pesos e medidas pelo Dr. João Antonio Coqueiro. Arte d'aprender a ler a letra manuscripta por Duarte Ventura. Aula de moral. Catechismo da doutrina christã da diocese do Maranhão. Manual encyclopedico de Monte-Verde.
5 Jornal: A Imprensa: Jornal Político e Social (PE)		

Assunto: Título da Seção: Publicação Litteraria Ano: 30 de setembro de 1850 Ed. : 00019 Página: p.4 Coluna: 2	
6 Jornal: O Commercial: Jornal dos Interesses Commerciaes, Agricolas, Industriaes e de Litteratura (PE) Assunto: Título da Seção: Vendas Ano: 23 de fevereiro de 1850 Ed. : 00034 Página: p.3 Coluna: 3	
7 Jornal: Jornal do Pará : Orgão Official (PA) - 1867 a 1878	

Assunto: Título da Seção: Parte Oficial (Expediente do governo) Ano: 20 de janeiro de 1871 Ed. : 00016 Página: p.1 Coluna: 4	 —A' directoria da instrucção publica, mandando admittir, em resposta ao officio de 19 do mez ultimo, n. 147, nas escolas de ensino primario inferior e superior os seguintes livros: 1.º e 2.º livro de leitura pelo dr. Abilio. Manuscripto por Duarte Ventura. Geographia e historia pelo dr. Freitas. Manual Enciclopedico por Emilio A. Monte Verde. Thesouro de Meninas por I. Roquette. E declarando que opportunamente será providenciado quanto aos compendios de elementos de arithmetica e noções de phisica, por não haver no mercado nenhum apropriado ao ensino e capacidade dos alumnos.
8 Jornal: Jornal do Pará : Órgão Official (PA) - 1867 a 1878 Assunto: Título da Seção: Livros Ano: 12 de junho de 1872 Ed. : 00130 Página: p.4 Coluna: 3	 LIVROS. Para a instrucção publica : acham-se a venda no estabelecimento de Levindo A. Ribeiro, os seguintes livros approvados pelo conselho de instrucção publica : 1.º 2.º e 3.º livros de leitura pelo dr. Abilio ; geographia, paleographo, 1.º e 2.º livros de leitura pelo dr. Freitas ; manual encyclopedico e methodo facilimo por Mont' Verde ; compendio elementar de leitura por Luiz Baena, e arithmetica da profesora d. Maria da Rocha Rodé. 2—9
9 Jornal: Diario de Belém : Folha Politica, Noticiosa e Commercial (PA) - 1868 a 1889 Assunto: Título da Seção: Assembleia Legislativa Provincial Ano: 10 de novembro de 1868	

Ed. : 00079 Página: p.2 Coluna: 2	 O sr. CANTÃO:—Eu não fallei em presidentes mandarem admittir compendios por que os seus authores são seus affeição-dos; os professores é que muitas vezes preferem este ou aquelle dos muitos que o governo tem mandado admittir, levados pela affeição ao author. Pelo menos fui disto informado. E se ha abuzos como o nobre deputado reconhece, convem extirpal-os, e é por isso que eu quisera que a commissão de instrucção publica alguma medida tomasse nesse sentido. Quanto a arimethica sr. presidente, ha tres compendios, o Manual Encyclopedico, o do sr. padre Eulichio, e o de Monte-Verde. Primeiramente o professor pode escolher, o que quizer e todos nós sabemos que inconveniente ha nisto. E de facto o que acontece é que muitas vezes um menino que frequen-ta uma escola por certo tempo, retirando-se d'aquelle escola vai para outra, para assim dever começar as materias em que já na primeira estava muito adiantado; porque vai encontrar novos compendios, outro methodo, e consequente lucta em difficuldade. E' para evitar isto senhores, que eu de-sejo uniformisar a instrucção, que só se ad-mitta um compendio para cada materia em todas as escolas; se apparecer outro melhor, que se admitta, mas que se deixe aquelle. Mas não se admittão seto livros, ao mesmo tempo para uma só materia; escolha-se o mel-hor, porque assim não só uniformisa-se e facilita-se o ensino, como poupa-se ao the-souro uma quantia necessaria.																																														
10 Jornal: O Cearense (CE) - 1846 a 1891 Assunto: Título da Seção: Annuncios Ano: 30 de agosto de 1859 Ed. : 01255 Página: p.4 Coluna: 4	 Nas lojas dos Srs. Villar, Antonio Co- elho, Mariano, e Rocha Junior achão-se a venda os seguin- tes compendios elemen- tares de instrucção primaria. <table><tbody><tr><td>Syllabarios (A B-C) á</td><td>120</td></tr><tr><td>Syllabarios e nomes "</td><td>200</td></tr><tr><td>Taboadas</td><td>160</td></tr><tr><td>Bom Homem Ricardo</td><td>160</td></tr><tr><td>Licções Moraes da Escriptura Sa- grada</td><td>240</td></tr><tr><td>Doutrina Christã</td><td>240</td></tr><tr><td>Compendio de Orthographia</td><td>240</td></tr><tr><td>Compendios Caligraficos</td><td>240</td></tr><tr><td>Methodos Facillimos da Leitura</td><td>400</td></tr><tr><td>Collecão de Compendios</td><td>640</td></tr><tr><td>Miscellanea Moral de Franklin</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Grammatica Portugueza</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Silvio Pelico, Deveres do Ho- mem,</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Resumo de Historia Sagrada</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Civilidade Christã</td><td>240</td></tr><tr><td>Collecão de Memorias Agricolas</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Manual Enciclopédico</td><td>2,000</td></tr><tr><td>Camões, Lusiadas</td><td>3,000</td></tr><tr><td>Cathecismo Historico de Fleury</td><td>1,500</td></tr><tr><td>Parnaso Juvenil</td><td>2,000</td></tr><tr><td>Elementos de Chronologia</td><td>1,000</td></tr><tr><td>Charmd (Memento) Filosofia</td><td>2,000</td></tr><tr><td>Guarda do Domingo</td><td>240</td></tr></tbody></table>	Syllabarios (A B-C) á	120	Syllabarios e nomes "	200	Taboadas	160	Bom Homem Ricardo	160	Licções Moraes da Escriptura Sa- grada	240	Doutrina Christã	240	Compendio de Orthographia	240	Compendios Caligraficos	240	Methodos Facillimos da Leitura	400	Collecão de Compendios	640	Miscellanea Moral de Franklin	1,000	Grammatica Portugueza	1,000	Silvio Pelico, Deveres do Ho- mem,	1,000	Resumo de Historia Sagrada	1,000	Civilidade Christã	240	Collecão de Memorias Agricolas	1,000	Manual Enciclopédico	2,000	Camões, Lusiadas	3,000	Cathecismo Historico de Fleury	1,500	Parnaso Juvenil	2,000	Elementos de Chronologia	1,000	Charmd (Memento) Filosofia	2,000	Guarda do Domingo	240
Syllabarios (A B-C) á	120																																														
Syllabarios e nomes "	200																																														
Taboadas	160																																														
Bom Homem Ricardo	160																																														
Licções Moraes da Escriptura Sa- grada	240																																														
Doutrina Christã	240																																														
Compendio de Orthographia	240																																														
Compendios Caligraficos	240																																														
Methodos Facillimos da Leitura	400																																														
Collecão de Compendios	640																																														
Miscellanea Moral de Franklin	1,000																																														
Grammatica Portugueza	1,000																																														
Silvio Pelico, Deveres do Ho- mem,	1,000																																														
Resumo de Historia Sagrada	1,000																																														
Civilidade Christã	240																																														
Collecão de Memorias Agricolas	1,000																																														
Manual Enciclopédico	2,000																																														
Camões, Lusiadas	3,000																																														
Cathecismo Historico de Fleury	1,500																																														
Parnaso Juvenil	2,000																																														
Elementos de Chronologia	1,000																																														
Charmd (Memento) Filosofia	2,000																																														
Guarda do Domingo	240																																														
11 Jornal: O Cearense (CE) - 1846 a 1891 Assunto:																																															

Título da Seção:

Annuncios

Ano: 05 de novembro de 1861**Ed. :** 01490**Página:** p.4**Coluna:** 4

ANNUNCIO.	
Vende-se nesta Typ. e na casa do Sr. Villar as seguintes obras para escolas publicas e particulares.	
Manual Enciclopedico de Mome Verde	28000
Methodo Facilimo	400
Fleury Cathecismo Historico	18500
Orthographia pelo mesmo	320
Compendio de Doutrina idem	200
Rezumos calligraphicos	200
Syllabarios 2ª parte	200
Syllabarios 1ª parte	160
Historia Sagrada	18000
Grammaticas Portuguezas	18000
Deveres do Homem por Silvio P	18000
Miscellanea de Franklm	18000
Licoes Moraes	320
Collecções de Memorias industriaes	18000
Bom Homem Ricardo	800
Regimento de custas	800
Comoes Lusitadas	28000
Cartas de A B C	120
Taboadas	120
Grammatica em verso de Rubim	18280

12**Jornal:** O Cearense (CE)

- 1846 a 1891

Assunto:**Título da Seção:**

Annuncios

Ano: 23 de setembro de 1862**Ed. :** 01543**Página:** p.4**Coluna:** 4

MANOEL VIEIRA BASTOS VENDE AS OBRAS SEGUINTE.	
Manual Enciclopedico	18000
Methodo Facilimo	320
Grammatica Portugueza	500
Deveres do Homem	500
Miscelaneas	500
Memorias Agriculas	500
Syllabarios	160
Cartas de A, B, C, (	100
Taboadas	100
Cathecismos de D. Christã	200
Orthographias	200
Rezumos Caligraphicos	200
Compendios de Civildade	200
Principios Elementares	320
Elementos de Aritmetica	320
Bom Homem Ricardo	160